



REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL



# DIÁRIO DO SENADO FEDERAL

---

ANO LXI - N° 172 - SEXTA-FEIRA, 29 DE SETEMBRO DE 2006 - BRASÍLIA- DF

---

<b>MESA DO SENADO FEDERAL</b>		
<b>Presidente</b> Renan Calheiros – PMDB-AL <b>1º Vice-Presidente</b> Tião Viana – PT-AC <b>2º Vice-Presidente</b> Antero Paes de Barros – PSDB-MT <b>1º Secretário</b> Efraim Morais – PFL-PB <b>2º Secretário</b> João Alberto Souza – PMDB-MA	<b>3º Secretário</b> Paulo Octávio – PFL-DF <b>4º Secretário</b> Eduardo Siqueira Campos – PSDB-TO <b>Suplentes de Secretário</b> 1ª - Serys Slhessarenko – PT-MT 2º - Papaléo Paes – PSDB-AP 3º - Alvaro Dias – PSDB-PR 4º - Aelton Freitas – PL-MG	
<b>LIDERANÇAS</b>		
<b>MAIORIA (PMDB) – 20</b> <b>LÍDER</b> Ney Suassuna  <b>VICE-LÍDERES</b> Garibaldi Alves Filho Romero Jucá Gilberto Mestrinho (vago) Amir Lando Ramez Tebet (vago)	<b>BLOCO DE APOIO AO GOVERNO (PT/PL/PSB) – 16</b> <b>LÍDER</b> Ideli Salvatti – PT  <b>VICE-LÍDERES</b> Sibá Machado – PT Antônio Carlos Valadares – PSB  <b>LÍDER DO PT – 11</b> Ideli Salvatti  <b>VICE-LÍDERES DO PT</b> Sibá Machado Ana Júlia Carepa Flávio Arns Roberto Saturnino	<b>LIDERANÇA PARLAMENTAR DA MINORIA (PFL/PSDB) – 32</b> <b>LÍDER</b> Alvaro Dias – PSDB  <b>VICE-LÍDERES</b> (vago) Tasso Jereissati – PSDB César Borges – PFL Eduardo Azeredo – PSDB Rodolpho Tourinho – PFL Demóstenes Torres – PFL  <b>LÍDER DO PFL – 16</b> José Agripino  <b>VICE-LÍDERES DO PFL</b> Demóstenes Torres César Borges Rodolpho Tourinho Maria do Carmo Alves Romeu Tuma (vago)
<b>LÍDER DO PMDB – 20</b> <b>Ney Suassuna</b>  <b>VICE-LÍDERES DO PMDB</b> Luiz Otávio Valdir Raupp (vago) (vago) Alberto Silva Wellington Salgado de Oliveira	<b>LÍDER DO PL – 3</b> João Ribeiro  <b>VICE-LÍDER DO PL</b> Aelton Freitas  <b>LÍDER DO PSB – 2</b> Antônio Carlos Valadares  <b>VICE-LÍDER DO PSB</b> (vago)	<b>LÍDER DO PSDB – 16</b> Arthur Virgílio  <b>VICE-LÍDERES DO PSDB</b> Lúcia Vânia Leonel Pavan Flexa Ribeiro Papaléo Paes João Batista Motta
<b>LÍDER DO PDT – 4</b> Osmar Dias  <b>VICE-LÍDER DO PDT</b> (vago)	<b>LÍDER DO PTB – 5</b> Mozarildo Cavalcanti  <b>VICE-LÍDER DO PTB</b> Sérgio Zambiasi	<b>LÍDER DO GOVERNO</b> Aloizio Mercadante – PT  <b>VICE-LÍDERES DO GOVERNO</b> Romero Jucá – PMDB Ideli Salvatti – PT (vago) (vago) Fernando Bezerra – PTB (vago)
<b>LÍDER DO PRB – 2</b> Marcelo Crivella	<b>LÍDER DO P-SOL – 1</b> Heloísa Helena	<b>EXPEDIENTE</b>  <b>Agaciel da Silva Maia</b> Diretor-Geral do Senado Federal <b>Júlio Werner Pedrosa</b> Diretor da Secretaria Especial de Editoração e Publicações <b>José Farias Maranhão</b> Diretor da Subsecretaria Industrial
		<b>Raimundo Carreiro Silva</b> Secretário-Geral da Mesa do Senado Federal <b>Ronald Cavalcante Gonçalves</b> Diretor da Subsecretaria de Ata <b>Denise Ortega de Baere</b> Diretora da Subsecretaria de Taquigrafia

Impresso sob a responsabilidade da Presidência do Senado Federal. (Art. 48, nº 31, RISF)

# SENADO FEDERAL

## SUMÁRIO

---

### 1 – ATA DA 158<sup>a</sup> SESSÃO NÃO DELIBERATIVA, EM 28 DE SETEMBRO DE 2006

#### 1.1 – ABERTURA

#### 1.2 – EXPEDIENTE

##### 1.2.1 – Discursos do Expediente

SENADOR JOÃO BATISTA MOTTA – Homenagem à imprensa brasileira, que tem se destacado na divulgação de detalhes da triste situação por que passa o país. Apelo à população no sentido de que reflita bem antes de votar no próximo domingo. Críticas ao Governo Lula.....

29601

29648

SENADOR PAULO OCTÁVIO – Considerações sobre a proposta de governo de Geraldo Alckmin, intitulada “Coligação por um Brasil decente”, que tem sido amplamente divulgada e debatida. Expectativa de que haja segundo turno nas eleições para Presidente da República. Transcrição, nos Anais do Senado, do Plano de Desenvolvimento Econômico e Social para Brasília, defendido em sua campanha para vice-Governador do DF. .....

29605

29648

SENADOR JOSÉ JORGE – Registro de visita feita hoje ao Banco Central, por parlamentares do PFL e do PSDB, a fim de buscar informações sobre os dólares do episódio do dossiê contra a candidatura Alckmin e Serra. Destaque para a importância de um segundo turno nas eleições presidenciais e esperança de que o Presidente Lula revele a origem dos dólares apreendidos pela Polícia Federal, no debate de hoje à noite na TV-Globo.....

29635

29649

SENADOR HERÁCLITO FORTES – Registro de participação em audiência hoje, com o Presidente do Banco Central, acompanhado do Senador Tasso Jereissati, a fim de esclarecer a origem dos dólares do dossiê contra a candidatura Alckmin e Serra. Importância do debate que haverá hoje entre os candidatos à Presidência da República, na TV-Globo. .

29641

29651

##### 1.2.2 – Projeto recebido da Câmara dos Deputados

Projeto de Lei da Câmara nº 102, de 2006 (nº 7.432/2006, na Casa de origem), de iniciativa do Presidente da República, que denomina “rodovia Santos-Dumont” a rodovia BR-116, do quilômetro zero, em Fortaleza, no Estado do Ceará, até o entroncamento com a BR-040, no Estado do Rio de Janeiro.....

29647

29651

#### 1.2.3 – Ofícios

Nº 26/2006-CN (Ofício PGR/GAB/nº 1249/2006, na origem), do Procurador-Geral da República, encaminhando ao Congresso Nacional, nos termos do art. 122 da Lei nº 11.178, de 20 de setembro de 2005, os demonstrativos que compõem o Relatório de Gestão Fiscal do Ministério Público da União, referentes aos períodos de setembro de 2005 a agosto de 2006 e de maio de 2005 a abril de 2006, este republicado e anexado ao OFN nº 20/2006. ....

29648

Nº 27/2006-CN (Ofício GP-0/nº 4675/2006, na origem), do Presidente da Câmara dos Deputados, encaminhando ao Congresso Nacional, nos termos do art. 122 da Lei nº 11.178, de 20 de setembro de 2005, e no inciso I do art. 5º da Lei 10.028, de 19 de outubro de 2000, o Relatório de Gestão Fiscal da Câmara dos Deputados, referente ao período de setembro de 2005 a agosto de 2006.....

29648

#### 1.2.4 – Comunicação da Presidência

Término do prazo, ontem, sem que tenha sido interposto recurso no sentido da apreciação, pelo Plenário, dos Projetos de Decreto Legislativo nºs 336, 340, 341, 342, 345, 347, 348, 349, 350, 351, 355, 358, 362, 365, 366, 372, 373, 375, 379, 380, 382, 384, 385, 387, 388, 389, 396, 399, 403, 404, 405 e 406, de 2006. Aprovadas terminativamente pela Comissão de Educação, as matérias vão à promulgação.....

29649

#### 1.2.5 – Discursos encaminhados à publicação

SENADOR MARCOS GUERRA – Registro da manifestação ocorrida no município de Aracruz, em protesto contra as ações de supostas tribos indígenas, que alegam direito de propriedade sobre área cultivada pela empresa Aracruz Celulose. ....

29651

SENADOR LEONEL PAVAN – Registro da matéria intitulada “Um Lula como nunca se viu”, publicada na revista **Veja**, edição de 30 de agosto último. ....

29651

SENADOR SÉRGIO GUERRA – Registro do artigo intitulado “Lula e a mídia”, publicado no jornal **O Estado de S. Paulo**, edição de 31 de agosto último. ....

29654

SENADORA LÚCIA VÂNIA – Registro do editorial intitulado “ <i>Conter os gastos</i> ”, publicado no jornal <b>Folha de S. Paulo</b> , edição de 25 de agosto último. ....	29655
1.3 – ENCERRAMENTO	
<b>2 – PORTARIAS DO DIRETOR-GERAL</b>	
Nºs 213 a 217, de 2006 .....	29656
<b>3 – ATOS DO DIRETOR-GERAL</b>	
Nºs 1.913 a 1.917, de 2006 .....	29661
– CERTIDÃO	
Referente à Comissão Mista destinada à examinar a Medida Provisória nº 323, de 2006.....	29666
<b><u>SENADO FEDERAL</u></b>	
<b>5 – COMPOSIÇÃO DO SENADO FEDERAL</b>	
– 52ª LEGISLATURA	
<b>6 – SECRETARIA DE COMISSÕES</b>	
<b>7 – COMISSÕES TEMPORÁRIAS</b>	

<b>8 – COMPOSIÇÃO DAS COMISSÕES PERMANENTES</b>	
<b>9 – CONSELHO DE ÉTICA E DECORO PARLAMENTAR</b>	
<b>10 – CORREGEDORIA PARLAMENTAR</b>	
<b>11 – PROCURADORIA PARLAMENTAR</b>	
<b>12 – CONSELHO DO DIPLOMA MULHER-CIDADÃ BERTHA LUTZ</b>	
<b><u>CONGRESSO NACIONAL</u></b>	
<b>13 – CONSELHO DA ORDEM DO CONGRESSO NACIONAL</b>	
<b>14 – CONSELHO DE COMUNICAÇÃO SOCIAL</b>	
<b>15 – COMISSÃO PARLAMENTAR CONJUNTA DO MERCOSUL (Representação Brasileira)</b>	
<b>16 – COMISSÃO MISTA DE CONTROLE DAS ATIVIDADES DE INTELIGÊNCIA (CCAI)</b>	

# Ata da 158<sup>a</sup> Sessão Não Deliberativa, em 28 de setembro de 2006

## 4<sup>a</sup> Sessão Legislativa Ordinária da 52<sup>a</sup> Legislatura

*Presidência dos Srs. Paulo Octávio e Marco Maciel*

(Inicia-se a sessão às 14 horas.)

**O SR. PRESIDENTE** (Paulo Octávio. PFL – DF) – Havendo número regimental, declaro aberta a sessão.

Sob a proteção de Deus iniciamos os nossos trabalhos.

Há vários oradores inscritos.

Concedo a palavra ao Senador João Batista Motta, digno representante do Estado do Espírito Santo, por 20 minutos.

**O SR. JOÃO BATISTA MOTTA** (PMDB – ES. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, futuro Vice-Governador desta linda Capital que é Brasília, membro da família Kubitschek, orgulho do País, Srs e Srs. Senadores, hoje presto uma homenagem à imprensa brasileira, imprensa que às vezes comete enganos, erros, alguns excessos, mas o que seria do País hoje se não fosse a imprensa brasileira?

Há pouco conversava com o Senador Marco Maciel, que reclamava da demora na tramitação de um projeto de sua autoria que regulamenta a função dos lobistas. Há cinco anos, o projeto tramita nesta Casa em regime de urgência sem que tenha havido uma solução até hoje. Disse ao Senador Marco Maciel que seu projeto está meio fora de moda, porque o **lobby** já foi o caminho por onde os desonestos caminhavam para se locupletar e tirar dinheiro dos cofres públicos.

Hoje, com o modernismo petista, a função de lobista saiu da moda. Hoje não se usa mais o lobista ou o empresário para tirar dinheiro dos cofres públicos. Hoje vai-se aos cofres, retira-se o dinheiro e pronto, está acabado. O partido vai ao banco, como foram ao Banco Rural e pegaram os R\$50 milhões, e pega o dinheiro – acredito que não pagaram nem vão pagar. Negam, dizem que não houve nenhum empréstimo, mas o que houve foi a proteção do partido da Presidência da República por parte do banqueiro.

Em todos os escândalos, como o dos Correios, o dos Sanguessugas e o do Mensalão, foi a imprensa a responsável pela descoberta dos fatos e pela publicação dos malfeitos do Governo petista. A imprensa, sempre presente, sempre sábia, sempre competente, busca a verdade, busca a punição para os corruptos, cujo número, infelizmente, hoje é elevadíssimo.

A revista **Veja** desta semana traz impressionantes acusações, descobertas. Eu não sei como jornalistas e o pessoal da imprensa de modo geral consegue investigar tão profundamente os fatos e descobrir tantas mazelas, tantos erros e tanta roubalheira.

A primeira reportagem se refere ao caso daqueles que tentaram fabricar um dossiê para incriminar, segundo eles, alguns tucanos. A revista começa dizendo o seguinte:

Com seus métodos criminosos, o PT lançou o país em uma grave crise política. Às vésperas da eleição presidencial, o partido cometeu uma violência ao tentar influir nos resultados do pleito estadual paulista pela compra e divulgação de um dossiê falso sobre adversários. O crime foi descoberto.

Pela proximidade dos seus autores confessos e dos suspeitos com a campanha de reeleição do presidente Lula e com a própria instituição da Presidência da República, as consequências legais podem ser severas. Entre os trágicos resultados potenciais do crime está até a impugnação da candidatura de Lula. Se isso vier a acontecer, o PT terá feito algo inédito em sua rica trajetória de delinqüências. O próprio partido de Lula terá conseguido impedir a manifestação da vontade popular dos brasileiros que, nas pesquisas, brindam o presidente-candidato com 50% das preferências de voto. Na terminologia do próprio Lula, o PT terá conseguido “melar” as eleições. Que melancólica ironia!

O episódio é fruto de desgoverno, da colonização do aparelho de estado por militantes petistas contaminados pela notória ausência de ética e moral da esquerda quando esquadriinha a chance de chegar ao poder – e, depois, de mantê-lo a qualquer custo. Sobre essa delituosa sopa primordial paira a figura complacente do presidente Luiz Inácio Lula da Silva. Ele se jacta de ter afastado os amigos, os companheiros de viagem política, ministros e funcionários de alto escalão pegos com a mão na cumbuca.

E por aí vai a matéria nesta página sobre este assunto.

Na página seguinte – não dá para ler toda a matéria –, a revista dá destaque e comenta o seguinte:

O escândalo do falso dossiê revela que os petistas envolvidos fazem parte do círculo íntimo de Lula – e abre uma crise cujo desfecho é imprevisível.

O escândalo do dossiê, no qual uma dupla de petistas foi flagrada comprando por quase 2 milhões de reais um conjunto de denúncias contra tucanos que não valia um centavo, abriu uma crise gravíssima e imprevisível. Gravíssima porque logo se descobriu que os envolvidos têm laços com a campanha reeleitoral do presidente Lula e com a própria instituição da Presidência da República. Do círculo íntimo do presidente, entre confessos e suspeitos, está Freud Godoy, seu segurança pessoal até a posse e depois nomeado assessor especial, que dormia no Palácio da Alvorada nos primeiros meses do governo e tem sala no mesmo andar do gabinete presidencial no Planalto. Também está Jorge Lorenzetti, o churrasqueiro oficial dos domingos na Granja do Torto e tutor informal de Lurian, a filha mais velha de Lula.

Do círculo político, mas nem por isso menos íntimo, está o Deputado Ricardo Berzoini, presidente do PT, e, até a semana passada, coordenador da campanha reeleitoral de Lula, defenestrado pelo escândalo. Está Osvaldo Bargas, amigo dos tempos de militância sindical nos anos 70, responsável pelo capítulo sobre trabalho no programa de governo – e casado com Mônica Zerbinato, secretária particular de Lula.

A crise é também imprevisível nos seus desdobramentos porque, ao revelar laços de tamanha gravidade com a mais alta autoridade da República, joga uma sombra sobre o futuro. O caso está sendo investigado pelo Tribunal Superior Eleitoral e, teoricamente, pode resultar na impugnação da diplomação de Lula, caso seja reeleito, ou estimular a instalação de um processo de **impeachment** pelo Congresso Nacional – na hipótese de se comprovar que a campanha do presidente cometeu abuso de poder econômico ou político na compra ou montagem do dossiê contra os tucanos. (Veja reportagem na pág.80). “É algo muito, muito pior que Watergate”, chegou a dizer o Ministro Marco Aurélio Mello, presidente do Tribunal Superior Eleitoral, referindo-se ao escândalo de espionagem de adversários que, nos Estados Unidos, em 1974, levou o presidente Richard Nixon à renúncia.

A reportagem continua e é longa. Infelizmente, o tempo não dá para relatá-la no todo.

Virando mais uma ou duas páginas, temos um outro subtítulo: “Os buracos negros do sistema Lula”.

Nunca um presidente se viu cercado de tanta gente suspeita.

Em primeiro lugar temos:

O ex-Ministro José Dirceu, que é acusado de ser o chefe de uma quadrilha especializada em desviar dinheiro público e comprar apoio político. José Genoino, ex-Presidente do PT, que é acusado de avalizar empréstimos que o PT fez junto a Marcos Valério.

Gilberto Carvalho, chefe-de-gabinete pessoal do Presidente Lula. Na CPI dos Bingos pelos irmãos do prefeito assassinado Celso Daniel foi acusado de participar do esquema de desvio de recursos de prefeituras petistas para financiar o caixa dois do partido.

Antonio Palocci, ex-Ministro da Fazenda, que é acusado de violar o sigilo bancário do caseiro Francenildo e de coordenar um esquema de fraudes em contratos municipais quando prefeito.

Delúbio Soares, ex-Secretário de Finanças do PT e tesoureiro da campanha presidencial em 2002, acusado de ser o operador do mensalão.

Sílvio Pereira, ex-Secretário-Geral do PT, acusado de intermediar negócios de empresas junto ao governo em troca de benefícios. Ganhou um jipe Land Rover.

Osvaldo Bargas, amigo do Presidente desde os tempos do Sindicato dos Metalúrgicos e membro do comitê de campanha. Sua mulher é secretária particular de Lula. Ele é acusado de ter coordenado a negociação do dossiê com Lorenzetti.

Jorge Lorenzetti, churrasqueiro preferido do Presidente, coordenava do ‘setor de inteligência’ de sua campanha. É acusado de ser um dos coordenadores da operação de montagem e compra do dossiê.

E Lula tem-se mostrado constrangido, triste, aborrecido.

Imagino que ele fica a se perguntar: “Por que tanta gente tola do meu lado? Por que não fizeram tudo isso de maneira que a imprensa não descobrisse?”. Ora, se ele pensa assim, penso eu, quantos crimes nem a imprensa nem esta Casa conseguiram descobrir!

Freud Godoy, segurança de Lula desde 1989, acusado de ter providenciado dinheiro para a compra do dossiê contra os tucanos.

Veja bem, providenciou o dinheiro, quase R\$2 milhões, Sr. Presidente, quando tivemos, em um passado próximo, um presidente cassado por causa de um escândalo de uma Fiat Elba, que valia apenas uns R\$25 mil. Esse valor, hoje, corresponde a mais de 600 Fiats Elba. Isso sem falar nos R\$50 milhões do Banco Rural! Isso sem falar no escândalo dos Correios e tantos outros!

Ricardo Berzoini, Presidente do PT, coordenador nacional da campanha de reeleição de Lula. Do que é acusado? De ter autorizado a operação de compra e divulgação do dossiê contra os tucanos.

Hamilton Lacerda, ex-assessor de comunicação da campanha do candidato Aloizio Mercadante ao Governo paulista, acusado de ter contratado a revista **IstoÉ** para que divulgasse o dossiê.

João Paulo Cunha, ex-Presidente da Câmara dos Deputados, acusado por meio de sua mulher, sacou R\$50 mil das contas de Marcos Valério.

Gedimar Pereira Passos, membro do comitê de campanha de Lula, subordinado a Jorge Lorenzetti, acusado de ter comprado, em nome do PT, o dossiê contra os tucanos.

Paulo Okamotto, amigo íntimo de Lula, ex-tesoureiro de campanha e Presidente do Sebrae, acusado de ter pago dívidas pessoais de Lula e sua filha Lurian com dinheiro de origem suspeita.

Duda Mendonça, marqueteiro da campanha de Lula em 2002, que a CPI dos Correios descobriu – e ele confessou –, ter recebido R\$10 milhões do caixa dois do PT em uma conta no exterior.

Expedito Afonso Veloso, ex-Diretor do Banco do Brasil, filiado ao PT, trabalhava na campanha de reeleição de Lula, acusado de ter confeccionado o dossiê e tê-lo repassado à família Vedoin.

Luiz Gushiken, Secretário de Assuntos Estratégicos do Governo, acusado de gerir contratos que bancaram o mensalão.

Virando mais uma página da revista **Veja**, vemos que inúmeras outras denúncias e acusações foram feitas contra membros do PT.

Mais à frente nas páginas 71 e 72:  
O guarda-malas do Planalto.

Assessor especial do Presidente Lula envolvido com a compra do dossiê tucano era responsável pela segurança do ex-tesoureiro Delúbio Soares.

O assessor especial do Presidente Lula, Freud Godoy, era, até a semana passada, um ilustre desconhecido. Além de amigo e ex-segurança do Presidente, pouco se sabia sobre suas atividades, a não ser o fato de que era uma espécie de faz-tudo no Palácio do Planalto. Freud Godoy, sabe-se agora, era muito mais que o mordomo de luxo. Apontado como homem encarregado de supervisionar a parte final da operação da compra do dossiê tucano, ele se demitiu. Antes, confirmou que esteve com o ex-policial preso com as malas de dinheiro, mas disse que nada sabia sobre a história do dossiê.

Eu nunca vi, Senador José Jorge, uma equipe, uma quadrilha tão organizada. Eles não se denunciam, nunca apontam o chefe, nunca dizem de onde veio o dinheiro conseguido.

Virando mais uma ou duas páginas, depois de inúmeras denúncias:

O churrasqueiro Lorenzetti ajuda a levar a brasa do dossiê para dentro do Planalto.

O negociador do dossiê anti-tucano é um amigo íntimo do Presidente Luís Inácio Lula da Silva. A confiança do Presidente no catarinense Jorge Lorenzetti, de 54 anos, é tão profunda que ele lhe atribuiu a tarefa de assistir e socorrer sua filha Lurian, que mora em Florianópolis. No campo político, o Presidente conferiu a Lorenzetti a chefia do Núcleo de Informações e Inteligência da sua campanha de reeleição. Nesse cargo, tornou-se um dos comandantes da guerra eleitoral suja do PT". [Quem está dizendo é a revista.] Na semana passada, ele depôs sobre o caso na Polícia Federal. Como é regra no Partido, eximiu seus superiores de qualquer culpa no episódio. Seu depoimento resguardou Lula e o Presidente do PT, Ricardo Berzoini.

A matéria continua e é muito extensa. Infelizmente, meu tempo não permite relatá-la toda.

Sr. Presidente, uma coisa que nos intriga e nos preocupa, nós que sempre tivemos grande respeito pela Polícia Federal. A revista fala o seguinte:

A Polícia Federal finge que investiga, enquanto o PT tenta achar alguém para assumir a titularidade do 1,7 milhão de reais apreendidos.

Em velocidade incomum para os padrões morosos da burocracia brasileira, o Coaf (órgão que fiscaliza movimentações financeiras) forneceu em apenas três dias à Polícia Fede-

ral todos os dados bancários de Francenildo Costa, o caseiro que revelara as idas do então Ministro da Fazenda Antonio Palocci à mansão brasiliense na qual seus amigos de Ribeirão Preto faziam negócios.

Vejam bem: em apenas três dias, tudo se sabia da conta, do dinheiro, tudo o que foi feito, todo o sigilo quebrado, tudo irregularmente, mas de imediato atendido. Quebraram a cara porque não havia negociação nem havia rasteira contra o Ministro Palocci, comandada pela Oposição.

E se deram mal porque o que havia de errado era devido ao ex-Ministro, por conta dos bacanais feitos naquela mansão e por conta dos negócios espúrios realizados ali. Diz ainda a revista:

Isso foi em março passado, quando interessava ao Governo o uso célere e eficiente dos instrumentos do Estado. Naquela ocasião, os dados bancários do caseiro vazaram ainda mais rápido, numa tentativa do governo petista de desmoralizá-lo. Não se vê tal rapidez e tal publicidade agora, na investigação sobre a origem do 1,168 milhão de reais e dos 248,8 mil dólares usados pelo esgoto sindical do Partido dos Trabalhadores para comprar um dossiê falso contra o candidato do PSDB ao Governo de São Paulo, José Serra. A lógica é apertar o pé no breque, é proteger o Governo de qualquer revelação comprometedora. Como explicou na última sexta-feira, à sua maneira, o Ministro da Justiça, Márcio Thomaz Bastos: "Não se pode condicionar uma investigação policial à lógica e ao tempo de uma campanha eleitoral. Não se pode prejudicar uma investigação para obter um efeito eleitoral.

De fato, as investigações sobre a origem da dinheirama caminham de forma hermética, lenta e errática. Tão errática que a Polícia Federal chegou a escanteiar das investigações a equipe dos delegados que prendeu o ex-policial Gedimar Passos e conseguiu obter dele as únicas informações válidas nessa investigação, sem as quais esse escândalo nunca teria sido descoberto – a confissão de que a dinheirama ilegal vinha da Direção Nacional do PT e o envolvimento no caso de Freud Godoy, o assessor especial do Presidente Lula. Desde o afastamento dessa equipe, revelado pela **Folha de S. Paulo**, a Polícia Federal proibiu a divulgação das imagens do dinheiro apreendido e das gravações do circuito interno do Hotel Ibis, onde as prisões foram feitas.

Em entrevista na última sexta-feira, o delegado Edmilson Bruno, um dos policiais escanteados pela Polícia Federal, deu pistas sobre o motivo de seu afastamento. 'O Gedimar disse que o dossiê era muito maior, envolveria todos os partidos políticos e o próprio PT.

Em nenhum momento o Sr. Gedimar disse que era um dossiê contra o PSDB. Se vocês tiverem acesso aos meus autos, no futuro, verão que ele não fala do PSDB.

Na prática, a Polícia Federal mais esfumaça o cenário do que investiga. Na última sexta-feira, por exemplo, divulgou a blogueiros amigos ter descoberto de onde foi sacado 1 milhão do 1.168 milhão de reais apreendidos. A Polícia Federal teria chegado a tal descoberta"

Sr. Presidente, vou encerrar por aqui, porque sei que estou sendo muito longo tentando mostrar àqueles que hoje estão assistindo à TV Senado aquilo que pode ser lido e visto na revista **Veja**.

**O Sr. Heráclito Fortes** (PFL – PI) – V. Ex<sup>a</sup> me permite um aparte?

**O SR. JOÃO BATISTA MOTTA** (PSDB – ES) – Perfeitamente, Senador Heráclito Fortes.

**O Sr. Heráclito Fortes** (PFL – PI) – V. Ex<sup>a</sup> na realidade não é longo; V. Ex<sup>a</sup> até que é abreviado. Longos são os problemas que este Governo criou e nós temos que trazer a público da tribuna do Senado. V. Ex<sup>a</sup> está de parabéns pela coragem de abordá-los um a um, fundamentados, mostrando exatamente porque este Governo caiu no descrédito da Nação. Muito obrigado.

**O SR. JOÃO BATISTA MOTTA** (PSDB – ES) – Por essa razão, Senador Heráclito Fortes, agradeço a interferência de V. Ex<sup>a</sup> e repito que às vésperas das eleições que ocorrerão no domingo eu faço um alerta ao povo brasileiro. Não é momento para se correr risco, não é o momento para colocarmos em jogo a nossa democracia, conseguida com tanto suor, tanta lágrima e até com o sangue de muitos brasileiros que lutaram para que vivêssemos o momento que estamos vivendo. Suplantamos as crises, como a ocorrida no Governo Collor; suplantamos crises difíceis e temos também de superar as dificuldades de hoje.

Penso que, para continuarmos no regime democrático combatendo a corrupção e para que neste País partidos não virem quadrilhas, teremos de repensar nossa realidade. O brasileiro tem de repensar e de escolher um candidato que possa trazer-nos esperanças, um candidato que possa mostrar um currículo, que possa mostrar o seu passado, que possa mostrar que está em condições de governar este País e de acabar com a burocracia que o assola, que possa dar-nos uma reforma tributária e uma reforma previdenciária, que possa fazer

com que o povo brasileiro tenha saúde e educação, um candidato que possa, pelo menos, recuperar as estradas brasileiras, tão abandonadas, que possa tirar o País do marasmo em que se encontra, que possa dar esperança ao homem do campo, ao agronegócio, aos industriais, aos funcionários públicos, aos velhos e às crianças deste País, que necessitam ver um novo governo, um governo de coragem, um governo que tenha peito para enfrentar os grandes problemas deste País. Por isso, faço, finalmente, um apelo ao povo brasileiro: neste momento, para o bem dos nossos filhos e dos nossos netos, dê um basta a este Governo, que tanto tem desrespeitado o povo brasileiro, que é o Governo do PT que está aí.

Muito obrigado, Presidente.

*Durante o discurso do Sr. João Batista Motta, o Sr. Paulo Octávio, 3º Secretário, deixa a cadeira da presidência, que é ocupada pelo Sr. Marco Maciel.*

**O SR. PRESIDENTE** (Marco Maciel. PFL – PE) – Após a palavra do nobre Senador João Batista Motta, tenho a satisfação de conceder ao Senador Paulo Octávio, da representação do Distrito Federal no Senado Federal, a palavra, para que S. Ex<sup>a</sup> faça o seu pronunciamento.

**O SR. PAULO OCTÁVIO** (PFL – DF. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, nobre Senador Marco Maciel, nosso ex-Presidente da República, que muito significa o País e o Senado Federal, Srs e Srs. Senadores, quero cumprimentar o Senador João Batista Motta por seu importante pronunciamento e dizer que hoje estamos a pouco menos de 72 horas das eleições em que o povo brasileiro vai escolher pelo voto livre, instrumento da sua vontade e da sua esperança, os seus futuros dirigentes políticos, os seus legítimos representantes pelos próximos quatro anos.

No dia 1º de outubro, domingo próximo, estaremos todos votando para Presidente da República, governadores, senadores, deputados federais, deputados estaduais e, no caso de Brasília, deputados distritais. Será uma eleição histórica, envolvendo aproximadamente 126 milhões de brasileiros. Uma eleição democrática que tem tudo para transformar-se em um marco da consolidação da democracia brasileira em todos os níveis. Em muitos casos, porém, a eleição não terminará no primeiro turno.

As regras democráticas do Brasil, que já servem de modelo e exemplo para muitos outros países desenvolvidos mundo afora, prevêm o expediente do segundo turno, que dá ao povo a chance de observar melhor, refletir mais, aprofundar o debate sobre as propostas de governo dos candidatos envolvidos no processo. Será assim em muitos Estados brasileiros.

Espero, com toda a sinceridade, que esse expediente – o segundo turno – também aconteça para a eleição do futuro Presidente do Brasil.

Ontem, em pronunciamento desta tribuna, conclamei o povo brasileiro a comparecer em massa às eleições de domingo e votar no ex-Governador Geraldo Alckmin, homem honrado, com o nome limpo, que governou São Paulo ao lado de Mário Covas pelos últimos oito anos – sendo que, nos últimos quatro anos, foi eleito pelo povo paulista. Ele deu mostras de que pode desenvolver o Brasil e ir pelo caminho do crescimento e do desenvolvimento econômico.

Ontem, ao falar desta tribuna sobre o crescimento recorde da carga tributária brasileira, fiz questão de frisar que o Governador Alckmin editou 44 medidas de desoneração de impostos no Estado de São Paulo, medidas inéditas. Foi o único Governador brasileiro que teve a coragem de diminuir a carga tributária. Pode ser o único Presidente do Brasil, nos últimos anos, que terá a coragem de diminuir impostos. É um exemplo entre muitos outros que poderiam ser citados a favor do nosso candidato.

Há duas semanas, Geraldo Alckmin esteve conosco em Brasília, em um comício em Taguatinga. As horas que passamos juntos foram importantes, e quero afirmar o meu contentamento em conhecê-lo melhor. No momento mais estressante, S. Ex<sup>a</sup> sempre manteve a dignidade, a calma, a educação. Realmente é um homem muito preparado para conduzir o Brasil.

Sr. Presidente, espero que, nas reflexões que estaremos fazendo nas próximas 72 horas, possamos escolher com isenção quem será o nosso futuro Presidente.

O Brasil, como nação emergente, e o povo brasileiro, de maneira geral, necessitam deste capítulo na sua história. Um segundo turno entre o Presidente Lula e o Governador Alckmin colocariam frente a frente duas diferentes propostas de governo e duas radicais opções de futuro para o País.

Eu sei que está na mão do Presidente Marco Maciel a proposta de governo de Geraldo Alckmin, que foi lançada, discutida e tem sido debatida.

Pergunto: por que hoje não há nenhum parlamentar que traga ao Brasil o plano de governo do Presidente Lula? É o que vou fazer aqui em relação ao Plano de Metas de Brasília. Por que será que ninguém debate, efetivamente, o plano de governo do Presidente Lula? O que está faltando? Será que ele existe? Aqui está o plano de governo da coligação “Por um Brasil decente (PSDB/PFL), que tem como candidato a Presidente Geraldo Alckmin e a Vice-Presidente o nosso companheiro José Jorge, aqui presente.

É o que falta ao Brasil, Presidente Marco Maciel: o debate das idéias. No segundo turno, teremos oportunidade...

**O Sr. José Jorge** (PFL – PE) – Senador Paulo Octávio, V. Ex<sup>a</sup> me permite um aparte?

**O SR. PAULO OCTÁVIO** (PFL – DF) – Com o maior prazer, nosso futuro Vice-Presidente.

**O Sr. José Jorge** (PFL – PE) – Em primeiro lugar, eu gostaria de, mais uma vez, solidarizar-me com a candidatura do Deputado Arruda e de V. Ex<sup>a</sup> para o Governo do Distrito Federal.

Eu, inclusive, participei do lançamento do plano de governo do Deputado Arruda e de V. Ex<sup>a</sup>, perto do Museu Juscelino Kubitschek, e pude verificar uma diferença muito grande entre o plano de Geraldo Alckmin, o plano de José Roberto Arruda e a proposta que o PT e o Presidente Lula apresentaram à Nação. O de Arruda, por exemplo, apresenta uma discriminação detalhada de tudo a ser feito com os recursos, o que gerou controvérsias. Vi nos debates, e mesmo nos programas eleitorais, muita gente perguntando ao candidato Arruda se o Distrito Federal teria recursos para tanto. Alguns eleitores achavam que ele estava prometendo demais, prometendo mais do que podia. Evidentemente, se for demais mesmo, é negativo. No caso, não é demais. Ele apenas está se comprometendo. Ou seja, quando um dirigente público bota por escrito o que vai fazer e divulga antes da eleição, gera um compromisso dele durante todo o seu governo. Então, o que acontece? Podemos garantir uma cobrança efetiva ao final do governo: isso foi feito, aquilo não foi feito. O Presidente Lula, nesta campanha, simplesmente não disse o que queria fazer. Então, se o Presidente fosse reeleito e não fizesse nada, não tínhamos nem como cobrar. Por isso é fundamental que tenhamos o plano de governo elaborado, como o de Geraldo Alckmin, que está nas mãos de V. Ex<sup>a</sup>, e como o do candidato José Roberto Arruda, que tenho em casa. O Deputado, inclusive, convidou-me hoje para o comício de encerramento, na Ceilândia. Infelizmente não poderei ir, como fui a outros comícios dele, porque vou ao Rio de Janeiro participar do debate com os presidenciáveis. Quero solidarizar-me com a vitória que está vindo por merecimento, não só do Arruda como também de V. Ex<sup>a</sup>.

**O SR. PAULO OCTÁVIO** (PFL – DF) – Quero informar a V. Ex<sup>a</sup>, Senador José Jorge, que muito bem representa o Estado de Pernambuco, o Nordeste do Brasil, que aqui em Brasília a candidatura de V. Ex<sup>a</sup> e de Alckmin já ultrapassou os índices do adversário. Isso é importante porque Brasília é o símbolo do Brasil. Brasileiros de todos os Estados que vivem aqui podem avaliar, com mais facilidade, a postura e o compromisso dos candidatos. O reflexo de Brasília, não tenho dúvidas, vai se alastrar por todo o Brasil.

O Brasil é uma nação emergente. O povo brasileiro precisa ouvir mais, entender mais, conhecer mais programas de governo.

Um segundo turno entre Lula e Alckmin colocariam frente a frente duas diferentes propostas de governo e duas radicais opções de futuro para o nosso País. O país da fantasia e das mil maravilhas que foi vendido nos programas eleitorais pelos marqueteiros do PT não resiste ao Brasil real, do desemprego, da carga tributária sem limites, dos juros inibidores e do país que está perdendo competitividade no mercado internacional, conforme informações do Relatório de Competitividade Global 2006-2007 do Fórum Econômico Mundial.

A realização deste debate no segundo turno das eleições presidenciais é fundamental para a consciência e para o futuro do povo brasileiro.

Sr. Presidente, Srs. Senadores, gostaria muito de, neste momento, aproveitar a oportunidade para agradecer – em nome da Coligação Amor por Brasília, formada pelo Deputado José Roberto Arruda e por mim, candidato a Vice-Governador – ao povo de Brasília, que nos acolheu, ouviu, acompanhou e nos deu força espiritual para a caminhada que vamos terminar na noite de hoje, como citou o Senador José Jorge, num grande comício rumo à vitória, que será realizado na cidade de Ceilândia, a maior cidade do Distrito Federal. Cidade que reúne brasileiros de todos os cantos do Brasil, como disse o Senador José Jorge, e que V. Ex<sup>a</sup>, Presidente Marco Maciel, conhece muito bem, Ceilândia é uma síntese do nosso País, porque Brasília, sendo uma cidade jovem, com apenas 46 anos, não tem ainda muitos brasileiros nascidos aqui. Temos lá em Ceilândia uma extraordinária colônia pernambucana, piauiense, baiana, enfim, de todos os Estados. Ceilândia é um pequenino Brasil. Estaremos lá hoje, e quero convidar os Senadores aqui presentes para este encontro na cidade de Ceilândia, com muita alegria.

Sr. Presidente, Srs. Senadores, quero deixar claro que vim à tribuna para comentar sobre o nosso Plano de Desenvolvimento Social e Econômico. Este é o plano que José Roberto Arruda e eu estamos entregando a Brasília. Quero, hoje, tomar uma atitude inédita: ter a coragem de entregar aqui, para constar nos Anais do Senado, este projeto, que foi elaborado por muitos anos. Desde quando tive a intenção de me candidatar ao governo de Brasília, há dois anos, comecei a elaborar idéias, começamos a preparar projetos para o futuro, porque acredito que as candidaturas devem sempre se basear em boas propostas. Não existe candidatura sem idéias para o futuro.

Tenho ouvido sempre os pronunciamentos do Senador João Batista Motta. Ele sempre enaltece muito o Presidente JK, que fez um bom governo porque teve a coragem de, muito antes ainda de tomar posse, em seu primeiro comício, que foi em Jataí, no interior de Goiás, entregar à nação brasileira o seu plano de metas. E, lá

no comício em Jataí, incluiu a meta síntese, que seria Brasília. É um caso inédito na política brasileira.

Mirando JK durante todo esse tempo, quando ainda me colocava na condição de pré-candidato, trabalhei muito, pensando na Brasília que queremos, na Brasília do futuro. Quando fizemos a aliança do PFL, de que V. Ex<sup>a</sup>, Presidente, tão bem participou, ajudou a elaborar e conhece em profundidade, juntamos as idéias que tinha então amealhado em Brasília com as idéias de Arruda e elaboramos um projeto único. Esse plano foi lançado recentemente, há um mês e meio, no Cruzeiro da cidade, onde foi realizada a primeira missa em Brasília, e onde tivemos a participação popular de pessoas de todas as camadas sociais, de todos os segmentos econômicos. E lançamos e entregamos este plano de governo para os brasilienses.

Quero aqui citar um pequeno trecho de nossa apresentação:

Esse compromissos (que assumimos) têm uma referência histórica: o Plano de Metas do Presidente Juscelino Kubitschek, que há exatamente meio século plantou na consciência nacional as bases para a construção do Brasil moderno. As profundas transformações que JK promoveu não teriam sido possíveis sem uma palavra mágica: planejamento. E o Plano de Metas de Juscelino foi um marco decisivo na história do planejamento no País.

(...)

Sabemos dos esforços e das dificuldades enfrentadas pelos governos anteriores. Reconhecer-las não significa criticar, mas ter a humildade de preservar as conquistas, manter políticas e ações que estão dando certo e avançar em novos programas que superem os desafios que se colocam a Brasília, quando a capital se prepara para festejar os seus 50 anos.

Presidente Marco Maciel, ao pedir para que se inclua nos Anais do Senado este Plano de Desenvolvimento Social e Econômico para Brasília, cidade criada por JK que vai chegar aos 50 anos no final, espero em Deus, do nosso governo, quero assumir o compromisso, o mesmo compromisso que JK teve, de entregar um plano de metas ao País e cumpri-lo.

Queremos deixar bem claro que vamos entregar esse plano de metas para Brasília inteira. Estamos distribuindo um plano simplificado nas residências, para que os brasilienses possam nos cobrar. É com planejamento, com decisão, com metas, que se constrói uma história política. Essa é a história política que queremos construir para o futuro de Brasília.

Concedo um aparte, com o maior prazer, ao ilustre Senador João Batista Motta.

**O Sr. João Batista Motta** (PSDB – ES) – Senador Paulo Octávio, quero aproveitar o gancho de quando V. Ex<sup>a</sup> se refere àquele que foi o melhor Presidente da história. Quem estiver em casa ouvindo V. Ex<sup>a</sup> poderá também traçar um paralelo entre o que foi JK, entre a campanha de JK, e o que está acontecendo hoje. JK não era o favorito para ganhar a eleição. Não era do Rio nem de São Paulo. Veio de Minas Gerais sorrateiramente e apresentou seu nome. Naquela oportunidade, o povo brasileiro teve coragem de enfrentar tudo e todos e votar em um homem que tinha currículo. Era um médico renomado, anestesista se não me falha a memória, como Geraldo Alckmin. Tinha sido prefeito assim como Geraldo Alckmin; tinha sido Deputado Federal como Geraldo Alckmin; tinha sido Governador de Minas como Geraldo Alckmin foi Governador de São Paulo. Era um homem de planejamento, assim como é o ex-Governador Geraldo Alckmin. Os dois têm uma semelhança muito grande. Acredito que, se o povo brasileiro tiver juízo e definir no domingo que tenhamos segundo turno, podemos levar Geraldo Alckmin à Presidência da República. Teremos um homem do mesmo quilate de JK, que foi o melhor Presidente do Brasil de todos os tempos até hoje. Melhor dizendo, JK foi o Presidente do século XX; Geraldo Alckmin poderá ser o Presidente do Século XXI. Peço ao povo brasileiro que pense nisso e se ligue no nome daquele que construiu este País do aço ao vidro, do automóvel à geladeira, do machado à foice. Tudo o que este País passou a possuir de infra-estrutura, estradas, usinas hidrelétricas, foi feito por JK. Por que não escolher agora um homem com o mesmo perfil? Que este País retome aquele bom tempo de JK. Muitos filhos de amigos meus chamam-se Juscelino em homenagem a um homem que nem gosto de lembrar porque me faz sofrer. Sinto profundamente a sua morte e, principalmente, a perseguição que sofreu do governo militar exatamente por ser desenvolvimentista, por ser ousado, por saber quebrar barreiras e por trabalhar em prol do povo, principalmente do povo que precisa de emprego, porque, trabalhando para banqueiro, para grandes empresários, todo mundo é bom presidente, inclusive o Presidente Lula, que hoje tem sua campanha sustentada nos lucros exagerados dos banqueiros deste País. Muito obrigado, Sr. Presidente!

**O SR. PAULO OCTÁVIO** (PFL – DF) – Agradeço o aparte, Senador João Batista Motta. V. Ex<sup>a</sup> estabelece um paralelo interessante entre dois brasileiros, dois médicos.

O desafio está colocado: a Nação vai escolher o futuro Presidente do Brasil, e é importante que escolha bem, que escolha um homem de bem, porque é o futuro dos nossos filhos que está em jogo, é o futuro do crescimento que queremos, do desenvolvimento. O Brasil precisa ter

ídéias de desenvolvimento. E aqui, no Plano de Governo de Geraldo Alckmin, que a Nação brasileira, infelizmente, não teve a oportunidade de conhecer bem, está o desenvolvimento do nosso País. Por isso, Senador Marco Maciel, fico muito feliz em saber de que dispomos, PSDB e PFL, de um Plano de Governo para o futuro do Brasil.

E, com muita humildade, quero aqui entregar aos Anais do Senado, para que esta Casa possa cobrar de nós no futuro, o nosso plano para Brasília, o plano para a Capital, Senador João Batista Motta, que foi criada pelo eterno Presidente JK. Este é o plano do futuro da nossa Cidade, da nossa Capital, a Capital de todos os brasileiros! E bom seria que todos os candidatos entregassem,

para exposição pública, para debate, os seus projetos de governo também, mas, infelizmente, isso não é prática comum no Brasil. Poucos são aqueles que entregam suas metas para serem debatidas, examinadas, apreciadas e, no caso de eleição, cobradas pelo povo.

Era o que tinha a dizer, Sr. Presidente! Muito obrigado!

**DOCUMENTO A QUE SE REFERE O  
SENADOR PAULO OCTÁVIO EM SEU PRO-  
NUNCIAMENTO.**

(Inserido nos termos do art. 210, inciso I e § 2º do Regimento Interno)



GOVERNO



# PLANO DE DESENVOLVIMENTO SOCIAL E ECONÔMICO

Governo Arruda

PLANO DE DESENVOLVIMENTO  
SOCIAL E ECONÔMICO

# ÍNDICE

<b>APRESENTAÇÃO</b>	<b>7</b>
<b>OS PRINCÍPIOS E A ESTRATÉGIA</b>	<b>11</b>
<b>SITUAÇÃO FÍSICO-TERRITORIAL</b>	<b>15</b>
<b>SITUAÇÃO SÓCIO-ECONÔMICA</b>	<b>25</b>
<b>METAS</b>	<b>29</b>
Educação	30
Saúde	33
Transporte e Trânsito	35
Meio ambiente, Saneamento e Coleta de Lixo	37
Turismo, Esporte, Lazer e Cultura	39
Desenvolvimento Urbano	41
Segurança	42
Gestão pública	43
Desenvolvimento Econômico, Emprego e Geração de Renda	44
Desenvolvimento social	46
Desenvolvimento regional	47
<b>ESTIMATIVA DE CUSTOS DOS INVESTIMENTOS</b>	<b>49</b>

## Apresentação

O programa de metas agora apresentado ao povo do Distrito Federal reúne as principais obras, ações e propostas que pretendemos executar, uma vez eleitos para governar. É um compromisso assumido com a população: um programa para ser efetivamente executado.

Esses compromissos têm uma referência histórica: o Plano de Metas do presidente Juscelino Kubitschek, que há exatamente meio século plantou na consciência nacional as bases para a construção do Brasil moderno. As profundas transformações que JK promoveu não teriam sido possíveis sem uma palavra mágica: planejamento. E o Plano de Metas de Juscelino foi um marco decisivo na história do planejamento no País.

O Governo terá no planejamento a base de todas as suas ações. Os critérios que nortearão a administração pública serão os da inovação, do desenvolvimento, da modernização da máquina administrativa e da gestão pública – tudo isso, tendo em conta o papel central do Estado de articulador dos múltiplos interesses da sociedade e busca do atendimento ao cidadão.

A expansão da qualidade de vida para todas as regiões do DF só será alcançada mediante adoção de políticas públicas abrangentes e, principalmente, ênfase na educação como ferramenta definitiva para construir um Governo que garanta serviços de qualidade para toda a população. É fundamental também que os municípios do Entorno contem com serviços eficientes – sem o que os problemas do Distrito Federal não poderão ser resolvidos.

As informações obtidas na elaboração deste plano confirmam o que todos sabemos: Brasília cresceu mais e mais depressa do que se previu, acumulou problemas não imaginados por seus criadores. Hoje, sofremos muitos dos males que afigem as maiores metrópoles brasileiras.

Brasília é a capital e a representação física do país. O governador deve ser um estadista e participar das grandes decisões nacionais, colaborando na construção de uma nação justa e dinâmica. Deve ser também um gestor eficiente que atenda com rapidez as demandas de uma metrópole em acelerada transformação e que seja capaz de resolver, com competência e presteza, os problemas urbanos e sociais do estado-município.

A democracia representativa é uma das mais importantes conquistas da sociedade moderna. A alternância do poder é parte natural e até mesmo necessária para o avanço e aperfeiçoamento das instituições. Mudanças e avanços não podem ser confundidos com desconstrução e retrocesso. Nossa governo preservará todas as iniciativas de sucesso da administração anterior e principalmente os programas sociais que garantem a renda mínima para milhares de famílias que enfrentam dificuldades transitórias para garantir as condições mínimas de sobrevivência.

Da mesma forma, é importante dizer que os programas e projetos apresentados neste documento não são peças de campanha que serão esquecidas pelo Governo. O Distrito Federal é a unidade da federação com o maior orçamento per capita do país. São mais de R\$ 6 mil por ano para cada um dos habitantes – três vezes mais do que o maior orçamento do Brasil. As iniciativas apresentadas neste documento são absolutamente exequíveis sem a necessidade de mobilizar novos recursos. Basta aumentar a eficiência das ações do Estado e da sua administração.

Sabemos dos esforços e das dificuldades enfrentadas pelos governos anteriores. Reconhecê-las não significa criticar, mas ter a humildade de preservar as conquistas, manter políticas e ações que estão dando certo e avançar em novos programas que superem os desafios que se colocam à Brasília, quando a capital se prepara para festejar os seus 50 anos.

Brasília, agosto de 2006  
José Roberto Arruda  
e Paulo Octávio

# Os princípios e a estratégia

É hora de construir uma ponte para o futuro. Concentrar esforços na solução de questões que, se não enfrentadas em tempo, irão deteriorar a qualidade de vida de que tanto se orgulham os brasilienses.

As características específicas da organização espacial e da base econômica do DF, combinadas com a rapidez das transformações de um território ocupado há apenas 45 anos, fazem com que os obstáculos ao seu desenvolvimento sejam peculiares. Governar o DF exige criatividade e inovação.

As soluções dos problemas socioeconômicos e ambientais exigem forte ação do governo local e

intensa cooperação com outras esferas governamentais. É necessário criar condições favoráveis para a consolidação e a ocupação territorial do Distrito Federal, mas é preciso dirigir o foco para ultrapassar suas fronteiras. O desenvolvimento requer a gestão articulada e compartilhada com os municípios da região de influência de Brasília – muitos além de seu entorno imediato –, considerando especialmente os eixos nacionais de integração.

Dois problemas, especialmente, requerem atenção imediata: a concentração do mercado de trabalho e da oferta de serviços públicos nas áreas centrais e o crescimento populacional no Entorno. De cada dez empregos no Distrito Federal, sete são oferecidos dentro da área tombada. Da mesma forma, entre os estudantes que cursam universidades, 90% encontram-se no Plano Piloto. Entre todos os moradores do entorno hoje empregados, 69% trabalham na área central do DF.

Se pretendemos garantir a todos um futuro com qualidade de vida, a tarefa de atenuar a pressão por serviços e empregos e, consequentemente, as deseconomias dentro da área tombada deve começar já.

O futuro Governo terá como meta principal a criação de condições para reduzir os desníveis sociais e regionais e assegurar a todos os cidadãos igualdade de oportunidades. É meta aumentar em 5% os

índices de IDH (Índice de Desenvolvimento Humano) do grupo de regiões administrativas cujo o índice seja igual ou menor que 0,826 e, consequentemente reduzir as desigualdades sociais em todo o DF.

O Governo promoverá o crescimento econômico equilibrado em todas as regiões administrativas, de forma a reduzir a pressão sobre as áreas centrais do DF, aproximar o Estado do cidadão e oferecer serviços públicos de qualidade a todos.

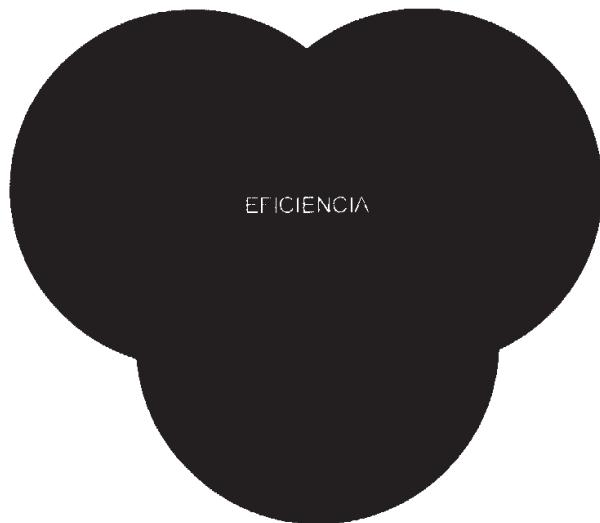
la para o sucesso: a gestão moderna e eficiente. É necessário modernizar a máquina do Estado com a reestruturação de processos, o gerenciamento eficaz dos projetos, a capacitação dos servidores e o acompanhamento da execução dos objetivos e metas. É fundamental gastar melhor. É prioritário fazer chegar a todos os brasilienses serviços de qualidade. Gastar melhor para servir melhor.

Esses objetivos não serão alcançados sem que se prepare o cidadão. A educação é elemento fundamental para garantir o sucesso do plano e será a prioridade do governo. O Estado tem a obrigação de garantir a todos educação de qualidade e condições

adequadas para o ingresso no mercado de trabalho. Redução de desigualdades sociais e melhoria de qualidade de vida não podem ser alcançadas sem que todos estejam devidamente habilitados para o futuro.

O Plano reflete esses princípios. A estratégia que presidiu sua elaboração e norteará a implementação está baseada em três diretrizes  
– **descentralização, integração e modernização.**

- Descentralização dos serviços públicos, aproximando o Estado do cidadão, aumentando a rapidez e eficiência na prestação de serviços e reduzindo a concentração que provoca a queda na qualidade de vida e na prestação dos serviços.
- Descentralização da atividade econômica, aumentando as oportunidades de emprego e renda em todas as cidades e regiões, promovendo o crescimento econômico perto das moradias, reduzindo o tempo de deslocamento casa-trabalho e melhorando a qualidade de vida de todos.
- Integração dos órgãos e programas da administração pública, com o acompanhamento sistemático de todas as ações do Governo, metas e objetivos, possibilitando eficiência, redução de custos e, consequentemente, melhoria e expansão dos serviços.
- Integração das atividades em saúde, educação, segurança e transportes, visando à melhoria da prestação dos serviços com maior produtividade e menores custos.
- Modernização da gestão pública e a criação de centros de excelência nos serviços de saúde, educação e segurança.



- Informatização de todos os processos administrativos, acompanhamento de metas e redução de custos bem como a capacitação e valorização do servidor.

Não se pretende aqui esgotar o conjunto das ações do futuro Governo, nem são definitivos os projetos ora submetidos à população. Este Plano, assim como o futuro Governo, será dinâmico e aberto a alterações. Novas propostas e sugestões certamente virão. Vamos discuti-las e fazer as modificações necessárias. O Governo, e a sociedade são entes em constante mudança adaptação e evolução.

## A situação físico-territorial

Brasília teve seus limites originais rompidos pela pressão populacional que foi atraída pela capital, provocando um extravasamento populacional fora dos limites do Plano Piloto, originalmente previsto para abrigar 500 mil habitantes. Antes aconteceram ocupações irregulares dentro do Plano Piloto que exigiram uma ação governamental para a transferência destas populações para fora daqueles limites, formando a Ceilândia e outros aglomerados.

A falta de uma política racional de ocupação do solo, ao longo de quatro décadas, fez com que a classe média se apropriasse de áreas de terras, transformando-as em condomínios fechados.

Uma das características da metrópole é a fragmentação da estrutura urbana, que tem como consequência um transporte público ineficiente e caro, estimulando o uso do transporte individual e gerando demandas por mais vias de acesso e obras de arte que não resolverão os problemas de congestionamento nas horas de pico.

Outra característica da metrópole é a transformação dela em cidade-dormitório, o que acontece com muitas das cidades-satélites do Distrito Federal.

Boa parte dos investimentos do Governo do Distrito Federal vai para o Plano Piloto, área de maior concentração de atividades econômicas e reunindo hoje 70% dos empregos do Distrito Federal.

A maior parte da população de baixa renda está concentrada fora do Plano Piloto e mesmo para além dos limites do Distrito Federal, formando o que se denomina Entorno do DF, inclusive no Estado de Goiás. Esta população, em Goiás, foge dos elevados preços das terras no DF, terras por sinal de propriedade do próprio GDF. A falta de uma política de oferta de lotes urbanizados populares que antecipe a demanda, cada vez maior, faz com que a população busque no Estado vizinho a alternativa para sua moradia.

## A situação sócio-econômica

É evidente a dependência econômica em relação ao Plano Piloto, fazendo com que seja fundamental uma intervenção que rompa com esta situação definitivamente. A criação de postos de trabalho dentro ou próximo aos núcleos populacionais é urgente, pois a enorme concentração dos empregos no Plano Piloto transformou-se na maior responsável pela deterioração das condições sócio-econômicas de grande parcela da população do Distrito Federal, mesmo que exista nas cidades-satélites uma grande atividade comercial e de serviços, muitas em situação de informalidade. Os mercados públicos são extremamente concorridos e ativos, embora a estrutura física seja muitas vezes precária.

A informalidade dos camelôs é uma constante, notadamente no Plano Piloto (Rodoviária e SCS), e também nas cidades do entorno, inclusive em Goiás, necessitando uma intervenção urgente dos poderes públicos.

Como na maioria das cidades brasileiras, há problemas no atendimento na área da saúde, segurança e educação.

## Educação

A necessidade de oferecer educação de qualidade à população tornou-se um consenso nacional. É esse o desafio que o futuro Governo propõe-se a enfrentar. E é por isso que a **EDUCAÇÃO DE QUALIDADE** será A PRIORIDADE.

Comparada com o resto do Brasil, a educação no DF apresenta invejáveis padrões educacionais: a infra-estrutura é razoável, a remuneração dos professores é mais do dobro da média nacional, temos a maior proporção de adultos com nível superior, os resultados dos alunos da 4<sup>a</sup> série em exames como o SAEB e a PROVA BRASIL situam-nos entre os melhores do País. Mas isso é muito pouco, especialmente para aqueles que dependem da escola pública – que constituem a maioria de nossa população. Eis os principais problemas:

- Temos a melhor nota no SAEB da 4<sup>a</sup> série. Mas isso significa que mais de 50% dos alunos não atingiram os níveis mínimos. Na 8<sup>a</sup> série, mais de 70% também não atingiram os valores mínimos. Nas provas do ENEM, apenas 4 escolas obtiveram média superior a 40%, e mesmo assim, ficaram abaixo dos 50%.
- Os índices de repetência e abandono ainda são elevados, especialmente nas séries iniciais: temos 52 mil matrículas na 1<sup>a</sup> série, mas, apenas, 38 mil na 8<sup>a</sup> série. Em decorrência, mais da metade dos alunos do Ensino Médio têm idade superior a 18 anos.

Mudar os rumos da educação requer novos modos de pensar e fazer a educação. Requer liderança para construir consensos na sociedade com vistas a transformar cada escola numa escola de qualidade. Requer a coragem para reconhecer que ainda temos problemas de base, que precisam ser corrigidos e superados antes dos demais. E, mais do que projetos e programas, requer novas orientações e novas formas de gerenciamento para fazer a escola funcionar. Para tanto, elege-se quatro linhas de atuação:

- A escola é onde a educação acontece. O objetivo é colocar a sociedade, as famílias e o Governo a serviço das escolas. E dar condições para as escolas funcionarem com autonomia e responsabilidade para obter os resultados que delas se esperam.
- O Ensino Fundamental de qualidade para todos é a base da cidadania. Converter a retórica em ação efetiva significa assegurar que todos os alunos atinjam as competências mínimas: atualmente, menos de 30% dos alunos atingem esses parâmetros.
- O Ensino Médio reflete as deficiências do Ensino Fundamental: mais da metade dos alunos tem mais de 18 anos, mais de um terço dos cursos são noturnos, o índice de perdas é elevadíssimo, as oportunidades de formação são poucas. Em muitos casos, o aluno carente também precisa de apoio financeiro para continuar estudando.
- Na era da sociedade do conhecimento é indispensável incorporar o ensino de ciências ao currículo desde os primeiros anos do ensino fundamental.

### Erradicação do Analfabetismo

**Alfabetizar os 2,5% da população entre 15 e 29 anos que se declararam analfabetas na PNAD e transformar o DF na primeira unidade da federação a erradicar completamente o analfabetismo.**

O analfabetismo impossibilita a compreensão e domínio de códigos, seu manejo na sociedade e na prática social de ler e escrever. No Distrito Federal, segundo os dados da última Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílio - PNAD, existem quase setenta mil pessoas incapazes de ler e escrever um simples bilhete (6,3% da população acima de dez anos).

**Educação Infantil****Universalizar o acesso ao ensino infantil (0 a 6 anos) com prioridade à pré-escola e ampliação da oferta de creches nas regiões mais carentes.**

Segundo as estatísticas, 1/3 das crianças de 4 a 6 anos do Distrito Federal não encontram vagas nas escolas de educação infantil. As crianças mal nutridas e que nunca tiveram um livro para ler, sem as intervenções promovidas pela educação infantil, terão poucas chances de serem bem sucedidas quando entrarem no ensino fundamental e todo seu progresso posterior estará comprometido. Dessa forma, no futuro Governo, será prioritária a oferta de vagas em número suficiente para assegurar a universalização também para o ensino infantil, seja em creches (incluindo berçário, maternal I, maternal II), ou pré-escola (contemplando os 1, 2, 3 períodos). O custo do programa relativo à infra-estrutura é da ordem de R\$ 12 milhões, equivalente a R\$ 3 milhões/ano.

**Escola do Amanhã****Aumentar o potencial de absorção de jovens no mercado de trabalho implantando 10 escolas profissionalizantes nas regiões administrativas do DF.**

O ensino médio do DF tem cerca de 86.000 alunos. Implantar 10 escolas profissionalizantes nas regiões administrativas. As escolas serão especialmente construídas e equipadas para esse fim e terão capacidade de atendimento de 500 alunos por unidade. Os cursos serão estruturados de forma a acompanhar as demandas e exigências do mercado de trabalho, integrando ensino médio, formação profissional e primeiro emprego. Serão envolvidos diversos órgãos nos âmbitos distrital e federal, bem como com o sistema S (SESC, SENAI, SESI, SEST e SENAR). O custo estimado para implantação das escolas profissionalizantes é de R\$ 22 milhões em um período de dois anos.

**Escola Modelo****Reducir a evasão em 20% e aumentar em 30% as notas médias dos ensinos fundamental e médio no período de quatro anos construindo uma educação de qualidade aos 530 mil estudantes do Sistema Público de Educação do DF.**

O sistema educacional será aperfeiçoado utilizando políticas e práticas didático-pedagógicas com objetivo de promover o desenvolvimento das pessoas e da sociedade. Os resultados serão aferidos mediante parâmetros internacionais.

**Faculdades da UnB****Aumentar o percentual de universitários em famílias com renda inferior a 10 salários mínimos, implantando 10 faculdades da UnB nas regiões administrativas.**

A exemplo da unidade construída em Planaltina, implantar em parceria com a UnB mais 10 faculdades (*campi* avançados) nas demais regiões administrativas. O custo estimado para a construção dessas faculdades é de R\$ 50 milhões em quatro anos.

**Bolsa Escola do Ensino Médio****Reducir a evasão no ensino médio em 20%, garantindo apoio financeiro para 5.000 alunos do ensino.**

Inserir, nos programas sociais existentes, os alunos do ensino médio, para que tenham condições de se dedicar exclusivamente ao estudo. Um dos motivos da evasão escolar é a necessidade de o adolescente ajudar na formação da renda familiar. Será oferecida uma bolsa de estudo, de meio salário mínimo mensal, com a contrapartida de bons rendimentos e freqüência mínima em sala de aula, aos alunos, quando constatadas suas carências socioeconômicas. O programa terá o orçamento de R\$ 11 milhões por ano.

# Educação

## Docentes Informatizados

## Renda Universidade

## Fim de Semana na Escola

## Gestão Escolar

### **Garantir o acesso a todos os professores da rede pública financiando a compra de computadores a todos os professores.**

Estimativas indicam que apenas 30% de todos os professores têm acesso à informática em suas casas. A modernização do ensino e a preparação das escolas com os instrumentos modernos de informação e comunicação pressupõem que todos os professores tenham acesso aos computadores. Serão procedidos investimentos na capacitação e financiamento da aquisição de recursos de informática, que é um indispensável instrumento de treinamento à distância bem como de pesquisa e de atualização.

### **Ampliar as bolsas para 5.000 vestibulandos de baixa-renda no valor de meio salário mínimo, para aqueles oriundos da rede pública.**

Os bolsistas terão que cumprir, como contrapartida, atividades de estágio no setor público em suas respectivas áreas. O programa custará R\$ 18 milhões ao ano.

### **Atrair 50% dos alunos de cada escola para atividades extra-curriculares, abrindo 200 escolas nos finais de semana.**

Diversos estudos e pesquisas mostram a necessidade de criar espaços de educação e lazer nos finais de semana como forma de reduzir a violência e integrar a comunidade. Abrir 200 escolas nos fins de semana para que os jovens e seus familiares possam ter acesso à educação, cultura, esporte e lazer, principalmente nas regiões administrativas onde houver demanda para esses serviços, visando a redução da violência juvenil.

### **Descentralizar orçamento para as unidades escolares.**

Será adotada política de descentralizar e redistribuir recursos financeiros para as unidades de ensino. As escolas terão autonomia financeira para realizar despesas administrativas assegurando o seu pleno funcionamento com eficiência. Para tanto, os diretores das unidades escolares serão capacitados para essas novas atividades.

O Governo cumprirá no Distrito Federal o preceito constitucional que determina a saúde “direito de todos e dever do Estado, garantida mediante políticas sociais e econômicas que visem a redução do risco de doença e de outros agravos e ao acesso universal e igualitário às ações e serviços para sua promoção, proteção e recuperação”.

Para que o Estado cumpra esse papel, e todos os cidadãos tenham assegurado o direito à saúde, serão desenvolvidas ações preventivas (de forma que a Secretaria seja, efetivamente, da Saúde, não da Doença) e curativas, além de modernizar a gestão do Sistema, para que o poder público ofereça serviços de qualidade, com a presteza e agilidade que a sociedade exige.

Mais do que nunca Descentralização, Integração e Modernização farão parte do tripé básico das políticas que oferecerão serviços de saúde a todos com eficiência e qualidade.

**Posto de Saúde  
24 hs****Reducir a demanda de pacientes sobre os hospitais regionais e garantir a racionalização do sistema, garantindo o funcionamento 24 horas de Postos de Saúde.**

Postos de saúde funcionarão 24 horas. Para atendimento primário no horário comercial e para atendimento emergencial, com médico, enfermeira e ambulância nos fins de semana e à noite.

**Melhorar a qualidade do atendimento e reduzir o tempo de espera, construindo os hospitais do Recanto das Emas, São Sebastião e Águas Lindas. Conduir ou colocar em pleno funcionamento as unidades do Paranoá, Santa Maria e Santo Antônio do Descoberto.**

O hospital do Gama será transformado em unidade modelo com vocação para o atendimento das demandas do entorno. O hospital do Paranoá será equipado e o de Santa Maria será concluído. Os quadros de médicos, paramédicos e auxiliares serão ampliados, conforme as novas necessidades do Sistema. Os custos para implantação e conclusão das unidades hospitalares serão da ordem de R\$ 120 milhões.

**Modernizar, por meio da informatização, o Sistema de Saúde do DF para garantir agilização no atendimento e qualidade na gestão.**

Promover e complementar a informatização de todo o Sistema Público de Saúde do DF, de tal maneira que estarão permanentemente disponíveis as informações sobre vagas hospitalares, horários para consultas em todas as especialidades médicas, estoques de medicamentos, marcação de exames radiológicos, bioquímicos e outros serviços. O custo para a modernização do Sistema está estimado em R\$ 50 milhões.

**Melhorar a qualidade do atendimento, acompanhar o desempenho e planejar demandas implantando o Cartão Saúde.**

Esse cartão armazenará todas as informações do histórico de saúde dos usuários, garantindo melhor atendimento ao paciente e, ainda, propiciará maior racionalização dos serviços médico-hospitalares. Abrirá caminho para o controle do atendimento a pacientes vindos de outras unidades da Federação – o que, por sua vez, permitirá a cobrança dos serviços prestados, via Sistema Único de Saúde - SUS. Para tanto, serão firmados convênios com as prefeituras dessas localidades. O Cartão possibilitará a criação do prontuário eletrônico, pelo qual cada cidadão terá acesso ao Sistema. A implantação do Cartão está orçada em R\$ 10 milhões.

**Reducir em 50% os índices de dentes cariados, perdidos e obturados - CPOD**

Serão instalados consultórios odontológicos nas escolas públicas do DF, para atender aos 530 mil alunos da rede de ensino e à comunidade. Será garantido que, ao final de quatro anos, os alunos utilizem corretamente os conhecimentos preventivos que serão oferecidos pelo programa. O custo de pessoal para implantação do projeto será de R\$ 30 milhões/ano e a instalação de equipamentos para os consultórios corresponde a R\$ 20 milhões.

**Modernizar os serviços de diagnóstico e tratamento na rede de saúde pública do DF.**

Será procedida a aquisição de equipamentos modernos em substituição ao sistema tradicional de diagnósticos. O diagnóstico por meio de imagens digitais é essencial para o suporte ao atendimento nos hospitais, possibilitando ainda a redução no tempo de internação dos pacientes. Serão utilizados recursos de informática de última geração específicos para esta finalidade. O projeto começará pelo Hospital de Base, expandindo-se posteriormente para outras unidades da rede. A implantação do projeto está orçado em R\$ 20 milhões.

**Construção e  
Conclusão de  
Hospitais****Modernização do  
Sistema de Saúde****Saúde****Cartão Saúde****Dentista da Escola****Telemedicina**

## Transporte e Trânsito

A baixa qualidade dos serviços de transporte, o envelhecimento da frota de ônibus, a falta de integração do sistema, a baixa utilização do metrô, a concentração de negócios e serviços nas regiões centrais e a carência de empregos no Entorno do DF, atem diretamente no Sistema de Transportes Urbanos do Distrito Federal, criando pro-

blemas como: superlotação dos ônibus, congestionamento, maior tempo de deslocamento e irregularidade no cumprimento de horários.

Os problemas apontados funcionam como incentivo ao crescimento do transporte irregular ou clandestino, bem como no preço das tarifas praticadas.

### Pardais

**Racionalizar a localização dos “pardais” e barreiras eletrônicas e adotar critérios que priorizem a educação no trânsito, a redução de acidentes em vez da arrecadação de multas.**  
Será dada absoluta transparência à utilização dos recursos arrecadados e prestado contas sistematicamente à população.

### Trem da Integração

**Retirar 50 mil passageiros por dia do sistema de transporte que pressiona o Eixo Sul (BR - 040) implantando o sistema ferroviário de passageiros entre Luziânia e Brasília.**

Aproveitando a via férrea de 22km já existente, o serviço atenderá às populações do eixo que concentra a maior demanda na região. Terá como ponto terminal no DF a atual Estação Rodoviária, que será reformada e possibilitará adequada integração com o restante do sistema de transporte coletivo.

Será criada uma linha circular no eixo monumental para fazer a conexão ao Trem da Integração. O financiamento será feito pelo BNDES e terá apoio do Governo Federal. Custo estimado de R\$ 90 milhões com 70% a ser financiado pelo BNDES.

### Metrô Gama-Plano Piloto

**Implantar a Linha de Metrô Gama – Plano Piloto.**

Implantar a linha do Metrô para o Gama com 14Km de extensão e sete estações. O custo estimado da obra é de cerca de R\$ 600 milhões com 60% a ser financiado pelo BNDES.

### Metrô Linha 1

**Expandir 3,8km da Linha 1, concluir 13 estações e ampliar o seu horário de funcionamento (06:00 às 24:00 horas).**

Ampliar a linha atual (Plano Piloto/Guará/Águas Claras/Taguatinga/Ceilândia/Samambaia) para atender à demanda por transportes dos Setores Comercial e Bancário Norte de Brasília, com 800 metros de extensão, tendo como referência a Estação Central do Metrô, ao lado da Rodoviária. Em Samambaia, a linha atual será prolongada em 3 km, a partir do terminal Samambaia, para atender à cidade na sua totalidade. Concluir e colocar em funcionamento as 13 estações inacabadas da Linha 1, que estão localizadas no Plano Piloto (6), Guará (1), Taguatinga (2) e Ceilândia (4). O custo do empreendimento é da ordem de R\$ 200 milhões.

### Inter-bairros

**Construir nova via de ligação entre o Plano Piloto/Guará/Águas Claras e Taguatinga Sul.**

A construção dessa nova via, com 14km de extensão, facilitará o trânsito dos moradores do Guará, Águas Claras e Taguatinga Sul, bem como ao Plano Piloto. Permitirá, também, a eliminação dos constantes engarrafamentos hoje verificados no final da Asa Sul, na EPTG, na EPGU e na EPNB. O custo dessa obra está estimado em R\$ 200 milhões.

# Transporte e Trânsito

## Transporte Fácil

**Reducir o tempo e custo do transporte implantando um modelo de gestão dos transportes coletivos baseado na integração operacional e tarifária.**

O novo modelo prevê a circulação dos ônibus em faixas exclusivas. O controle da circulação dos ônibus será feito por meio de sensores distribuídos ao longo dos trajetos, garantindo ao usuário a freqüência planejada, a redução do tempo de viagem e o aumento do conforto e segurança, com pagamento de uma única tarifa no seu deslocamento. Ao todo serão construídos/reformados 40 terminais. Destaca-se a reforma da Rodoviária do Plano Piloto, com a criação de novos acessos, interligados com a Estação Central do Metrô e com o Trem da Integração. O custo estimado é de R\$ 200 milhões, sendo 50% do valor proveniente do Tesouro do DF.

## Nova Rodoviária

**Aumentar a integração entre o sistema de transportes construindo a nova Rodoviária interestadual, por meio do Programa de Parceria Público Privada (PPP).**

A nova Rodoviária de Brasília será construída ao lado da Estação Shopping do Metrô, dotada de áreas de serviços, permitindo a desativação da Rodoferroviária, que se tornou pequena e inadequada para o atendimento da demanda atual. A Rodoferroviária será utilizada como terminal do Trem da Integração – Luziânia–Brasília. Custo orçado de R\$ 40 milhões. Do total, R\$ 20 milhões serão custeados pelo GDF.

## Sistema Viário

**Ampliar a capacidade de transporte dos eixos de ligação do Plano Piloto com as Cidades Satélites.**

A ampliação do sistema viário não será apenas um alargamento de pista e sim a elaboração de um novo conceito de circulação viária, com a criação de faixas adicionais, vias marginais, transposições em desníveis (áreas ou subterrâneas), sinalização viária, iluminação especial, sinalização semafórica sincronizada, e quando recomendada, a implantação de Veículos Leves sobre Trilhos - VLT, ou faixas exclusivas para o transporte coletivo. Destacam-se ainda, os projetos de recuperação das avenidas W3 e Comercial/SAMDU/Hélio Prates. O custo estimado das obras é de cerca de R\$ 500 milhões, dos quais, 60% (R\$ 300 milhões) serão financiados pelo BID.

## Anel Rodoviário

**Construir o Anel Rodoviário do Distrito Federal.**

O Anel Rodoviário, com aproximadamente 250 km, permitirá a retirada do tráfego rodoviário de cargas pesadas nas principais vias, reservando-as apenas para o tráfego interno do DF. O custo estimado para pavimentação dos trechos complementares (65 Km) é de R\$ 150 milhões.

# Meio Ambiente, Saneamento e Coleta Seletiva de Lixo

No Distrito Federal e Entorno originam-se três bacias de expressão continental: o Tocantins e seus afluentes integram a bacia do Paraná; o rio Maranhão compõe a bacia complexo Tocantins–Araguaia; e o rio Preto pertence à bacia do São Francisco. No Distrito Federal encontra-se numa região de nascentes, de extrema sensibilidade ambiental, fato que determina que a questão da preservação da água deva ser tratada com prioridade.

Quanto ao saneamento, embora no DF tenhamos alcançado índices relevantes em relação ao abastecimento de água potável e tratamento de esgotos, o mesmo não ocorre na região do Entorno, razão pela qual a CAESEB tem atuado nas cidades limítrofes, particularmente Águas Lindas de Goiás, com o objetivo de proteger a Bacia do Rio Araguaia.

Com relação à gestão de resíduos sólidos, uma decisão fundamental reside na criação do sistema por região, de modo a racionalizar o gerenciamento dos contratos e também eliminar o "passeio" do lixo. Não é razoável continuar o transporte dos rejeitos por longas distâncias para um único aterro, causando problemas de tráfego e usos dos recursos públicos de maneira ineficaz.

## **Elaborar e implantar o Zoneamento Ecológico-Econômico – ZEE do Distrito Federal.**

### **Zoneamento Ecológico Econômico ZEE - DF**

O ZEE representa um instrumento básico para a gestão ambiental e determinação dos usos e ocupações no território do DF. Trata-se de um estudo previsto pela Lei Orgânica e até mesmo a revisão do Plano Diretor de Ordenamento Territorial - PDOT em curso deverá seguir as suas orientações. Em outras palavras, o ZEE explicitará todos os nossos recursos naturais e indicará como utilizá-los de modo sustentável. O custo dos estudos será de R\$ 1 milhão.

## **Implantar o Parque Burle Marx e outros 21 Parques de Uso Múltiplo.**

O Parque Burle Marx (com 310 hectares), também conhecido como Parque Norte, corresponde, na Asa Norte de Brasília, ao Parque Sara Kubitschek (Parque da Cidade) na Asa Sul. Assim como o Parque da Cidade, que assegura uma faixa verde que distancia ecologicamente o Setor Sudoeste e o Setor Gráfico, da Asa Sul do Plano Piloto, o Parque Burle Marx tem a mesma vocação, protegendo a Asa Norte e assegurando semelhante faixa ecológica em relação ao futuro Setor Noroeste. Os dois parques, juntos, configuram uma proteção "verde" única, preservando o Plano Piloto do ponto de vista urbanístico e ao mesmo tempo garantindo qualidade de vida ambiental e de lazer para Brasília, possibilitando também um corredor ecológico que se estende do zoológico no extremo da Asa Sul ao Parque Nacional (Água Mineral) no extremo da Asa Norte. Os recursos para implantação do Parque virão da comercialização dos lotes do Setor Noroeste.

### **Implantação de Parques**

Os Parques de Uso Múltiplo representam espaços privilegiados e seguros para a prática de diversas atividades físicas, desportivas e culturais, contribuindo significativamente para a qualidade de vida da população. Serão implantados os seguintes parques: Urbano do Gama; Recanto das Emas; Santa Maria; Veredinha (Brazlândia); Corujas (Ceilândia); Três Meninas (Samambaia); Cortado (Taguatinga); Areal (Águas Claras); Asa Sul (Plano Piloto); Sucupiras (Sudoeste); Varijão; Sucupira (Planaltina); Tororó e Bosque (São Sebastião); Vila Planalto (Plano Piloto); Candangolândia; Guará; Das Garças (Lago Norte); Anfiteatro do Lago Sul; Ermida Dom Bosco (Lago Sul); Riacho Fundo; e Lago Norte. O custo para implantação dos parques é da ordem de R\$ 48 milhões.

# Meio Ambiente, Saneamento e Coleta Seletiva de Lixo

## Coleta Seletiva e Gestão de Resíduos Sólidos

**Implantar a coleta seletiva em todas regiões administrativas do DF e reduzir o custo do serviço, aumentando a eficiência e descentralizando os serviços de varrição, coleta, tratamento e destinação final de resíduos sólidos terceirizados.**

A gestão de resíduos sólidos do DF será redimensionada. O contrato de terceirização em vigor não tem assegurado resultados eficazes, particularmente quanto à implantação da coleta seletiva, gestão de usinas de tratamento e do aterro de lixo. A divisão dos serviços em lotes permitirá uma gestão comparativa entre as empresas contratadas e induzirá a implantação de novos aterros, de maneira a diminuir os gastos com o transporte de lixo em longas distâncias. No âmbito da nova gestão setorial, serão encerradas as atividades do Aterro da Estrutural e providenciada a recuperação da área, assegurando a proteção do Parque Nacional [Água Mineral], importante unidade de conservação do DF. O custo estimado para implantação dos novos equipamentos e recuperação da estrutura existente é de R\$ 100 milhões, distribuídos em quatro anos.

## Recuperação de Bacias Hidrográficas

### Recuperar as Bacias Hidrográficas do DF.

As bacias hidrográficas do Rio Paranoá e do Rio Descoberto já estão em recuperação por meio do programa Brasília Sustentável. No futuro Governo será ampliado o atendimento para as demais bacias do DF, entre as quais a do Rio Preto, São Bartolomeu, São Marcos e Corumbá, por meio da contenção de processos erosivos, recuperação de matas de galeria, proteção de áreas de preservação permanentes e de recarga de aquíferos, e exigência de cumprimento da legislação referente à implantação de reservas legais, que permitirão o restabelecimento de corredores ecológicos. O custo do programa é da ordem de R\$ 5 milhões/ano.

# Turismo, Esporte, Lazer e Cultura

Cidade jovem, com vocação turística, esportiva e cultural, reveladora de talentos, o Distrito Federal tem, dentre outros desafios, o de ser uma referência brasileira para o desenvolvimento esportivo e de lazer como instrumento de garantia de qualidade de vida, formação e de prática da cidadania.

O desenvolvimento da cultura, em estreita ligação com o setor turístico, eventos, lazer e esportes, será capaz de trazer bons dividendos sociais e econômicos à Capital Federal. O setor cultural reúne todas as condições potenciais para se desenvolver – tanto no que diz respeito à diversidade quanto na descentralização dos eventos em direção às regiões administrativas, já que a quase totalidade das ofertas de eventos culturais do DF se dá quase que exclusivamente em Brasília.

## **Criar espaços culturais permanentes para as populações de baixa renda em 15 regiões administrativas do DF.**

Cada região administrativa terá uma Tenda da Cultura que servirá para manifestações e espetáculos culturais nas áreas de teatro, dança, cinema, artes plásticas e música. Serão casas de cultura que incentivarião artistas locais, mas que também atrairão grupos nacionais e internacionais. Essas Tendas da Cultura serão palcos, igualmente, de festas e manifestações populares da cidade.

O objetivo é disseminar atividades culturais entre as comunidades, com foco principal nas crianças, adolescentes e suas famílias. Os custos para implantação das Tendas estão estimados em R\$ 15 milhões.

## **Tenda da Cultura**

## **Implantar 2 Escolas de Música.**

Ampliar as atividades da Escola de Música de Brasília, com o aumento do seu quadro de profissionais e a reforma das instalações da unidade do Plano Piloto, bem como a implantação de mais duas Escolas de Música: uma em Taguatinga e outra em Sobradinho. O Custo para implantação das duas novas escolas é de R\$ 4 milhões.

## **Escolas de Música**

## **Aumentar o tempo dos estudantes do ensino médio e fundamental em atividades complementares, construindo 20 centros poliesportivos destinados à prática de esportes.**

As Vilas Olímpicas oferecerão alternativas saudáveis de atividades para os alunos da rede pública de ensino nas regiões mais carentes. Servirão à inclusão social de crianças e adolescentes, dando um passo importante para implantar o horário integral nas escolas e estimulando a formação de atletas e para-atletas. O custo de cada unidade está estimado em R\$ 5 milhões, perfazendo um total de R\$ 100 milhões.

## **Vilas Olímpicas**

## **Reformar os estádios “Mané Garrincha” (45 mil torcedores), “Bezerrão” (25 mil) e “Serejão” (25 mil).**

Os estádios serão reformados e modernizados os sistemas de comunicação, transporte e hospedagem, de acordo com os padrões da Federação Internacional de Futebol - FIFA, preparando-os também para receber outros eventos esportivos de grande porte. Os custos das reformas e modernização são da ordem de R\$ 120 milhões.

## **Copa 2014**

# Turismo, Esporte, Lazer e Cultura

## **Turismo Século 21**

### **Aumentar em 100% o número de turistas, tornando Brasília polo nacional de atração turística.**

Implantar o Programa de Desenvolvimento Turístico com ações integradas e visão estratégica de desenvolvimento do setor, com o objetivo de impulsionar e solidificar, a curto prazo, o turismo no Distrito Federal. O programa prevê duas iniciativas essenciais, além de algumas outras ações pontuais, relacionadas a seguir:

- Programa de Sensibilização, Promoção e Marketing. Em curto espaço de tempo, realizar ações de divulgação de eventos por meio de materiais promocionais, campanhas veiculadas pela TV e em jornais de circulação nacional, divulgando Brasília como destino de eventos associativos e turísticos.
- Sistema de Atendimento ao Turista. Serão implementados Centros de Atendimento e quiosques multimídia, com recursos multilíngües.
- Promover o Turismo de Eventos intensificando a utilização do Centro de Convenções Ulysses Guimarães.

## **Parque "O Povo Brasileiro"**

### **Criar o Parque "O Povo Brasileiro".**

Brasília tem a representação institucional do País e terá também uma expressão cultural do povo brasileiro. Para realizar este projeto, será criado um parque temático por meio de parceria com a iniciativa privada. O Parque abrigará o que for de mais representativo dos estados. Inspirado no parque "El pueblo español", de Barcelona, esse Parque será dividido em 27 segmentos – cada qual representando um estado brasileiro, com toda a gama de suas manifestações culturais e artísticas (música, artes plásticas, dança, costumes, culinária). O turista que o visitar, estará conhecendo o País, como se estivesse percorrendo seus 8,5 milhões de quilômetros quadrados. Além de ser um forte equipamento de incentivo ao turismo, estratégia adotada com sucesso em diversos países, o Parque Temático será um centro de preservação da memória nacional. Semelhante a uma Feira dos Estados permanente, o Parque "O Povo Brasileiro" será auto-sustentável por meio da comercialização de diversos produtos.

O Parque será implantado em área a ser cedida pelo GDF com investimentos de parceiros privados.

## **Apoio à Cultura**

### **Apoiar a cultura por meio da oferta de recursos institucionais e privados.**

Implantar o Regime de Tributação Especial - RTE para todas as empresas de fomento à arte e à cultura. Paralelamente, ampliar a dotação orçamentária destinada ao setor e aperfeiçoar os mecanismos de acesso aos recursos do FAC (Fundo de Arte e Cultura), de modo a democratizar sua utilização. Criar também, a Lei de Incentivos Fiscais para a cultura local, e adotar critérios para definição de patrocínios por parte das empresas e agências governamentais, sistematizando o apoio às diversas iniciativas culturais.

## **Rádio Cultura**

### **Resgatar os princípios que nortearam a criação da Rádio Cultura.**

A Rádio Cultura foi criada para promover as iniciativas locais e incentivar o surgimento de novos talentos no Distrito Federal. Nos últimos anos, esses fundamentos foram desvirtuados, fazendo com que a Rádio se equipasse às demais emissoras que têm características predominantemente comerciais. Serão retomados os princípios que trouxeram excelentes resultados, contribuindo para a revelação de diversos talentos que alcançaram dimensão nacional.

# Desenvolvimento Urbano

Estima-se que o déficit habitacional no Distrito Federal é de cerca de 97.000 famílias. É necessário planejar a expansão de novas áreas habitacionais no DF e Entorno para forma de desestimular a ocupação ilegal do solo e novas invasões.

## Oferta Habitacional

## Condomínios

## Urbanização

### **Reducir o déficit habitacional em 50% nos primeiros dois anos de Governo, oferecendo áreas habitacionais planejadas no DF e no Entorno.**

Com base no planejamento da expansão urbana e implantação de novas áreas habitacionais, conseguir-se-á desestimular e coibir a ocupação ilegal do solo. Serão acelerados os programas de habitação popular dando seqüência aos projetos dos setores habitacionais em andamento, tais como o Setor Noroeste, Vila Militar e Catetinho, entre outros. Os custos da infra-estrutura serão cobertos integralmente pela venda dos terrenos.

### **Regularizar os condomínios.**

Com relação aos condomínios irregulares, considera-se que a ausência de decisão para a questão tem sido extremamente danosa, especialmente para o meio ambiente. Dessa forma, será iniciado um movimento definitivo pela regularização, contemplando inicialmente aqueles que não possuem passivos ambientais e urbanísticos, separando-os dos casos em que poderão ocorrer desconstituições. Entretanto, esse movimento será feito por meio de um pacto que contará necessariamente com representantes do Governo, das comunidades envolvidas e do Ministério Público, formalizando termos de ajustamento de conduta que em caso de descumprimento, resultarão em severas penas para os responsáveis, sejam eles da comunidade ou do Governo.

Com relação à venda de lotes de propriedade do GDF envolvidos nos condomínios, será utilizada a Lei 9.262, desde que tenham sido cumpridas as demais etapas (ambiental e urbanística) necessárias à regularização.

### **Urbanizar todas as regiões administrativas.**

As obras referentes à urbanização das regiões administrativas mais carentes terão prioridade no futuro Governo. Algumas localidades como Recanto das Emas, Santa Maria, Estrutural, Itapoã, Varjão, São Sebastião e Planaltina, entre outros, há anos aguardam a execução das drenagens pluviais, pavimentações, abastecimento de água e esgotamento sanitário, além do fornecimento de energia elétrica e iluminação pública. O custo para implantação da urbanização nestas áreas está estimado em R\$ 400 milhões (R\$ 200 milhões do GDF).

# Segurança

Os indicadores de segurança pública do Distrito Federal pioraram e hoje se equivalem aos das grandes capitais brasileiras.

O crescimento do DF e do Entorno nas últimas décadas não deixa dúvida de que se formou um único espaço urbano, onde vivem cerca de 3,5 milhões de habitantes. Essa circunstância, aliada ao desemprego, crescimento do crime organizado, dos tráficos de drogas e armas, da falta de políticas públicas voltadas para a inserção social, dentre outros, torna a violência o fator que mais afeta a população, sendo, portanto, uma questão que exige soluções práticas, rápidas e eficazes.

Nossa proposta é atuar com energia, de forma descentralizada e em sintonia com órgãos de segurança pública dos municípios do Entorno, com objetivo de coibir e reduzir a criminalidade.

## Postos Policiais Comunitários

### **Reducir todos os índices de criminalidade no primeiro ano de governo em 10% em todo o DF, implantando 300 postos policiais.**

300 postos policiais serão criados no Distrito Federal, sendo que cada posto, guarnecido com 30 policiais militares, atenderá a cerca de 2 mil famílias. Esses postos serão suficientes para cobrir todo o território do DF – já que aqui existem 600 mil residências. Os policiais estarão próximos do cidadão fazendo a proteção de sua família. Desta forma, o conceito de Polícia deixa de ser “militar” para tornar-se “comunitária”.

O custo para implantação dos 300 postos policiais está orçado em R\$ 30 milhões, a ser executado no primeiro ano de Governo.

## Integração da Segurança

### **Transformar cada viatura policial em um Posto Volante, integrando as operações das viaturas com o Centro Integrado de Operações de Segurança Pública (CIOSP).**

O Centro Integrado de Operações de Segurança Pública – CIOSP é o local em que será feita a integração dos serviços de segurança pública, onde as polícias Militar, Civil e Bombeiros atuarão em conjunto para atender às necessidades da população por socorro ou segurança. O prédio já está pronto e no local vai funcionar, também, o Centro de Controle Operacional do Trânsito (CCO) que vai monitorar, por meio de câmeras, o tráfego no DF. Ao CCO estarão ligadas câmeras de vídeo instaladas em pontos estratégicos da cidade, sinais luminosos e painéis eletrônicos afixados em pontos de grande fluxo de veículos. Eles avisarão aos motoristas as vias onde existem congestionamentos de carros ou acidentes. Vamos instalar os equipamentos e colocar em funcionamento o CIOSP e o CCO. É a tecnologia em benefício do cidadão. Os equipamentos e a operação do Centro custarão R\$ 25 milhões/ano.

## GESTÃO Pública

**Para o estabelecimento de um Estado gerencial voltado para o cidadão, é básico o redesenho da estrutura da máquina pública e da filosofia de governo. Faz-se necessário reformar esse Estado a fim de aproxima-lo do cidadão, e que este sinta realmente que seus interesses comunitários estão contemplados pela ação de seus representantes.**

**É importante, também, a revisão de todos os processos críticos da administração para que eles se articulem com a ajuda dos novos recursos tecnológicos, potencializando os ganhos de eficiência organizacional.**

### Governo Informatizado

### Descentralização Administrativa

### Governo Eficiente

### Portal do Dinheiro Público

### Novo Centro Administrativo

#### **Informatizar os serviços prestados pelo governo.**

Serão implantadas medidas para dotar todas as áreas do Estado de mecanismos e instrumentos informatizados que assegurem ao cidadão o pronto atendimento de suas necessidades. Assim impõem-se a revisão dos processos e rotinas de trabalho, para que eles se articulem com a ajuda dos novos recursos tecnológicos, potencializando os ganhos de eficiência organizacional para todos os cidadãos. O custo estimado será da ordem de R\$ 40 milhões, com desembolso anual de R\$ 10 milhões.

#### **Aumentar o poder gerencial das regiões administrativas.**

Diversos serviços prestados pelo Governo hoje estão centralizados na máquina pública instalada em Brasília forçando a população a deslocamentos desnecessários. Para tanto, será descentralizado o atendimento e aumentada a autonomia das Administrações Regionais, particularmente no que diz respeito a dotações orçamentárias.

#### **Reestruturar e redesenhar os processos críticos da administração pública.**

O objetivo é a racionalização, a eliminação do desperdício, o aumento da qualidade dos serviços e a redução dos custos. Parte-se do pressuposto de que a correta e eficiente aplicação do dinheiro público beneficiará um maior número de pessoas, a menores custos, facilitará o desempenho das empresas e impulsionará o desenvolvimento econômico.

#### **Criar o Portal da Gestão do Dinheiro Público.**

Visa facilitar o acompanhamento social das ações do Estado, por meio da ampliação e unificação dos controles formais, auditorias internas e externas, controle judicial e administrativo, permitindo ao cidadão, acompanhar em tempo real, toda a movimentação financeira, pagamentos, precatórios existentes e pagos, Lei de Diretrizes Orçamentárias, planos plurianuais, leis orçamentárias anuais, a responsabilidade fiscal, o balanço geral do Estado. Parte-se da constatação de que a transparência e o controle social, ao reduzir as oportunidades de malversação e desvio dos recursos públicos, contribui para a eficiência, a eficácia e a efetividade da alocação dos recursos e, portanto, para o desenvolvimento.

#### **Implantar o novo Centro Administrativo.**

Será construído um novo Centro Administrativo na região de Taguatinga e Ceilândia para onde serão realocadas a sede do Governo e órgãos da administração pública. Esta iniciativa, além de transferir postos de trabalho e criar novos empregos, possibilitará a redução de engarrafamentos e facilitará o atendimento ao cidadão. A implantação do novo Centro Administrativo está orçada em R\$ 120 milhões. Existe a possibilidade que este custo seja objeto de uma operação de PPP.

# Desenvolvimento Econômico, Emprego e Geração de Renda

**Com vocação cada vez maior para a área de comércio e serviços, as atividades econômicas do Distrito Federal diminuíram a dependência em relação à renda gerada pelos governos Distrital e Federal.**

Segundo dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) de 2003, cerca de 33% do Produto Interno Bruto (PIB) do Distrito Federal vêm do terceiro setor, enquanto 59% têm origem estatal. O número de estabelecimentos de comércio representa 93% do volume total de empresas do DF, sem contar com a informalidade. Já a participação da indústria na formação do PIB do Distrito Federal vem caindo ao longo dos últimos anos e chegou, em 2005, ao patamar de 7%.

O futuro Governo dará prosseguimento aos programas de incentivo ao desenvolvimento econômico, tais como os PRO-DF I e II, as implantações da Cidade Digital, do "Parque Tecnológico de Biotecnologia e Agronegócios", entre outros. Principalmente, elaborará políticas visando o desenvolvimento econômico sustentado e a consequente redução das taxas de desemprego no Distrito Federal, contemplando ações integradas de dinamização do desenvolvimento do Entorno, considerando a vocação social e econômica da região.

## Racionalizar o sistema tributário modificando as bases de tributação do ISS.

Serão tomadas medidas para garantir a rationalidade tributária por meio de ações que equilibrem distorções do sistema, fazendo do modelo tributário do Distrito Federal um exemplo de promoção do desenvolvimento, da geração de emprego e renda, bem como circulação da riqueza.

Será elevado em 100% o limite de faturamento para efeito de cobrança do Imposto Sobre Serviços (ISS) simplificado. Atualmente, esse regime tributário prevê cobrança de alíquota de 2% sobre a receita mensal para empresas com receita bruta anual de até R\$ 120 mil, de 3% com receita de até R\$ 240 mil e de 4% com receita de até R\$ 360 mil. Dessa forma, serão incentivadas as micro e pequenas empresas prestadoras de serviços, favorecendo a criação de empregos e a redução da informalidade. Tal ação dar-se-á em articulação com o Governo Federal.

## Facilitar a criação de novas empresas.

Consolidar, racionalizar e simplificar toda a legislação tributária do DF, desburocratizando os trâmites legais que dificultam a implantação de novos negócios.

## Garantir tratamento tributário isonômico às empresas do DF em relação às vindas de outros estados.

Serão criados mecanismos para evitar que empresas com sedes em outras cidades do País não usem os incentivos aqui concedidos para prejudicar as atividades econômicas em desenvolvimento no Distrito Federal.

Com isto, evitarse-á a competição predatória e o consequente prejuízo ao empresariado local.

## Regularizar a titularidade dos imóveis rurais.

Muitas das 13.500 fazendas, sítios e chácaras do DF não têm acesso a créditos e financiamentos por falta de documentação, o que lhes entraiva o desenvolvimento. Será criada uma solução definitiva que garanta a continuidade da atividade produtiva e que permita o acesso a créditos.

## Reducir a sonegação de impostos e a informalidade.

O limite de faturamento das empresas inscritas no Simples Candango será elevado em 200%. Atualmente o programa está limitado para as empresas com receita bruta anual de até R\$ 120 mil, que representa apenas R\$ 10 mil de faturamento mensal, valor excessivamente baixo, que resulta em sonegação de impostos. Com a elevação desse limite, o micro empresário será estimulado a emitir notas fiscais, sem receio de ultrapassar um limite de faturamento que possa modificar sua situação tributária. Essa medida servirá de incentivo ao pequeno empresário, favorecerá a geração de novos empregos e possibilitará a redução da informalidade.

## Incentivo ao Setor de Serviços

## Desburocratização

## Isonomia Tributária

## Regularização dos Imóveis Rurais

## Novo Simples Candango

**Infra-Estrutura das ADEs****Implantar e concluir a infra-estrutura nas Áreas de Desenvolvimento Econômico – ADEs.**

As ações envolvendo os serviços de drenagem e pavimentação, de abastecimento de água e esgotamento sanitário, de distribuição de energia elétrica e iluminação pública visa ampliar a capacidade da economia das regiões administrativas na produção de bens e serviços e na efetiva geração de emprego, renda, receita tributária, e de promover o desenvolvimento econômico e social, reduzindo a concentração de empregos do Plano Piloto (71%).

Nesse sentido, serão atendidas 17 Áreas de Desenvolvimento Econômico (ADEs): Setor de Múltiplas Atividades do Gama; Setor de Depósitos de Materiais de Construção da Ceilândia; ADE Centro-Norte da Ceilândia; Setor de Expansão Econômica de Sobradinho; Setor Placa da Mercedes; Setor de Indústria da Ceilândia; ADE do Recanto das Emas; ADE de Santa Maria; ADE de Águas Claras; ADE Sul de Samambaia; ADE do Riacho Fundo II; ADE do Núcleo Bandeirante; ADE do Areal; ADE de Bonsucesso de São Sebastião; ADE de Planaltina Leste; ADE do Paranoá e ADE do Itapoã. O custo estimado para a completa implantação das ADEs é de R\$ 160 milhões, sendo que 60% será financiado pelo BID, cabendo ao GDF R\$ 64 milhões a serem aplicados em dois anos.

**Pólo de Desenvolvimento Compartilhado****Implantar pólo de atividades econômicas na região de Ceilândia/Águas Lindas.**

Implantar um pólo de desenvolvimento econômico nos limites de Ceilândia/Águas Lindas, com o objetivo de criar novos empregos na região. Estudos ambientais e dados sobre a vocação econômica da área apontarão as atividades a serem instaladas no local. O custo de implantação da infra-estrutura do novo pólo é da ordem de R\$ 20 milhões.

**BRB Desenvolvimento****Estimular a operação do BRB como agente de desenvolvimento econômico e de fomento do crescimento das atividades produtivas.**

O banco deverá ser preparado para atender demandas dos produtores e ser mais próativo em relação aos empresários do DF.

**Cidade do Agronegócio****Implantar em Planaltina um Pólo de Desenvolvimento voltado para o agronegócio.**

A cidade do Agronegócio tem como objetivo estimular a vocação econômica da região leste e promover o desenvolvimento das atividades agrícolas.

**Pacto Tributário****Negociar setorialmente reduções de alíquotas com garantias de manutenção de receita.**

Com a finalidade de incentivar a produção e gerar empregos serão negociados pactos com cada setor produtivo para reduzir a carga tributária com a garantia da manutenção da arrecadação.

# Desenvolvimento Social

Os programas sociais em andamento no Distrito Federal atendem cerca de 400 mil pessoas. Renda Minha, Renda Solidariedade, Cesta de Alimento, Pão e Leite, Restaurantes Comunitários, entre outros, são alguns dos exemplos de programas aplicados à inclusão social e transferência de renda, que serão rigorosamente mantidos e ampliados no futuro Governo, até porque são conquistas da população mais humilde.

É necessário, no entanto, aprimorar os mecanismos de contrapartidas relacionados com a educação formal e com a formação profissional, de maneira a fazerem evoluir os programas, dotando-os de componentes estruturantes que possibilitem a auto-sustentação das famílias beneficiadas.

Exatamente por esta compreensão com relação à necessidade de oferecer caminhos que permitam o alcance da cidadania é que a educação foi definida como política pública prioritária do Governo.

## Renda Mínima

**Manter os programas de renda mínima, como Cartão Solidariedade, Cestas Básicas, Pão e Leite, Restaurantes Populares, entre outros.**

Serão reduzidos os custos operacionais desses programas para garantir-lhes a expansão. Um novo enfoque será adotado para essas iniciativas: aos beneficiários, serão oferecidos programas de formação, treinamento e reciclagem que lhes favoreçam a inserção no mercado de trabalho e o acesso a atividades econômicas estáveis e dignas, permitindo-lhes no futuro prescindir dos benefícios.

## Cidade dos Meninos

**Oferecer educação de qualidade e oficinas técnicas e culturais a 5 mil jovens entre 12 e 18 anos em situação de vulnerabilidade social.**

A Casa dos Meninos atenderá jovens cujas famílias tenham renda per capita de até R\$ 100,00. O programa será implantado em parceria com a sociedade civil, inicialmente em Sobradinho, utilizando, com as devidas adaptações, a experiência da Cidade dos Meninos de Ribeirão das Neves, Minas Gerais. A contrapartida do GDF para a implantar o programa é da ordem de R\$ 7 milhões.

## Acessibilidade para Todos

**Adequar os espaços públicos para facilitar o acesso aos cidadãos com dificuldades de locomoção.**

Será garantida a participação das pessoas com dificuldades de locomoção em todas as fases de implantação das políticas públicas de interesse dessa parcela da população. Paralelamente, serão reforçados os mecanismos para a aprovação de construções que atendam aos requisitos para acesso (rampas e elevadores), locomoção e áreas destinadas aos portadores de necessidades especiais (como banheiros, auditórios, etc.), além da exigência de adaptações nas construções em que isto for tecnicamente viável. As obras para a adequação dos espaços públicos estão estimadas em R\$ 5 milhões.

# DESENVOLVIMENTO Regional

Com área aproximada de 57 mil km<sup>2</sup>, formada por 22 municípios e com cerca de 3,5 milhões de habitantes, a Região Integrada de Desenvolvimento do Distrito Federal Entorno - RIDE é uma preocupação para todos.

O crescimento desordenado da Região tem causado desequilíbrios sociais e econômicos, que se manifestam na deficiência da segurança pública, no desemprego, na falta de infra-estrutura, no sistema de transportes ineficaz, na carência dos serviços de saúde e de educação, e em danos ao meio ambiente, entre outros.

Para se ter uma noção da pressão da demanda da população do Entorno sobre os serviços públicos do DF, no Hospital Regional do Gama, metade dos pacientes atendidos nos setores de emergência e de internados são daquela região, enquanto milhares de alunos do Entorno estão matriculados nas escolas públicas do DF. Quanto ao desemprego, o IBGE aponta que existem 193 mil desempregados formais no DF, porém, esse número aumenta para 350 mil se considerada a RIDE.

Diante de tais fatos, não se pode adotar políticas públicas para o DF sem pensar no Entorno. Esse é o grande desafio a ser resolvido, de forma integrada, entre o Governo Federal, do Distrito Federal, de Goiás e de Minas Gerais.

## **Implementar políticas integradas de desenvolvimento na RIDE.**

É preciso planejar e executar de forma integrada políticas e ações de desenvolvimento, em associação com o Governo Federal e os estados de Minas Gerais e Goiás, especialmente nas áreas de meio ambiente, infra-estrutura, educação, saúde, segurança pública, geração de emprego e renda. Em parceria com a União, estados e municípios da RIDE, serão encaminhadas as seguintes ações:

## **Entorno**

- Iniciar a implantação da primeira etapa do sistema de captação e transporte de água potável da Barragem de Corumbá IV para abastecimento dos municípios do Entorno e complementar o atendimento da demanda do DF. O custo da obra está orçado em R\$ 306 milhões, que pode ser passível de uma operação de PPP ou financiamento do BNDES (60%).
- Apoiar a duplicação da BR - 020 (trecho Planaltina/Divisa com Goiás), com cerca de 40km, para melhorar o tráfego da saída norte.
- Apoiar a duplicação da BR - 080 (trecho Taguatinga/Brazlândia), com cerca de 20km, para facilitar o acesso à Padre Bernardo e à Rodovia Belém/Brasília.
- Interligar os Sistemas de Segurança Pública dos municípios do Entorno ao Centro Integrado de Operações de Segurança Pública.

# Estimativa de Custos dos Investimentos

O total de investimentos brutos previstos no Plano de Desenvolvimento Social e Econômico do futuro Governo (2007-2010), é da ordem de R\$ 3,9 bilhões (conforme tabela seguinte), dos quais R\$ 2,6 bilhões, serão cobertos com recursos próprios do GDF e R\$ 1,3 bilhões, serão supridos por operações de crédito (BNDES, BID, BIRD, entre outros), além de Parcerias Público Privadas – PPP e transferências de recursos do orçamento da União.

Em 2005, o GDF gastou cerca de R\$ 5 bilhões do seu orçamento, dos quais, as despesas com o custeio da máquina pública consumiu R\$ 3,5 bilhões, enquanto os recursos aplicados em investimentos foram da ordem de R\$ 1,5 bilhões.

Como consequência das iniciativas que serão implantadas no sentido de racionalizar o gasto público e tornar a gestão mais eficaz, e considerando o aumento de receitas próprias, estima-se um aumento de 30% dos recursos destinados para investimentos nos dois primeiros anos de Governo. Logo, teremos, no mínimo, R\$ 2 bilhões/ano para este fim. No biênio subsequente, as referidas medidas proporcionarão recursos maiores, atingindo cerca de R\$ 3 bilhões/ano. Para os quatro anos de nossa gestão, projetamos uma disponibilidade total de R\$ 10 bilhões para investimentos provenientes de recursos do Tesouro do GDF.

Dessa forma, os investimentos do presente Plano, mesmo se fossem totalmente financiados com recursos próprios, representam menos de 40% da disponibilidade estimada para o período. Se considerar-se também os recursos oriundos de parcerias e de financiamentos, serão usados menos de 30% do total disponível no quadriênio. Isto inclusive permitirá dar continuidade aos programas e projetos ora em curso, como, por exemplo, o Brasília Sustentável, que exigirá no próximo quadriênio cerca de R\$ 30 milhões/ano de recursos próprios do GDF.

O Plano ora apresentado, é, portanto, realista, exequível e concreto. Pode-se afirmar, que o documento é cauteloso em sua previsão de gastos, de tal forma que permite receber novas contribuições da sociedade e incorporar outros projetos.

## TOTAL DOS INVESTIMENTOS PREVISTOS (EM R\$ MILHÕES)

<b>Bruto</b>	<b>3.922</b>	<b>951</b>	<b>1.159</b>	<b>942</b>	<b>870</b>
--------------	--------------	------------	--------------	------------	------------

\*Foram retirados os custos que envolvem recursos privados de PPP's e financiamentos de agências internacionais ou do BNDES.

## Investimentos Brutos Previstos para o Quadriênio EDUCAÇÃO

	2007	2008	2009	2010	2011
Educação Infantil	12	3	3	3	3
Faculdades da Unb	50	15	15	10	10
Renda Universidade	72	18	18	18	18

## SAÚDE

	2007	2008	2009	2010	2011
Construção e Conclusão de Hospitais	120	30	30	30	30
Cartão Saúde	10	5	5		
Telemedicina	20	10	10		

## TRANSPORTE E TRÂNSITO

	2007	2008	2009	2010
Trem da Integração	27	3	8	8
Metro Linha 1	120	60	60	
Transporte Fácil	100	50	50	
Sistema Viário	200	50	50	50
Subtotal	1057	253	423	253
				128

## MEIO AMBIENTE e SANEAMENTO

	2007	2008	2009	2010	2011
ZEE - DF	1	1			
Coleta Seletiva e Gestão de Recursos Sólidos	100	25	25	25	25
Subtotal	169	48	47	37	37

# Estimativa de Custos dos Investimentos

## TURISMO, ESPORTE, LAZER E CULTURA

Programa / Ação	Total	2007	2008	2009	2010
Tenda da Cultura	15	5	5	5	
Escolas de Música	4	1	1	1	
Vilas Olímpicas	100	25	25	25	25
Copa 2014	120			60	60
Subtotal	239	31	31	91	86

## DESENVOLVIMENTO URBANO

Programa / Ação	Total	2007	2008	2009	2010
Urbanização	200	50	50	50	50
Subtotal	200	50	50	50	50

## SEGURANÇA

Programa / Ação	Total	2007	2008	2009	2010
Postos Policiais Comunitários	30	30			
Integração da Segurança	100	25	25	25	25
Subtotal	130	55	25	25	25

## GESTÃO PÚBLICA

Programa / Ação	Total	2007	2008	2009	2010
Governo Informatizado	40	10	10	10	10
Subtotal	120	30	30	30	30
Subtotal	160	40	40	40	40

## DESENVOLVIMENTO SOCIAL

	Total / Acre	2007	2008	2009	2010
Cidade dos Meninos	7	5	2		
Cidade para Todos	5	3	2		
Subtotal	12	8	4		

## DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO, EMPREGO E GERAÇÃO DE RENDA

	Total / Acre	2007	2008	2009	2010
Infra-Estrutura das ADE's	64	32	32		
Polo de Desenvolvimento Econômico	20	10	10		
Cidade do Agronegócio	20	10	10		
Subtotal	104	52	52		

## DESENVOLVIMENTO REGIONAL - ENTORNO

	Total	2007	2008	2009	2010
Água de Corumbá IV	124		50	74	
Subtotal	124		50	74	

**O SR. PRESIDENTE** (Marco Maciel. PFL – PE)

– Senador Paulo Octávio, V. Ex<sup>a</sup> será atendido no pleito. Será transcrita nos Anais do Senado Federal a proposta de Governo do Deputado Arruda, candidato a Governador, e de V. Ex<sup>a</sup>, candidato a Vice-Governador do Distrito Federal.

Aproveito o momento para cumprimentar V. Ex<sup>a</sup> pelas considerações feitas sobre o momento nacional e, de modo especial, sobre Brasília, cidade criada pelo inovável Juscelino Kubitschek de Oliveira.

Cumprimentos a V. Ex<sup>a</sup>.

Concedo a palavra ao nobre Senador José Jorge, da representação de Pernambuco, candidato a Vice-Presidente na chapa do ex-Governador de São Paulo Geraldo Alckmin.

**O SR. JOSÉ JORGE** (PFL – PE) – Sr. Presidente, Sr<sup>as</sup>s e Srs. Senadores, esta manhã, os Senadores Tasso Jereissati e Heráclito Fortes tiveram de ir à sede do Banco Central para tentar conseguir informações sobre a origem do dinheiro usado para comprar o dossiê contra a candidatura Alckmin e Serra, R\$ 1,75 milhão em dinheiro vivo.

Esse gesto, quase um grito por justiça, é o último recurso da Oposição para alcançar a verdade que assombra o Governo Lula: a origem dos recursos que financiaram o crime, que está sendo escondida da população brasileira até o próximo domingo, quando ocorrerá o primeiro turno da eleição.

Isto é, foi praticado, há uma semana, um grave crime eleitoral por dois petistas que apóiam a candidatura do Presidente Lula à reeleição e a do Senador Mercadante ao Governo do Estado. Um deles é o tesoureiro da campanha em Mato Grosso – onde fica a sede da Planam e onde se desenvolvem suas operações –, e o outro, assessor da coordenação geral da campanha do Presidente Lula aqui em Brasília. Os dois foram presos após serem pegos em um hotel com R\$ 1,75 milhão em espécie. Isso ocorreu já há quase 15 dias e ainda não se sabe a origem desse dinheiro. A Polícia Federal até agora não fez esclarecimento algum sobre essa questão.

Tenho dito aqui, Senador Marco Maciel, que, mais que a Polícia Federal, quem deveria dizer de onde veio esse dinheiro era o Presidente Lula, porque a Polícia Federal, evidentemente, tem dificuldades em saber, mas o Lula não, porque todos os envolvidos nesse caso – o Sr. Jorge Lorenzetti e os demais, inclusive o Freud Godoy – são amigos íntimos do Presidente. Bastaria o Presidente Lula promover uma reunião, talvez até um churrasco com o Sr. Lorenzetti, e perguntar de onde veio o dinheiro, esclarecendo, depois, esse fato à Nação brasileira.

Então, estamos atrás da Polícia Federal e do Banco Central para tentar identificar isso antes das eleições,

por uma razão muito simples: se a eleição for realizada no domingo, sem que se saiba a origem desse dinheiro, ela estará viciada; não será feita dentro dos moldes que se espera de uma eleição em um País democrático.

O que os dois Senadores citados conseguiram apurar foi que a Polícia Federal e o Ministério da Justiça ainda não pediram informações sobre a origem do dinheiro. Isto é, passadas duas semanas do flagrante envolvendo os amigos de Lula, a Polícia Federal ainda não pediu ao Banco Central para identificar de onde veio esse dinheiro, mesmo porque cerca de um terço do dinheiro estava em notas de dólar, no valor de US\$ 250 mil.

Os avanços da Polícia Federal, nesse período, foram pífios. Os jornais de hoje informam que o homenda-mala do mais novo escândalo do Governo é o coordenador da campanha de Aloizio Mercadante, Hamilton Lacerda. Outro petista! Mais um petista envolvido.

Na realidade, acredito até que o Sr. Hamilton Lacerda esteja envolvido, pois ele foi à revista IstoÉ para negociar a entrevista dos Vedoin e, depois, a matéria contra Serra e Geraldo Alckmin. Ele pode até estar envolvido. Agora, não se pode culpar somente a campanha do Senador Mercadante por uma razão simples: entre as principais pessoas envolvidas estão Valdebran Padilha, Gedimar Passos, Jorge Lorenzetti, Oswaldo Bargas, Expedito Veloso, Freud Godoy, e nenhum deles é de São Paulo. De todos os envolvidos, nenhum está diretamente ligado à campanha do Senador Mercadante, exceto esse Hamilton Lacerda. Os outros são ligados à campanha do Presidente Lula. O Freud Godoy é assessor direto de Lula; o Sr. Jorge Lorenzetti, além de amigo de Lula, é Diretor do Banco do Estado de Santa Catarina, que é um banco federal, e é, como todos sabem, o churrasqueiro de Lula. Aparentemente, foi ele quem deu a ordem para fazer a operação.

Diga-se de passagem, hoje a Internet já está mostrando que o Sr. Jorge Lorenzetti, finalmente, pediu demissão do Banco. Quer dizer, também é culpado, tanto que pediu demissão. Então, o Sr. Jorge Lorenzetti já pediu demissão; o Sr. Expedito Veloso já pediu demissão; e todos eles vão saindo do Governo. Eram todos funcionários do Governo que estavam sendo utilizados para comprar dossiês, com dinheiro vivo, para prejudicar as candidaturas do Ministro Serra e do Governador Geraldo Alckmin.

Então, foi ele, Hamilton Lacerda, de acordo com as notícias da Polícia Federal, quem entregou a mala com o dinheiro ao advogado Gedimar Pereira Passos e ao empresário Valdebran Padilha, no hotel Ibis, em São Paulo, no último dia 14.

Pelo que a Polícia Federal tem dito à mídia, esse dinheiro chegou por intermédio do Sr. Hamilton Lacerda, o que se descobriu pelo fato de ele ter sido filmado pelas câmeras do hotel. Todos os hotéis têm câmeras

nos corredores, e ele foi visto com uma mala de dinheiro, entregando-a aos Srs. Gedimar Pereira Passos e Valdebran Padilha.

Agora, é preciso saber de onde veio esse dinheiro; se veio somente da campanha de São Paulo ou se veio da campanha nacional, porque, se for só de São Paulo, não há por que essas pessoas todas participarem. Na realidade, se houve uma participação específica da campanha do Senador Aloizio Mercadante, também houve da campanha nacional. Não foi uma operação paulista, mas brasileira.

Além disso, quase nada se sabe. De onde veio o dinheiro? Esta é a grande pergunta. Nós queremos saber a verdade. Para que a eleição seja realizada, nós temos que saber de onde veio o dinheiro. Queremos saber a verdade.

O Presidente Lula, pelo que se noticia, finalmente decidiu ir ao debate de hoje. Vai participar do debate na Rede Globo. Espero que ele use essa oportunidade para dizer ao povo brasileiro de onde veio esse dinheiro. Imagino que, hoje pela manhã, ele deve ter chamado o Sr. Lorenzetti, o Sr. Valdebran, o Freud, todos esses seus assessores, exigido um esclarecimento – se é que ele não já sabia; é o que imagino – e que vá dizer isso na televisão ao povo brasileiro.

Então, peço que todos assistam hoje, com a maior atenção, ao debate, as palavras do Presidente Lula. Tenho certeza de que ele, como Presidente da República e candidato à Presidência, não quer chegar ao dia da eleição carregando esse fardo.

Lula diz que as pesquisas estão favoráveis. Realmente, as pesquisas ainda são favoráveis ao Presidente Lula, mas já foram mais favoráveis. Vemos uma clara tendência de crescimento de Alckmin e de a eleição ir para o segundo turno, o que, aliás, é bom para a democracia brasileira, porque, com o segundo turno, haverá tempo de esclarecermos de onde veio esse dinheiro. Então, o Presidente Lula terá que esclarecer de onde veio o dinheiro e que não houve participação dele nisso. E, se houve, ele não poderá mais ser candidato, porque estamos no meio de um processo eleitoral.

Trouxe, Sr. Presidente, esta última lei referente ao processo eleitoral, a Lei nº 11.300, de 2006, que versa:

Art. 22. (...)

(...)

§ 3º O uso de recursos financeiros para pagamentos de gastos eleitorais que não provenham da conta específica de que trata o caput deste artigo implicará a desaprovação da prestação de contas do partido ou candidato; comprovado abuso de poder econômico, será

cancelado o registro da candidatura ou cassado o diploma, se já houver sido outorgado.

§ 4º Rejeitadas as contas, a Justiça Eleitoral remeterá cópia de todo o processo ao Ministério Público Eleitoral (...).

Então, na verdade, isso é gravíssimo. O fato de se estar num processo eleitoral com R\$ 1,75 milhão em dinheiro, para comprar um dossiê contra os adversários, pode resultar em cassação da candidatura. E nós não queremos isso. Nós não queremos ganhar no “tapetão”. Nós queremos ganhar na eleição. Mas para isso é preciso que o Presidente Lula esclareça o episódio até o próximo domingo. Hoje já não haverá mais campanha eleitoral depois do debate.

Ele dizia: “Não, não posso dizer, porque a Oposição vai querer tirar proveito eleitoral”. Nós não temos mais condições de tirar proveito, porque a campanha eleitoral termina hoje à noite, antes do debate. O debate é a última etapa da campanha e, portanto, o Presidente Lula não terá prejuízo algum em revelar ao Brasil, hoje, pela Rede Globo, com audiência altíssima, a verdade sobre esse dinheiro. É isso que o Brasil espera dele hoje. Se ele não fizer isso, se ele for ao debate e não fizer isso, será melhor que não vá, porque vai ficar incompleta a sua participação no debate.

Do Poder Judiciário e do Ministério Público não se pode reclamar. Eles têm cumprido com lisura suas funções constitucionais. A Justiça Federal já decretou a prisão dos seus principais envolvidos, inclusive do secretário particular de Lula, Freud Godoy. Aliás, Senador Sérgio Guerra, nunca houve um Presidente, aqui no Brasil, para ter tantos amigos com prisão decretada ao mesmo tempo. São seis amigos dele que tiveram a prisão decretada. Diga-se de passagem, eles só não estão presos porque a legislação eleitoral não permite que alguém seja preso uma semana antes da eleição. Eles estão soltos, mas, na próxima terça-feira, serão presos exatamente para que se comece a esclarecer esse fato.

É verdade que o delegado da Polícia Federal de Mato Grosso reclamou da prisão. Eu até disse aqui ontem que é a primeira vez que vejo um delegado reclamar de prisão de criminosos. Primeira vez, porque a prisão não afeta a investigação, não piora a investigação em nada; se não melhorar, pelo menos piorar não piora.

Agora, também os sigilos telefônico e bancário dos criminosos foram quebrados pela Justiça e há esperança de que do exame do material possa emergir toda a trama criminosa.

Dois foram pegos com dinheiro na mão. Esses dois são criminosos, porque estavam, dentro de um processo eleitoral, tentando comprar um dossiê. É crime

eleitoral e crime comum. Eles estão presos e começaram a dizer quem foram as pessoas que os mandaram fazer isso: Freud Godoy, Lorenzetti...

Também há outros dois. O Diretor do Banco do Brasil, Sr. Expedito Veloso, que, diga-se de passagem, também foi demitido, esteve em Mato Grosso e participou das ligações. Ele já foi qualificado como participante do processo.

Precisamos saber para quem esse pessoal ligou. Quebrando os sigilos telefônico e bancário deles, verificaremos quem foram aqueles outros que participaram da trama. A Justiça Federal fez muito bem em quebrar os sigilos bancário e telefônico dessas pessoas.

Enquanto isso, o Governo Federal nada faz. Ao contrário: em vez de ajudar e aplaudir a iniciativa do Judiciário, o Presidente veio a público para dizer que a prisão é jogada política.

Ora, meus amigos, foram encontrados dois petistas da campanha nacional do Presidente Lula com o equivalente a R\$ 1,75 milhão dentro de uma mala, para comprar um dossiê. A Justiça Federal manda prender essas pessoas a pedido do Ministério Público Federal, e o Presidente Lula diz que isso é uma jogada política! Jogada política de quem? Deve ser dele mesmo, porque foram eles que fizeram toda essa falcatrua.

A Oposição não tem nada a ver com isso; é vítima disso. Ela não tem nada a ver com a prisão, com nada; foi a Polícia Federal que os prendeu, a partir de gravações do telefone do Vedoin, que estava sendo gravado com autorização da Justiça Federal.

Além de agredir um dos Poderes da República, Lula ameaça as instituições, pois declarou o seguinte: "Eu, às vezes, me pergunto se o estrago será para quem está pedindo a prisão dessas pessoas, porque a impressão que tenho é que há precipitação nos fatos". Quer dizer, há precipitação. Qual é a precipitação? Nós estamos em cima da eleição. Eles são pegos com o equivalente a R\$ 1,75 milhão e há precipitação? Não há precipitação nenhuma; pelo contrário, o que há é uma investigação muito vagarosa. Se o Judiciário e o Ministério Público são precipitados, o que dizer do ritmo impresso pela Polícia Federal na operação do delito eleitoral? A passo de tartaruga, não chegaremos à verdade nem antes do segundo turno, no dia 29 de outubro.

Outro exemplo de desapreço pelas instituições é a iniciativa do Partido dos Trabalhadores em reclamar, junto ao Conselho Nacional do Ministério Público, da atuação do Procurador da República Mário Lúcio Avelar. O Conselho foi criado na reforma do Judiciário – eu fui o Relator da matéria – para investigar e punir os Procuradores que abusarem de suas funções. Ora, o Procurador Mário Lúcio Avelar, na verdade, não abusou

de nada; ele apenas pediu a prisão das pessoas que estão envolvidas nesse processo, inclusive de algumas que já prestaram depoimento na Polícia Federal e confessaram o seu envolvimento, além dos dois que foram presos com o equivalente a R\$ 1,75 milhão.

Então, o Presidente Lula culpou o Presidente do PT, Ricardo Berzoini, um dos envolvidos. O Presidente Lula disse que foi ele, com um bando de pessoas desqualificadas – não me recordo agora o termo exato usado –, quem, na realidade, comandou o processo.

Não somos nós que estamos dizendo, não foi a Oposição que falou; foi o Presidente Lula que disse que foi o Ricardo Berzoini, tanto que o Presidente Lula o tirou da coordenação da campanha.

Então, o Presidente Ricardo Berzoini é, praticamente, réu confesso, porque, quando foi ouvido pela imprensa, ele disse: "O Presidente Lula falou, está falado". Quer dizer, o Presidente Lula tem razão em tirá-lo da coordenação da campanha por ele estar envolvido com esse "dossiegate", pois é ele, um dos envolvidos, que vai ao Ministério Público reclamar contra o Procurador.

Queremos, portanto, dizer da solidariedade da sociedade brasileira ao Procurador e pedir ao Conselho Nacional do Ministério Público que arquive, que nem examine essa representação, porque ela realmente não tem razão de ser.

Depois de acusado pelo próprio Lula de chefiar os "meninos aloprados" – essa foi a expressão que o Presidente Lula usou –, Berzoini deveria repensar o seu ímpeto acusatório, em especial atacando um Procurador da República concursado e sobre cuja reputação não repousa qualquer mancha, ao contrário do Ministro Berzoini, que é um dos acusados, e do próprio PT, porque todos os jornais do Brasil, em todos os artigos, reclamam hoje da forma criminosa como o PT vem tratando a política brasileira, inclusive colocando as instituições democráticas em risco, como está acontecendo agora com esta eleição.

Segundo o artigo da Lei que aprovamos neste plenário, na última reforma eleitoral, "o crime de utilização de recurso fruto de caixa dois ficou bastante agravado. Essa já é uma lei nova, aprovada este ano. O texto que aprovamos diz: "O uso de recursos financeiros para pagamentos de gastos eleitorais que não provenham da conta específica de que trata o caput deste artigo implicará a desaprovação da prestação de contas do partido ou candidato. Comprovado o abuso de poder econômico, será cancelado o registro da candidatura ou cassado o diploma, se já houver sido outorgado".

Imaginem, Srs. Senadores, se isso tivesse ocorrido com um candidato a Governador. Vamos pensar que

dois assessores de um candidato a Governador, em um Estado qualquer do Brasil, fossem pegos com R\$ 1,75 milhão para comprar um dossiê contra um adversário. No outro dia, todos iriam achar que a candidatura desse Governador deveria ser impugnada.

Agora, na verdade, não está havendo um exagerado contra o Presidente Lula; está havendo uma proteção ao Presidente Lula. Como ele é um candidato a Presidente, como é o atual Presidente, ninguém, nem nós da Oposição, – eu imaginava que também ninguém do Governo – tem interesse em que a eleição fique **sub judice**, para que o País não fique como o México, em que um lado ganha e o outro não aceita.

É necessário que os perdedores aceitem. Quando Lula ganhou, na eleição passada, no segundo turno, todos aceitamos: “tudo bem, vamos bater palmas para Lula, vamos para a oposição”. Esta eleição tem que ser assim. Para isso, é necessário que esse pessoal respeite as regras democráticas, respeite as regras de convivência.

Concedo um aparte ao Senador Sérgio Guerra.

**O Sr. Sérgio Guerra** (PSDB – PE) – Senador José Jorge, é importante o seu discurso de hoje. Chamo a atenção para o comentário, feito há poucos minutos, de que o Presidente está sendo preservado, está sendo protegido. Rigorosamente, a história deste ano e de parte do ano passado é uma história que os fatos já caracterizaram com muita clareza para um bom entendedor. Com relação à primeira denúncia e à evidente relação do Planalto com ela, no primeiro momento, a Oposição afirmou que queria o esclarecimento dos fatos e que não prejulgava ninguém. O que desejávamos era que as CPIs fossem instaladas. O PT teve uma enorme resistência à instalação dessas CPIs. Somente o aparecimento de novos fatos sobre esse primeiro episódio do mensalão e episódios correlatos é que fizeram com que o Congresso, no plural, fizesse a instalação da CPMI dos Correios. A resistência foi muito forte. Desde o primeiro instante, as Lideranças mais responsáveis do Congresso Nacional preservaram o Presidente da República. Todos pediram – e se empenharam para isso – que o Presidente esclarecesse a participação do Planalto e do Governo no episódio, o que não aconteceu. A partir de um determinado momento, o Presidente Lula começou a dizer que aqueles episódios que caracterizaram desvio de procedimento e corrupção eram habituais na vida pública brasileira. Lembro-me bem de uma entrevista em Paris em que o Presidente Lula, sentado em uma cadeira dourada, disse que tudo aquilo era consequência de um ambiente eleitoral e político que já vinha de muitos anos no Brasil. Foi uma explicação que um Presidente da República, de qualquer Partido, com o

mínimo de responsabilidade e compromisso democrático, não podia dar. O tempo e os fatos foram evoluindo, e o Presidente e os seus foram se envolvendo nesses fatos de forma mais óbvia a cada dia. Demorou muito para que Lideranças como os Senadores José Jorge, Jorge Bornhausen, Arthur Virgílio, Tasso Jereissati e outros indicassem o Presidente da República como o centro da responsabilidade por esses atos. A posição de S. Ex<sup>as</sup>s não foi apressada. Ela se deu com o tempo, com vagar, reflexão e respeito às instituições. Não é essa a contrapartida do PT. A campanha de Geraldo Alckmin para Presidente e José Jorge para Vice-Presidente tem uma característica essencial: tem sido moderada, tem sido legal, não tem sido agressiva, nunca foi ofensiva a ninguém, muito menos ao Presidente da República. De outro lado, a campanha do Presidente Lula, no primeiro momento, fez uma espécie de comemoração de atos econômicos falsos e de atos sociais também enganadores. No segundo momento, o Presidente começou em outro padrão, aquele utilizado no auge da crise do mensalão. Qual padrão? Rico contra pobre, povo contra as elites. Ele, Lula, o protetor dos pobres; nós, a Oposição, os defensores da elite e dos privilégios. Nada mais falso, nada mais antidemocrático, nada mais irresponsável do ponto de vista da Nação e da democracia, nada mais insincero. O Presidente não respeitou a democracia, nem o padrão de comportamento da Oposição e agora não respeita as regras da campanha eleitoral.

Os seus comitês se juntam para montar uma operação fraudulenta e criminosa, que a Polícia Federal faz questão, não por sua vontade própria, mas seguramente por influência superior, de não desvendar até o dia das eleições. A origem do dinheiro, como disse o Senador José Jorge, todos já sabem. Menos nós e o povo. Mas não há dúvida de que o restrito ambiente do Presidente sabe disso. Os que estão envolvidos são seus amigos, são da sua intimidade. No entanto, não aparece o responsável verdadeiro por esses recursos e onde o crime começou a ser estruturado, para que, no final, fosse surpreendido. Penso que nós, da Oposição – que vamos para o segundo turno e que desejamos ganhar no segundo turno –, vamos chegar ao segundo turno com uma política segura, crítica, honesta, consistente com o que sempre fizemos e com aquilo que dizemos. Que tenhamos absoluta clareza neste instante, a clareza que o nosso candidato pernambucano a Vice-Presidente da República tem hoje de expor as idéias com moderação e absoluta segurança. Não estamos preocupados com o debate com o Presidente Lula. O Presidente Lula é que está preocupado com o debate. Vamos para um debate, provavelmente hoje à noite, em que os candidatos da Opo-

sição – no plural – não podem ser defensivos, porque não há como serem ofensivos em relação a eles, mas em que o Presidente da República não terá alternativa, não por conta dele, mas por conta dos fatos que o envolvem, senão a de ser constantemente defensivo. Não tenho a menor dúvida – é uma opinião pessoal – de que seu discurso será populista. Dirá que está sustentando os pobres, que não está servindo aos ricos, que os ricos não gostam dele – e como gostam. Gostam até demais, não os ricos, mas os muito mais ricos. Os que são ricos demais estão muito satisfeitos com o Presidente da República. Não estão satisfeitos com o Presidente da República os que produzem tecidos, por exemplo, os que têm confecções, porque estão tendo que fechar suas fábricas. Os que produzem calçados, que empregam milhares e milhares de trabalhadores, estão tendo que fechar suas fábricas. Os profissionais da agricultura e do agronegócio, que seguram a economia deste País, estão tendo seus negócios rigorosamente inviabilizados. Uma parcela grande da indústria brasileira é obrigada a exportar, não porque é bom negócio exportar, mas porque não tem como vender para o mercado interno, porque nem proteção econômica a política externa deste Presidente é capaz de fazer. Entram aí, às toneladas, resultados de acordos desastrosos de produtos chineses de outra origem, normalmente falsificados. Proteção do ponto de vista de fronteira não existe, nem contra o contrabando, nem contra o contrabando de armas. É um País completamente desmantelado e um Governo absolutamente populista. O Presidente da República é lamentável, deplorável. Só vimos isso uma vez, à época do Presidente Collor. Nada com Getúlio Vargas. É uma comparação infeliz essa do Presidente Lula com Getúlio Vargas – não cabe, não faz o menor sentido. O Presidente Getúlio Vargas teve uma história no Brasil, foi um brasileiro de notáveis qualidades. O Presidente Lula teve uma história no Brasil para, depois, jogá-la fora em três anos de Governo, abandonando o seu discurso, os seus compromissos e promovendo o Governo mais antidemocrático de que se tem notícia nos últimos anos. Vamos tranqüilos. Hoje, a propósito, quero até desmentir notícia publicada na **Folha de S.Paulo**, no Painel, motivada, seguramente, por uma incompreensão. Há cerca de 15 ou 20 dias, encontrei a Senadora Heloísa Helena, nossa amiga, num debate numa rede de televisão de São Paulo. Eu disse que gostaria de encontrá-la, e a Senadora disse: "Vamos nos ver por aí". Não nos encontramos depois. Foi um gesto de elegância e de tranqüilidade, dela e nosso. Com o Senador Cristovam, converso desde criança, fui seu aluno, mas não conversei com o Senador Cristovam Buarque nos últimos vinte dias e com nenhum

dos dois sobre debates. Não cabia, nem cabe discutir. O que cabe fazer é dar voz, no debate, à consciência do Brasil, que exige que o Presidente da República do Brasil esclareça, de fato, o que jamais foi capaz de esclarecer: o seu envolvimento, o envolvimento do seu Governo e dos seus aliados nesses episódios; o nome dos traidores, que ele nunca disse quais eram. Ao contrário, os que podiam ser traidores ele já recompondo no plano das suas solidariedades e grupos. Isso é o que existe aí. Tudo isso é uma fraude. Supor que o povo brasileiro só tem barriga, que não tem consciência não é idéia da Esquerda. É idéia da Direita, da Direita mais extremada, mais conservadora, que não tem a consciência popular do Brasil. Subestimar os nordestinos, achar que a sua pobreza vai fazer com que – e apenas ela – o Presidente da República se eleja Presidente é uma imensa subestimação. Seguramente, vamos ter uma grande votação no primeiro turno e, no segundo turno, vamos ganhar também no Nordeste. Os brasileiros vão votar depois de um amplo e alongado esclarecimento, com o Presidente se expondo e não se escondendo. Não vai adiantar esse discurso "eu defendo os pobres; vocês são dos ricos" quando os bancos fazem o maior lucro da sua história. Nada contra o lucro dos bancos, mas tudo contra aqueles que fazem demagogia e não falam a verdade. Vice-Presidente José Jorge, a sua eleição é muito importante para Pernambuco, nosso Estado, muito importante para o Nordeste e, pela sua vida no Congresso e no Senado, muito importante para a democracia. Será seguramente um elo entre o Presidente Geraldo Alckmin, o Brasil real e este Brasil parlamentar aqui, que só fez ser desautorizado, desmoralizado por uma relação de cumplicidade e de promiscuidade com o Executivo. Parabenizo V. Ex<sup>a</sup> pela sua palavra de hoje. Estamos no caminho certo, todos juntos, para a vitória.

**O SR. JOSÉ JORGE** (PFL – PE) – Muito obrigado, Senador Sérgio Guerra. V. Ex<sup>a</sup> falou muito bem, realmente tem razão em tudo o que disse. O Governo do Presidente Lula, a cada dia, se mete num escândalo novo e não esclarece da maneira devida – mais esconde que esclarece. Diz que quer explicar tudo, mas não explica nada, só confunde, só engana o povo brasileiro. Ele hoje vai para o debate – já foi confirmado. Ontem, todos nós da Oposição fizemos esse apelo para que ele fosse, mas acho também que só vale a pena ele ir se for para esclarecer de onde veio esse dinheiro da compra do dossiê. Se for para ele chegar lá e querer, mais uma vez, usar o seu charme pessoal, a sua palavra para enganar aquela massa da população menos escolarizada do Brasil, acho que não valeria nem a pena ele ir.

**O Sr. Sérgio Guerra** (PSDB – PE) – Senador José Jorge, apenas uma rápida palavra: vai para o debate pelas razões que estão sendo aí relacionadas por V. Ex<sup>a</sup> e pelo fato de que ele já sabe que está no segundo turno e que, não ir ao debate, agravaría ainda mais essa confirmação de que o segundo turno está garantido para a democracia no Brasil.

**O SR. JOSÉ JORGE** (PFL – PE) – V. Ex<sup>a</sup> tem razão. Na realidade, o Presidente Lula não foi a debate algum, não foi ao debate da TV Bandeirantes nem ao das duas outras tevés, a SBT e a Record, que cancelaram os debates porque já havia uma decisão do Presidente Lula de não ir. Os jornais **O Globo** e **Folha de S.Paulo** pretendiam promover debates em que seus principais colunistas fariam perguntas ao Presidente, mas ele não foi a nenhum dos dois. Todos os outros candidatos foram, mas ele não foi. Portanto, ele não se interessa pelo diálogo, ele não se interessa pelo debate.

Ele está indo a esse debate hoje, mas não é atendendo ao apelo da Oposição, porque ele não tem esse espírito democrático. Ele vai, porque sabe que o segundo turno está chegando a galope. As pesquisas de ontem mostram que ele teria 53% dos votos válidos, mas mostram também que Geraldo Alckmin vem crescendo, e ele vem caindo, e que essas duas curvas vão se encontrar no dia da eleição, e, portanto, estamos caminhando para o segundo turno, apesar de as pesquisas ainda mostrarem essa pequena vantagem que ele ainda tem, de três pontos. Efetivamente, essa é a razão principal para que ele vá ao debate.

**O Sr. Heráclito Fortes** (PFL – PI) – Permite-me V. Ex<sup>a</sup> um aparte?

**O SR. JOSÉ JORGE** (PFL – PE) – Pois não, Senador.

**O Sr. Heráclito Fortes** (PFL – PI) – Vi há pouco, no *blog* do renomado jornalista Tão Gomes Pinto, que a decisão do Presidente Lula de ir ao debate foi produto, Senador Sérgio Guerra, de uma acirrada votação; um grupo a favor; outro grupo não, e ganharam por um voto. Tutelado, resolveu submeter-se a seu *politburo*. O marqueteiro não queria que ele fosse; outros queriam que ele fosse. Ele, então, dobrou-se à decisão desse grupo, e não à do povo brasileiro. Ora, a menos de 24 horas do debate, o Presidente da República tomar uma decisão dessa natureza mostra exatamente a maneira pela qual trata as questões nacionais. A participação em debates é uma obrigação e um dever do homem público, mas infelizmente a nossa legislação eleitoral ainda permite esse tipo de omissão. No aperfeiçoamento que será feito logo após as eleições – e tenho certeza de que o nosso Presidente, o Senador Marco Maciel, com sua experiência, dará uma colaboração

importante –, temos de dar uma mexida na participação de candidatos no processo eleitoral, pelo menos tornando obrigatória a participação em debates. O que está acontecendo hoje, Senador José Jorge, é que se conhece mais o talento do marqueteiro do que o que há dentro da cabeça do candidato. O candidato esconde-se por trás da genialidade do marqueteiro – receba ele a remuneração por seu trabalho em dólar aqui ou lá fora, não importa, o que importa é o trabalho –, mas o candidato em si se protege. Depois, o País é que paga o preço. Parabenizo V. Ex<sup>a</sup> pelo pronunciamento.

**O SR. JOSÉ JORGE** (PFL – PE) – Muito obrigado.

É inacreditável, Senador. Se não fosse V. Ex<sup>a</sup> dando voz às palavras dos jornalistas, eu não acreditaria. Não é possível que o Presidente da República, para ir a um debate, submeta-se à votação de seus assessores! Aliás, é preciso ver quem votou, se há algum envolvido, como o Lorenzetti.

Concedo um aparte ao Senador João Batista Motta.

**O Sr. João Batista Motta** (PSDB – ES) – Senador José Jorge, é muito apropriada a afirmação de V. Ex<sup>a</sup> quando se refere a abuso de poder econômico no caso do dossiê. O TSE hoje está com um problema muito grande nas mãos para resolver, que é justamente esse caso. Por quê? Tivemos um Senador, João Capiberibe, nosso colega aqui por mais de três anos, que teve seu mandato de Senador cassado – sua esposa teve o mandato de Deputada Federal cassado também. A acusação foi a compra de dois votos por R\$27,00 cada um. Até aí não tem nada. De R\$ 27,00 para R\$1,7 milhão, há uma diferença grande, mas o crime é o mesmo. O mais importante é que, quem denunciou o Senador João Capiberibe, não o fez dizendo que tinha recebido de suas mãos os R\$27,00. No depoimento de quem o acusou, está escrito que o dinheiro foi recebido da mão de assessores do Sr. João Capiberibe quando candidato. Recebeu, repito, da mão de assessores. Esses que foram presos com R\$1,7 milhão não são assessores? São sim, senhor! Até agora não se apurou por quê? Temos certeza de que estão procurando patrono para o dinheiro, mas, se esse patrono aparecer, esse dinheiro terá de estar inscrito e contabilizado na campanha do PT. Mas, mesmo que esse dinheiro esteja contabilizado hoje na contabilidade do PT, com um patrono improvisado como dono do dinheiro ajudando o PT, por que o PT não disse até agora que esse dinheiro está registrado, que é dele e que se encontrava na mão do assessor no hotel? Então, não há saída, o crime está praticado: abuso de poder. Só me estou reportando a isso hoje, Senador, para que o povo brasileiro, aquele que nos

está assistindo, faça uma reflexão e veja que não temos condições de manter esse pessoal tão inescrupuloso à frente do poder deste País. Muito obrigado.

**O SR. JOSÉ JORGE** (PFL – PE) – Muito obrigado, Senador João Batista Motta.

Sr. Presidente, antes de encerrar, gostaria de comentar rapidinho duas notícias que saíram hoje.

Esta aqui diz o seguinte: “Banco Central baixa de 4% para 3,5% a projeção de crescimento do PIB para este ano”.

No ano passado, crescemos 2,3%, o que significa que, na América Latina, só crescemos mais do que o Haiti, que é um dos países mais pobres e está em guerra; o resto cresceu mais do que o Brasil.

Todo começo de ano, dizem que vamos crescer mais de 4%, depois baixam para 4%, depois para 3,5%, e, daqui a pouco, vão baixar para menos de 3%. Portanto, está ocorrendo hoje o que aconteceu em todos os outros anos.

Outra notícia, esta nova, diz o seguinte: “Lula perdeu a liderança para Chávez, diz **The Economist**”. A revista **The Economist**, uma das mais importantes do mundo, estampa na capa de sua edição desta semana uma foto do Presidente da Venezuela, Hugo Chávez, abraçando o Presidente Lula, na qual ambos sorriem. E a publicação britânica questiona: “Quem lidera a América Latina?”

Em seu principal editorial, **The Economist** afirma que Lula, um líder dos pobres, “perdeu terreno para a corrupção, torpor econômico e para seu rival venezuelano”.

Liderança na América Latina. Segundo a revista, ao ser eleito, há quatro anos, Lula parecia estar destinado a se tornar o porta-voz de uma nova, mais confiante e mais justa América Latina.

**The Economist** afirma que não apenas o Brasil, a quarta maior democracia do mundo, tem aspirações legítimas de liderança regional e de um maior papel no mundo, mas a própria história pessoal de Lula o capacitava para assumir a liderança moral de uma nova e democrática esquerda latino-americana que parecia ter-se livrado da adesão, no passado, ao Estado todo poderoso.

Passados quatro anos, Lula parece quase seguro de um segundo mandato, seja na eleição geral do dia 1º de outubro ou no segundo turno, um mês depois. Tristemente, entretanto, ele perdeu parte de seu brilho.

Na verdade, o que essa importante revista diz é que o Presidente Lula está sendo abatido pela corrupção e pela incompetência, o que é a pura verdade, que já está se vendo de longe, já está se vendo do exterior.

Sr. Presidente, talvez esta seja uma das últimas sessões do Senado, e eu queria encerrar dizendo que, na eleição de domingo, esperamos que todos os brasileiros compareçam e votem livremente. Esperamos também que, daqui até lá, saibamos de onde veio esse R\$1,75 milhão que está sujando esta eleição, para que nós possamos votar e trabalhar para um segundo turno.

É muito importante, para a democracia e para aqueles que pensavam em votar em Lula, que haja um segundo turno. Por quê? Porque, se não houver um segundo turno, esta eleição não terá a responsabilidade que deveria ter, uma vez que esse fato efetivamente sujou a eleição. Então, vamos todos votar, vamos todos praticar o regime democrático no Brasil e vamos para o segundo turno, para que, aí sim, possamos ter tempo para esclarecer melhor todas essas questões.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

**O SR. PRESIDENTE** (Marco Maciel. PFL – PE)

– Após a palavra do Senador José Jorge, representante de Pernambuco no Senado Federal e candidato a Vice-Presidente na chapa do ex-Governador Geraldo Alckmin, eu tenho prazer de conceder a palavra ao nobre Senador Heráclito Fortes, da representação do Piauí nesta Casa e integrante da Bancada do PFL no Congresso Nacional.

**O SR. HERÁCLITO FORTES** (PFL – PI. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sras e Srs. Senadores, tive o prazer de acompanhar, hoje, o Presidente do PSDB, Senador Tasso Jereissati, a uma audiência com o Presidente do Banco Central, ocasião em que fomos mostrar a preocupação de nossos partidos com a morosidade na apuração dos fatos graves que ocorreram, entre São Paulo e Mato Grosso, na confecção de um dossiê que visava tão-somente prejudicar as candidaturas, consolidadas, de José Serra e de Geraldo Alckmin.

É lamentável que o Partido dos Trabalhadores tenha, em toda sua história, essa vocação de atuação em submundo, de convivência com dossiês e de expedientes que não significam a atividade política no Brasil. Se tem credibilidade ou não, o autor do famoso Dossiê Cayman relata, para uma revista que circulou esta semana, telefonemas recebidos de figuras importantes do Partido dos Trabalhadores, querendo tirar proveito daquela peça com o intuito de criar dificuldades em uma campanha eleitoral passada.

Lamentavelmente, este episódio tem sido muito mal coordenado por parte do Governo no que diz respeito a uma apuração transparente. Informações distorcidas: o Ministro da Justiça diz uma coisa, seus subordinados outra, o Banco Central outra. O que nós temos aí é apenas a certeza de que são fatos criados

artificialmente diante de algo grave com o único e exclusivo objetivo de transferir graves apurações do episódio para depois do dia 1º.

Dianete disso tudo, não é de se estranhar o estado emocional de Lula, demonstrado em suas aparições como Presidente da República nas televisões brasileiras e em solenidades das quais participa. Vê-se um homem nervoso, desligado daquilo que o cerca e completamente tomado pela angústia.

O jornalista Tão Gomes, que tem toda uma vida dedicada ao jornalismo brasileiro, hoje, no seu blog, "BliG do Tão", conta como foi decidida a presença de Lula no debate: votação.

O João Santana é contra; o Luiz Dulci, cauteloso, contra; o Gilberto Carvalho, aquele que teve uma atuação brilhante lá no caso de Santo André, também contra. A decisão foi tomada por pressão do Ministro Fernando Haddad e do ex-Senador e candidato a Deputado Federal por Pernambuco, Carlos Wilson.

O mais grave, Sr. Presidente, Sr<sup>as</sup>s e Srs. Senadores, é que, nas ponderações feitas para convencer o Presidente da República a comparecer ao debate, em nenhum momento se fala da importância do Chefe maior da Nação mostrar ao Brasil os seus quatro anos de Governo; de mostrar ao Brasil, de maneira firme, que não teve participação direta nos episódios. Acima de tudo, fazer com que Sua Excelência tenha uma participação de acordo com o cargo que ocupa.

E aí começam a fazer ilações, aquelas suposições – "Se alguém pergunta o quê, o que é que vai responder"; começam a criticar o Cristovam, dizendo que o ex-Governador do Distrito Federal e ex-Ministro de Lula tem um discurso monotemático e uma força de oratória de segunda categoria. São os conselheiros do Presidente da República.

Imagine, Senador Marco Maciel, com um conselheiro desses, onde é que o Presidente vai parar. É o primeiro conselho.

E aí vai: "O Geraldo é um candidato de tantas filhas, e, quando o assunto for segurança, as propostas dele fazem lembrar o Paulo Maluf". Em que Geraldo Alckmin pode se parecer com Paulo Maluf? Quer dizer, é o nível da assessoria do Presidente da República e a molecagem a que estão tentando levar o Chefe da Nação, hoje à noite.

Falam aqui de um possível encontro com Heloísa Helena. Mas, em respeito à colega, não vou tratar desse assunto.

E aí dão mais uma sugestão:

"Vá ao debate, candidato Lula. E se Alckmin resolver baixar o nível, perguntando como o presidente não sabia o que estava acontecendo no gabinete ao lado do seu, responda,

distraído – vamos observar se o Presidente vai cumprir a orientação dessa sua nova equipe: Geraldo (chame ele sempre de Geraldo), e você que não sabia o que estava acontecendo dentro do seu guarda-roupa.

As deduções, as insinuações, as maldades inevitáveis ficam por conta do telespectador."

Conselhos que serão dados ou que foram dados ao Sr. Alckmin.

Nós, da Oposição, temos evitado tratar de assunto dessa natureza, até porque família, para quem preza, para quem tem apreço, é sempre preferível deixar fora dessas questões.

Geralmente, dentro de guarda-roupa tem um cofre. A roupa é mais exposta, senhores conselheiros. E dentro do cofre tem dinheiro. E se o Sr. Geraldo Alckmin perguntar ao Presidente Lula onde o seu filho colocou o dinheirão que recebeu da sua empresa?

Que tipo de debate querem levar nesta noite? Acho que não é o melhor caminho. Acho que esse não é o melhor caminho! Não foi assim que a Oposição procedeu, nem nesse caso, nem em rastreamento de contas de familiares de autoridades do Brasil no exterior. Mas esse assunto pode ser tratado. Foi bom porque os que têm responsabilidade com a candidatura de S. Ex<sup>a</sup> o ex-Governador de São Paulo terão agora que municiá-lo de documentos.

Só acho que o Presidente Lula não está bem assessorado com esse tipo de conselho. Vejam bem, o Ministro da Educação do Brasil, responsável pelo destino de jovens, pelo futuro deste País, aconselhar o Presidente da República a atitudes dessa natureza!

Infelizmente, falta ao Presidente da República autoridade para pôr para fora de uma sala quem lhe dá conselhos como esse. Acho que o Sr. João Santana tem muito mais autoridade e propriedade para dictar comportamentos do que essas maluquices. Aliás, Presidente Lula, pode perguntar episódios envolvendo os que estão na roda. Só lamento. E aqui quero fazê-lo por dever de justiça: pelo que conheço de Luiz Dulci, não acredito, pela sua formação, que tenha concordado com esse tipo de molecagem preparada.

Senador Marco Maciel, Senador Tasso Jereissati, V. Ex<sup>a</sup> que entra no plenário agora, estou lendo o roteiro, o script que alguns amigos do Presidente Lula lhe preparam para o debate de hoje; foi por isso que ele criou coragem para ir ao debate. O que sabemos é que o Presidente Lula se fragiliza com questões dessa natureza.

Em 1989, naquele famoso debate com o Presidente Collor, ao então candidato lhe perguntar pelo três em um, que até hoje eu não sei o que é, Sua

Excelência exasperou-se, ficou nervoso. E a Nação toda reprovou a utilização de episódios pessoais, de episódios familiares em debate. Se o Lula ao longo da vida se queixou – e se queixa desse fato –, como é que seus assessores agora querem aconselhá-lo a entrar exatamente em questões pessoais, em questões familiares?

Meu avô, que viveu, Senador Tasso, até os 96 anos e tinha sabedoria popular, dizia sempre que “quem não pode com o pote não pega na rodilha”. O Brasil quer saber do dinheiro público que está sendo desviado. O Brasil quer saber das apurações feitas na Operação Sanguessuga. O Brasil quer saber de doações que só aparecem quando há um desencontro de quadrilha, e a denúncia faz com que todos sejam flagrados em um quarto de hotel em São Paulo, literalmente com a mão na massa.

É preciso que se explique detalhadamente a origem desse dinheiro. É bom que o Brasil todo se lembre que o PT e as pessoas de sua liderança criaram a CPI do Banestado para investigar fluxo de recursos que entravam e saíam de maneira ilegal de nosso País, e que isso já custou muitas dores de cabeça ao Partido dos Trabalhadores.

Se o Presidente da República vai com esse espírito para o debate, terá uma grande decepção. Lamentavelmente não vi aqui neste comitê, neste politburo a presença do ex-Ministro e agora coordenador de campanha Marco Aurélio, diplomata, homem de hábitos finos, que sabe o que é bom, usa roupas de grife, sapato italiano, óculos de tartaruga e, acima de tudo, tem preocupação de mostrar à Nação que pelo menos alguém do PT tem vocação para lorde, pela sua postura e elegância. Imagino o seu constrangimento em participar dessa roda. Não vi o seu nome citado. Tenho certeza... Pode ser que eu esteja enganado, nos enganamos tanto com algumas figuras do PT que prometeram a salvação da alma e que estão procedendo exatamente de outra maneira.

Dito tudo isso, há uma coisa mais grave. Meu caro Fonseca, decano deste comitê: quem foi que contou sobre a reunião secreta do Presidente para um *blog*? Isso mostra que o Palácio do Planalto é uma tábua de pirulito! Ninguém consegue conversar naquele Palácio. Isso é um tiro no pé. O Presidente conversa de maneira reservada sobre estratégias do seu encontro de hoje à noite e, às 11 horas e 14 minutos, o sempre bem informado Tâo Gomes Pinto escreveu no seu *blog* matéria com o título: “Urgente! Lula vai ao debate na Globo” e coloca este roteiro de pastelão mexicano de filme de terceira categoria. Eu lamento, mas esse é o Presidente que temos.

Senador Tasso Jereissati, espero que tenhamos a oportunidade de assistir hoje ao debate que a Nação quer ver, com os candidatos mostrando propostas, prestando conta de suas responsabilidades e esclarecendo questões à Nação.

Neste momento, há muitos brasileiros que ainda querem definir em quem votar, pois estão em dúvida. Para votar em um candidato envolvido nesse esquema de denúncia permanente – até agora, a sua única arma foi dizer que não sabia de nada –, é preciso que seja dada uma resposta objetiva, convincente e forte à Nação. Daí por que lamento que Sua Excelência tenha faltado a outros debates, porque perdeu várias oportunidades de prestar esclarecimentos à Nação.

Aliás, retifico o que disse: se tivesse ido aos debates anteriores e justificado os escândalos passados, o Presidente ia ter que, neste debate agora, justificar e esclarecer os escândalos novos. A capacidade do PT de produzir escândalos no atual Governo é muito maior que a capacidade da Oposição de apurá-los. Vejam que o escândalo das cartilhas, que é um gravíssimo caso de desvio de recursos, foi colocado de lado, embora o Tribunal de Contas esteja apurando. Há pelo menos uma centena de escândalos – na maioria, envolvendo recursos públicos – que os órgãos competentes estão apurando e estão sendo atropelados por escândalos novos, o que mostra a infinita capacidade do atual Governo de conviver com fatos dessa natureza.

Lembro que, no caso José Dirceu, o Presidente disse que colocava a mão no fogo; no caso do Genuíno, também colocava a mão no fogo. Ou essa mão é de amianto, ou ele está pondo a mão no fogo de mentirinha, pois não há mão que resista a tanta prova dessa natureza.

Senador Marco Maciel, o debate de hoje, pelo respeito aos eleitores brasileiros, no meu modo de ver, será marcante para que o eleitor tenha mais oportunidade de realmente saber em quem vota. Se eu pudesse dar um conselho ao Presidente da República, eu lhe diria: jogue as sugestões desses seus companheiros de politburo no lixo, porque estão mostrando que não querem bem nenhum a esse Presidente da República, pois conselho dessa natureza é muito bom para dar a inimigo, Senador Tasso Jereissati.

Imagino o Presidente seguindo essa cartilha dada por esses companheiros que lhe aconselharam e que foram vencedores na decisão tomada por Sua Excelência. O que me deixa triste, Senador Tasso Jereissati, é ver que o Presidente está indo ao debate não por convicção, não por vontade de mostrar ao País suas propostas nem tampouco para esclarecer fatos. É porque sua turma quer e a turma do Lula quando quer fala mais forte do que o Presidente.

Concedo um aparte ao Senador Tasso Jereissati.

**O Sr. Tasso Jereissati** (PSDB – CE) – Presidente Marco Maciel, Senador Heráclito Fortes, dentro do tema de que V. Ex<sup>a</sup> está tratando, gostaria de comunicar que recebemos do advogado da coligação a confirmação de que deu entrada a pedido de informações no Banco Central para quebra de sigilo das instituições e das pessoas envolvidas na trilha de parte dos dólares encontrados junto com os membros do PT em um hotel de São Paulo. Esse pedido foi encaminhado ao Corregedor-Geral do TSE, Ministro César Rocha, e estamos na expectativa de que esse pedido seja acatado amanhã. Por que isso? Porque, de manhã, Presidente Marco Maciel, em companhia do Senador Heráclito Fortes, estivemos no Banco Central, que, para nossa grande surpresa, nos informou que a Polícia Federal e o Ministério da Justiça não tinham solicitado nenhum tipo de informação, até o presente momento, sobre esse escândalo que deixou o País perplexo. E, ao mesmo tempo, nos informou que, se a Polícia Federal sabe que existe um banco que foi o receptor de notas de dólares seriadas dos Estados Unidos, o rastreamento, a partir do banco e dessas notas, poderia ser feito com a maior eficiência e rapidez pelo Banco Central. Ao ser questionado por que não tinha feito ainda, ele disse que não o fez porque o Banco Central, constitucionalmente, é obrigado ao sigilo bancário e só pode quebrá-lo sob provocação judicial, o que não tinha ocorrido até aquele momento. Como sempre, fomos informados de que a Polícia Federal e o Ministério da Justiça estariam fazendo o maior esforço possível para explicar à Nação de onde veio e de quem era esse dinheiro, e ficamos realmente muito surpresos com a notícia dada pelo Banco Central. Assim, estamos apresentando ao TSE esse pedido de informações e de quebra de sigilo bancário, na expectativa e na esperança de que, pelo menos, possa ser identificado o dono dessa parte seriada do dinheiro, que é dinheiro novo, que está com cinta e com fita. Os outros dólares que não têm essa característica provavelmente são ilegais. Todos são ilegais, ou seja, é clandestino o outro, porque não tem entrada registrada no País. De qualquer maneira, Senador Heráclito Fortes, ainda resta a expectativa de que o Presidente da República hoje à noite possa esclarecer essa enorme questão que paira sobre os ombros dele. Porque mesmo para a saúde da sua eventual e pouco provável vitória no primeiro turno – se vier a ganhar, no que não acredito – será importante que antes das eleições ele esclareça à Nação se esses recursos resultam ou não de lavagem de dinheiro de tráfico de drogas e de armas ou de outro tipo de crime, ou se foram desviados dos cofres públicos, ou

ainda se esse dinheiro realmente tem origem e estava nas mãos dos seus companheiros mais íntimos ou na mão do presidente do seu próprio partido, que, como ele mesmo disse, os comanda. Portanto, não há o que a Nação ficar temendo nem há o que esconder. Isso é fundamental, Senador Heráclito Fortes, Presidente Marco Maciel, para que o País possa respirar aliviado já no dia da eleição. Como votar num Presidente da República sobre o qual existe a suspeita de que estaria envolvido com o uso, na sua campanha, de dinheiro escuso, dinheiro vivo que ninguém sabe a origem e que pode ter até origem no tráfico de entorpecentes, por exemplo? Como votar com essa enorme dúvida na cabeça, na mente, na consciência dos eleitores? Essa, portanto, é uma medida que estamos tomando, na expectativa de que, pelo menos, parte disso venha a ser esclarecido, e que o Brasil possa votar mais consciente no domingo, sabendo realmente a profundidade dessa ilicitude e quem está realmente envolvido, até que profundidade cada uma das pessoas do círculo íntimo do Presidente da República está envolvida nesse crime. É essa a informação que eu queria dar aqui a V. Ex<sup>a</sup> em relação ao próprio roteiro que V. Ex<sup>a</sup> leu, preparado pelos assessores, sempre nesse clima de desrespeito, não explicando as coisas, não respondendo sobre os problemas mais graves. Não responderam à questão da cartilha, nunca deram explicação clara sobre o relacionamento com o Marcos Valério e em nome de quem o Sr. Delúbio agia. Mas, a grande pergunta que vai estar no ar, nesta noite, no debate é a questão, novamente, do dinheiro na mala, na mão do círculo íntimo do Presidente da República, comandado pelo próprio Presidente do PT. Essa vai ser a grande questão. Podem tentar agredir, ser irônicos até em relação aos outros candidatos, mas essa pergunta, não adianta, vai estar na mente de todo cidadão brasileiro, de todo eleitor brasileiro.

**O SR. HERÁCLITO FORTES** (PFL – PI) – V. Ex<sup>a</sup> tem razão. Alguma coisa deve estar acontecendo nessas investigações. Não sei se pressão, excesso de reuniões madrugada adentro... Mas uma coisa está deixando-me intrigado, Senador Tasso. O Diretor da Polícia Federal, Dr. Lacerda, é sempre um homem equilibrado, discreto, de poucas declarações. E vejo uma declaração aqui que estou achando ainda que possa ser desencontro entre as afirmativas e o que está colocado. Se bem que a matéria tem assinatura de renomado jornalista:

O Diretor da Polícia Federal, Dr. Paulo Lacerda, argumentou que buscar informações no Banco Central, neste momento, é irrelevante. Ele disse que a PF já tem todas as informações necessárias para rastrear o dinheiro com base no que foi passado por autoridades

americanas. O que a PF podia colher no Banco Central, o Coafi já colheu e encaminhou à PF.

Veja bem, Senador Tasso, um pouco diferente do que ouvimos hoje no Banco Central:

'Os dois parlamentares estão fazendo campanha', disse, referindo-se às declarações dadas mais cedo pelo Presidente do PSDB, Tasso Jereissati e pelo Senador Heráclito Fortes. Se eles têm alguma informação sobre a investigação, que digam o que sabem e que a Polícia Federal não sabe ainda.

Ora, caro Diretor-Geral, Dr. Paulo Lacerda, homem que respeito tanto, que teve uma passagem muito cordial pelo Senado da República, quero apenas, de antemão, que V. S<sup>a</sup> releve se, na realidade, essas informações não forem suas. Não cabem ao Senado da República as investigações, mas exatamente à Polícia Federal, enquanto republicana. O que não pode é a Polícia Federal apurar fatos, tê-los em mãos, como as declarações aqui prestadas por V. S<sup>a</sup>, e não torná-los públicos no momento em que toda a Nação estranha. Não gostaria de acusar ninguém, mas acho eu que a Polícia Federal prestava um serviço mais importante à Nação. Não ficaria sob a dúvida de ser manipulada, não pelo Dr. Paulo Lacerda, mas pelo Ministro da Justiça.

O Ministro da Justiça, é bom que o Brasil saiba, de dia é Ministro da Justiça, de noite é garoto-propaganda do candidato do PT a Governador de São Paulo. Não podemos tapar o sol com a peneira. Deu declarações para um programa eleitoral de um partido. É exatamente o Ministro que tem sob o seu comando a Polícia Federal.

Dai por que é um direito sagrado que a Oposição tem de colocar sob suspeita a demora em esclarecer alguns fatos. Fazer campanha, Dr. Paulo, faz parte da democracia e do regime em que vivemos. E estamos, aliás, em temporada de campanha. Se episódio dessa natureza não nos tivesse atrapalhado, não estaríamos aqui, Senador Tasso, no plenário do Senado; talvez estivéssemos nas nossas bases ou acompanhando o nosso candidato a Presidente da República. Mas a responsabilidade com esses fatos, ao vermos que o dinheiro público está sendo jogado pelo ralo, para a compra e a montagem de dossiês, faz-nos pedir os devidos esclarecimentos. E, por confiar que a Polícia Federal, republicana, tem o dever de apurar tudo e de deixar claro, é que estamos nessa luta.

Há um desencontro de informações. Ora o dinheiro é seriado, ora não é; ora o dinheiro chegou do estrangeiro de maneira legal, ora não chegou. Esse conflito de informações sobre um fato grave é que nos deixa

de cabelo em pé. De forma que não se presta serviço algum ao País dessa maneira.

Acho o Ministro Márcio Thomaz Bastos o mais competente Ministro do atual Governo. Criminalista, ele vem sugerindo, ora como Ministro, ora como conselheiro, a seus colegas de escritório e estagiários que façam a defesa dos criminosos e dos bandidos que fazem parte deste Governo. Isso é que é preciso que fique bem claro.

Não é com esse tipo de insinuação que vamos recuar, nem tampouco nos amedrontar. Cada um tem uma missão, cada um tem um dever, e seria bom que todos cumprissem com o seu dever por responsabilidade.

Se o Presidente da República tivesse a responsabilidade de presidir o País, não permitindo a convivência com bandidos, não permitindo os Waldomiros, os Delúbios Soares, não permitindo a convivência do seu Palácio com a prática de jogos... Porque tudo isso começou, Senador Marco Maciel, com a negociação de membros do seu Governo e a máfia do jogo do bicho. Quem não se lembra disso? Tudo começou com empréstimos no submundo para sustentar as atividades pouco republicanas do Partido dos Trabalhadores. Quem não sabe disso? E temos o direito de ter angústia, porque nada disso foi apurado. Quantos processos envolvendo pessoas neste Governo estão engavetados? E o que vemos hoje? No seu Ceará, o Lula se abraçando com o homem da cueca e querendo transformá-lo no mais votado.

Em São Paulo, com os cassados e com os que renunciaram, e pelo Brasil afora. Aí, quando surge nova gangue, vai para a televisão e diz: "Tenham paciência com esses meninos. Os meninos erraram". É por isso que peço ao Presidente Lula, insistentemente: pegue esses seus "meninos" e mande-os para a Febem, porque, senão, vão fazer parte do crime organizado quando crescerem, vão assaltar bancos e traficar armas.

Não é motivo de brincadeira o que estamos tratando aqui, porque isso é apenas o que chegou ao nosso conhecimento. E o que não chegou?

Pergunto ao Senador Tasso: de onde está saindo recurso para essa campanha milionária que o PT faz pelo Brasil inteiro?

Houve decisão da Justiça envolvendo o meu Estado, o Piauí, do Tribunal de Contas da União, suspendendo liberação de recurso feita de maneira ilegal. Houve escândalos por todo o Brasil. O Tribunal de Contas mandou suspender mais de 90 obras por irregularidades. E não querem que tomemos providências e procuremos o Banco Central.

O que nos levou ao Banco Central hoje? A falta de clareza com que os fatos estão sendo apurados,

essa vontade de deixar o tempo passar e deixar tudo para depois do segundo turno. Não aceitamos isso.

Concedo o aparte ao Senador Tasso Jereissati, com a maior alegria.

**O Sr. Tasso Jereissati** (PSDB – CE) – Senador Heráclito Fortes, pedi a V. Ex<sup>a</sup> novo aparte porque estou lendo, agora, a declaração feita pelo Dr. Paulo Lacerda, Superintendente da Polícia Federal, a qual lamento profundamente. Diz ele que estamos em campanha e faz uma certa ironia em torno disso. Primeiramente, Presidente Marco Maciel, a Polícia Federal é uma instituição que respeito profundamente. Tenho a maior admiração pelo trabalho que ela tem feito neste País, nos últimos anos. É uma instituição que merece sempre o nosso carinho e que deve ser protegida de más influências o máximo possível, para que mantenha a sua independência e cumpra os seus deveres. Tenho certeza de que esse é o sentimento da maioria dos seus servidores. No entanto, ultimamente, tem ocorrido o aparelhamento de quase tudo no Brasil. Quem não admira o Banco do Brasil neste País? Quem não zela pelo Banco do Brasil profundamente? Mas estamos vendo o Banco do Brasil ser aparelhado. Aliás, hoje, levamos ao Presidente do Banco Central a nossa preocupação também com o Banco do Brasil. Presidente Marco Maciel, no sistema financeiro de livre mercado, o maior banco do País ter como diretor de análise e risco de crédito uma pessoa que pertence ao serviço de espionagem de um Partido político é algo muito grave. Muito, muito grave! Esse é um dos maiores casos de intromissão do poder no aparelho do Estado e na vida privada do cidadão brasileiro. Lembro que a diretoria de análise de crédito e de risco detém informação a respeito das empresas e das pessoas, e o seu diretor pertence ao serviço de espionagem do PT. Por outro lado, falo do maior banco do Brasil, vital para o sistema financeiro brasileiro e interligado a todos os outros bancos. Olhem bem a gravidade. A meu ver, aí o Banco Central falhou. Esse caso, especificamente, merecia do Banco Central uma intervenção rápida, que já teria acontecido no caso de qualquer outro banco. O Banco do Brasil, com todo o respeito que temos por ele, hoje está sendo aparelhado. Pela Polícia Federal, nosso respeito é o mesmo. Não tenho o prazer de conhecer tão bem o Superintendente Paulo Lacerda, Senador Heráclito, mas, desculpe-me, para mim ele está sob suspeita. Sei que a Polícia Federal não esconderia essa informação do País. Hoje, tivemos a confirmação de que para se conhecer a origem das moedas lacradas basta pedir essa informação à Casa da Moeda americana e ela será dada em horas. Então, a Polícia Federal e o Ministério da Justiça já poderiam ter essa informação um dia depois de ter sido encontrado o di-

nheiro. Soubemos hoje que, de posse da informação do banco que recebeu essas cédulas, ainda cintadas, é fácil se fazer o rastreamento desse dinheiro, mas o Banco Central sequer foi consultado sobre isso. Portanto, o Sr. Paulo Lacerda também está sob suspeita. Ele estranha que V. Ex<sup>a</sup> e eu estejamos em campanha, mas esse é nosso papel, isso faz parte de nossa vida, de nossa obrigação.

**O SR. HERÁCLITO FORTES** (PFL – PI) – Até porque o Brasil não vive numa ditadura; aqui há eleição.

**O Sr. Tasso Jereissati** (PSDB – CE) – O Brasil não quer ditadura e estamos em campanha. Estranho é o Superintendente da Polícia Federal estar participando de campanha. Isso é estranho. E peço que, independentemente do resultado das eleições, revejamos o seu papel, porque, quando ele faz uma declaração como essa, transforma-se num homem que, com uma grande dose de ironia, responde a dois políticos e faz campanha para o seu candidato, o Presidente, a quem serve neste momento. Isso também é sério. Portanto, Sr. Paulo Lacerda, se a questão da origem e da propriedade desse dinheiro não for resolvida até as eleições, não será por incompetência da Polícia Federal, mas por uma manobra propositada sua, a mando de não sei quem. O senhor, com certeza, está envolvido nisso.

**O SR. HERÁCLITO FORTES** (PFL – PI) – Senador Tasso Jereissati, é muito oportuno e uma feliz coincidência que estejam nas galerias da Casa estudantes da PUC de Betim, Minas Gerais. Evidentemente, deve haver estudantes que seguirão as várias especialidades do Direito. Aqueles que quiserem ser criminalistas têm um prato cheio no atual Governo.

Quero que vocês entendam que o Sr. Expedito é o responsável, no Banco do Brasil, pela área de risco. Ora, como tal e com a autoridade de diretor do Banco do Brasil, pode telefonar para qualquer entidade bancária brasileira e pedir informação sua, minha ou de quem quiser. Sob qual argumento? “Fulano de Tal quer fazer uma operação no Banco do Brasil e quero saber como é a sua ficha.” Qualquer entidade colocará as informações, por dever profissional, ao seu alcance. O mesmo Sr. Expedito colhe as informações sigilosas do tal serviço de avaliação de risco da campanha do Partido dos Trabalhadores – nem com isso tiveram cuidado.

O Sr. Lorenzetti – que, para mim, nunca passou de um chuveiro que dá choque quando mal-instalado – é o diretor do Banco do Estado de Santa Catarina. Sua especialidade anterior era ser farmacêutico e churrasqueiro do Presidente da República. Foi colocado numa função semelhante.

O Banco do Brasil já teve episódios anteriores de diretores também afastados por bisbilhotar a vida alheia. No entanto, o mais grave é o cinismo das informações.

Depois do 11 de setembro, não se tira, em nenhuma instituição bancária americana, nenhum valor acima de US\$10 mil sem se preencher um formulário imenso. Nesse formulário, quando o dinheiro é seriado, com aquela cinta do Banco Central – portanto sem necessidade de conferência -, o banco coloca o número da primeira e da última nota e diz a quem foi entregue. A tecnologia moderna faz com que o sujeito seja fotografado.

Pois bem, quando o dinheiro já foi movimentado, eles, por amostragem, tiram a numeração de dez ou de vinte, dependendo do valor a ser sacado, e colocam, embaixo, que entregaram ao portador Fulano de Tal a quantia tal, em cujo montante encontram-se as cédulas tais, tais e tais, para facilitar rastreamento.

O Banco Central não sabe como esse dinheiro entrou no Brasil. Um joga para a Coafi, outro joga para a Polícia Federal. E o Banco Central não sabe para que a Diretoria Internacional e por que o Banco Central é o guardião da moeda no Brasil!

Qualquer um dos senhores, se chegar aqui no caixa automático e for tirar dinheiro para comprar pipoca ou tomar sorvete, verá que há uma máquina fotográfica automática que registra a sua fisionomia, para evitar que se esteja sendo, naquele momento, coagido por seqüestro ou por outra maneira qualquer. Qual é o espírito? Fotografar quem retira e, eventualmente, quem está ao lado. E tem-se desvendado uma série de seqüestros e saques misteriosos pelo Brasil afora.

Se formos a uma agência bancária, eles fotografam e filmam da hora da chegada à hora da saída. Quando se pede um valor alto, o caixa, ao se dirigir ao local onde está a quantia, aciona um dispositivo, e o circuito interno começa a acompanhá-lo exatamente para protegê-lo no caso de seqüestro. Nesse caso, ninguém sabe, ninguém viu.

Ora! É uma brincadeira, Senador Marco Maciel. O que se está fazendo é uma brincadeira muito parecida com o episódio do dólar na cueca em São Paulo, um produto da venda de verduras na Ceasa. Um mês depois, aperta-se daqui, aperta-se dali, e sabe-se a realidade dos fatos.

Quem se esqueceu do episódio do dinheiro de Cuba? Não foi uísque. “Pegamos as garrafas de uísque, saímos de Brasília e levamos para São Paulo. Chegamos em São Paulo, e não tinha combustível no aeroporto de Campinas.” Imaginem! O aeroporto internacional de Campinas não ter combustível para avião.

“E fomos para Amarais” – um aeroporto de ultraleve e de aviões de pequeno porte.

Ora, era muito mais barato comprar as três caixas de uísque em Campinas e poupar a gasolina, o tempo e os custos do avião.

Eram dólares! São essas coisas que o Brasil todo quer saber. Infelizmente, estamos às vésperas de uma eleição. Mas estamos com esses assuntos atrasados, porque o Governo não se interessa, não quer ou não deve apurá-lo.

Portanto, Sr. Presidente, desejo muita felicidade ao Presidente Lula hoje no debate, mas que ele leve fatos concretos sobre a sua administração, sobre os seus amigos, sobre quem o cerca e tenha muito cuidado com quem o acompanha, inclusive hoje no debate, porque o público de hoje pode ser um grande fiel de amanhã.

Muito obrigado.

**O SR. TASSO JEREISSATI (PSDB – CE)** – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

**O SR. PRESIDENTE** (Marco Maciel. PFL – PE) – Senador Tasso Jereissati, tem V. Ex<sup>a</sup> a palavra pela ordem.

**O SR. TASSO JEREISSATI (PSDB – CE)**. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, acabamos de ver uma nota da Federação Nacional dos Servidores da Polícia Federal, reclamando do uso político da Polícia Federal pelos próprios funcionários de lá. Isso é muito grave, corrobora o que estamos dizendo e coloca o Superintendente, Paulo Lacerda, em uma situação muito difícil. Ele precisa se explicar.

Muito obrigado, Sr. Presidente. Era o que eu queria observar. É importante que seja do conhecimento de todos essa nota da Federação Nacional dos Servidores da Polícia Federal.

Muito obrigado.

**O SR. PRESIDENTE** (Marco Maciel. PFL – PE) – Sobre a mesa, projeto que passo a ler.

É lido o seguinte:

#### PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 102, DE 2006

(Nº 7.432/2006, na Casa de origem)  
(De iniciativa do Presidente da República)

**Denomina “Rodovia Santos-Dumont” a rodovia BR-116, do quilômetro 0 (zero), em Fortaleza, no Estado do Ceará, até o entroncamento com a BR-040, no Estado do Rio de Janeiro.**

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Fica denominada “rodovia Santos-Dumont” a rodovia BR-116, do quilômetro 0 (zero), em Fortale-

za, no Estado do Ceará, até o entroncamento com a BR-040, no Estado do Rio de Janeiro.

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

#### PROJETO DE LEI ORIGINAL Nº 7.432, DE 2006

**Denomina “Rodovia Santos-Dumont” a rodovia BR-116, do quilômetro 0 (zero) em Fortaleza – CE até o entroncamento com a BR-040, no Rio de Janeiro.**

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Fica denominada “Rodovia Santos-Dumont” a rodovia BR-116, do quilômetro 0 (zero) em Fortaleza-CE até o entroncamento com a BR-040, no Rio de Janeiro.

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Brasília,

#### MENSAGEM Nº 723, DE 2006

Senhores Membros do Congresso Nacional,

Nos termos do art. 61 da Constituição, submeto à elevada deliberação de Vossas Excelências o texto do projeto de lei que “Denomina ‘Rodovia Santos-Dumont’ a rodovia BR-116, do quilômetro 0 (zero) em Fortaleza-CE até o entroncamento com a BR-040, no Rio de Janeiro”.

Brasília, 22 de agosto de 2006. – **Luiz Inácio Lula da Silva.**

EM Nº 23/MT

Brasília, 2 de agosto de 2006

Excelentíssimo Senhor Presidente da República,

1. Submeto à elevada consideração de Vossa Excelência o anexo projeto de lei que dispõe sobre a denominação de “Rodovia Santos-Dumont”, a ser dada ao trecho da Rodovia BR-116, do quilômetro 0 (zero) em Fortaleza-CE até o entroncamento com a BR-040, no Rio de Janeiro – RJ.

2. Tal proposta foi apresentada a este Ministério pela Comissão Interministerial do Centenário do Vôo do 14-bis, instituída pelo Decreto de 10 de março de 2005, para planejar, coordenar e estabelecer ações destinadas às celebrações alusivas ao Centenário do Vôo do 14-Bis, a ser comemorado em 2006.

3. Em 23 de outubro de 2006, comemora-se o Centenário do Vôo do 14-Bis. Tendo dedicado sua vida à aviação, Santos Dumont foi o primeiro aeronauta do mundo a alcançar, definitivamente, a dirigibilidade dos balões e a realizar o primeiro Vôo homologado em um aparelho mais pesado que o ar, usando apenas os meios do próprio avião.

4. É notória a atuação do ilustre homenageado, quando em vida, destacando-se como o primeiro aeronauta a realizar, em 23 de outubro de 1906, o primeiro vôo mecânico do mundo. Com esse feito, Santos-Dumont recebeu os três mil francos do prêmio Archdeacon, criado em julho de 1906, pelo americano Ernest Archdeacon, para premiar o primeiro aeronauta que conseguisse voar por mais de vinte e cinco metros em vôo nivelado. Conquistou, também, outro prêmio oferecido pelo Aeroclube de França, conferido ao primeiro aeroplano que, levantando-se por si só, fizesse um percurso de cem metros com desnívelamento máximo de 10%.

5. Dessa forma, o homenageado bateu seu recorde de 23 de outubro. Há notícia de que a multidão envolveu o 14-Bis e Santos-Dumont saiu carregado em triunfo pelo povo que ocorreu ao Campo de Bagatelle, sendo divulgado por toda a imprensa mundial os dois grandes feitos do nosso brasileiro.

6. Assim, em não havendo designação oficial para o trecho em questão, a homenagem proposta pela Comissão Interministerial de denominar “Rodovia Santos-Dumont” a BR-116, do quilômetro 0 (zero) em Fortaleza-CE até o entroncamento com a BR-040, no Rio de Janeiro – RJ, atende plenamente aos requisitos da Lei nº 6.682, de 1979.

7. Estas, Senhor Presidente, são as razões que me levam a propor a Vossa Excelência a edição deste projeto de lei.

Respeitosamente, – **Paulo Sérgio Oliveira Passos.**

**O SR. PRESIDENTE** (Marco Maciel. PFL – PE) – O projeto que acaba de ser lido vai à Comissão de Educação.

Sobre a mesa, ofícios que passo a ler.

São lidos os seguintes:

Ofício nº 26, de 2006-CN (OFÍCIO PGR/GAB/Nº 1.249/2006, na origem), do Procurador Geral da República, que encaminha ao Congresso Nacional, nos termos do art. 122 da Lei nº 11.178, de 20 de setembro de 2005, os demonstrativos que compõem o Relatório de Gestão Fiscal do Ministério Público da União, referentes aos períodos de setembro de 2005 a agosto de 2006 e de maio de 2005 a abril de 2005 a abril de 2006, este republicado e anexado ao OFN nº 20/2006.

Ofício nº 27, de 2006-CN (OFÍCIO GP-O/Nº 4.675/2006, na origem), do Presidente da Câmara dos Deputados, que encaminha ao Congresso Nacional, nos termos do art. 122 da Lei nº 11.178, de 20 de setembro de 2005, e no inciso I do art. 5º da Lei nº 10.028, de 19-10-2000, o Relatório de Gestão Fiscal

da Câmara dos Deputados, referente ao período de setembro de 2005 a agosto de 2006.

**O SR. PRESIDENTE** (Marco Maciel. PFL – PE)

- Os ofícios que acabam de ser lidos vão à Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização.

Será feita comunicação à Câmara dos Deputados.

**O SR. PRESIDENTE** (Marco Maciel. PFL – PE)

- Esgotou-se ontem o prazo previsto no art. 91, § 3º, do Regimento Interno, sem que tenha sido interposto recurso no sentido da apreciação, pelo Plenário, das seguintes matérias:

- Projeto de Decreto Legislativo nº 336, de 2006 (nº 2.147/2006, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que outorga concessão à Fundação Rádio e Televisão Deputado Humberto Reis da Silveira para executar serviço de radiodifusão de sons e imagens na cidade de Teresina, Estado do Piauí;
- Projeto de Decreto Legislativo nº 340, de 2006 (nº 1.602/2005, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que autoriza a Associação Cultural Comunitária Nova Missão a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Mogi Mirim, Estado de São Paulo;
- Projeto de Decreto Legislativo nº 341, de 2006 (nº 1.651/2005, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que autoriza a Associação Comunitária de Comunicação e Cultura Central de Cajati a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Cajati, Estado de São Paulo;
- Projeto de Decreto Legislativo nº 342, de 2006 (nº 1.871/2005, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que autoriza a Associação dos Lavradores Autônomos de Buriti – MA a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Buriti, Estado do Maranhão;
- Projeto de Decreto Legislativo nº 345, de 2006 (nº 2.067/2005, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que outorga permissão à Rede Jornal de Comunicação e Publicidade Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Ribeirão Cascalheira, Estado do Mato Grosso;
- Projeto de Decreto Legislativo nº 347, de 2006 (nº 2.156/2006, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que autoriza a Associação Comunitária de Comunicação e Cultura de Loanda a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Loanda, Estado do Paraná;
- Projeto de Decreto Legislativo nº 348, de 2006 (nº 2.169/2006, na Câmara dos Deputados), que

aprova o ato que outorga permissão à Rádio Master FM Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada, na cidade de São João do Ivaí, Estado do Paraná.

- Projeto de Decreto Legislativo nº 349, de 2006 (nº 2.049/2005, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que autoriza a Associação Comunitária de Radiodifusão da Cidade de Engenheiro Navarro – MG a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Engenheiro Navarro, Estado de Minas Gerais;
- Projeto de Decreto Legislativo nº 350, de 2006 (nº 2.149/2006, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que autoriza a Associação de Diffusão Comunitária Utopia a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Planaltina, Distrito Federal;
- Projeto de Decreto Legislativo nº 351, de 2006 (nº 2.151/2006, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que outorga permissão à Rádio Difusora Colíder Ltda. Para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Pontal do Araguaia, Estado do Mato Grosso;
- Projeto de Decreto Legislativo nº 355, de 2006 (nº 1.362/2001, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que renova a concessão da Rádio Cultura de Foz do Iguaçu Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em onda média na cidade de Foz do Iguaçu, Estado do Paraná;
- Projeto de Decreto Legislativo nº 358, de 2006 (nº 1.916/2005, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que renova a concessão da Rádio Independência de Goiânia Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em onda média na cidade de Goiânia, Estado de Goiás;
- Projeto de Decreto Legislativo nº 362, de 2006 (nº 2.165/2006, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que autoriza permissão à Fundação de Apoio Institucional ao Desenvolvimento Científico e Tecnológico – FAI-UFSCAR para executar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de São Carlos, Estado de São Paulo;
- Projeto de Decreto Legislativo nº 365, de 2006 (nº 265/2003, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que autoriza a Associação Comunitária Presidente Bernardes de Radiodifusão a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Presidente Bernardes, Estado de Minas Gerais;
- Projeto de Decreto Legislativo nº 366, de 2006 (nº 2.177/2006, na Câmara dos Deputados), que

aprova o ato que outorga concessão à Fundação Educativa e Cultural Planalto de Poços de Caldas para executar serviço de radiodifusão de sons e imagens na cidade de Poços de Caldas, Estado de Minas Gerais;

– Projeto de Decreto Legislativo nº 372, de 2006 (nº 2.102/2006, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que outorga permissão à Fundação Quilombo para executar serviço de radiodifusão sonora em freqüência modulada na cidade de Marechal Deodoro, Estado de Alagoas;

– Projeto de Decreto Legislativo nº 373, de 2006 (nº 2.148/2006, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que autoriza a Associação Comunitária Educativa Coronel Murtense de Radiodifusão a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Coronel Murta, Estado de Minas Gerais;

– Projeto de Decreto Legislativo nº 375, de 2006 (nº 2.154/2006, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que outorga concessão à Fundação Educativa e Cultural Mantiqueira para executar serviço de radiodifusão de sons e imagens na cidade de Caxambu, Estado de Minas Gerais;

– Projeto de Decreto Legislativo nº 379, de 2006 (nº 2.162/2006, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que autoriza a Associação Novo Milênio de Desenvolvimento e Radiodifusão Comunitária a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Casca, Estado do Rio Grande do Sul;

– Projeto de Decreto Legislativo nº 380, de 2006 (nº 2.163/2006, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que outorga permissão à Rádio Jauru FM Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em freqüência modulada na cidade de Faxinal do Soturno, Estado do Rio Grande do Sul;

– Projeto de Decreto Legislativo nº 382, de 2006 (nº 2.167/2006, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que outorga permissão à Fundação Brasil de Arte e Cultura para executar serviço de radiodifusão sonora em freqüência modulada na cidade de Piraquara, Estado do Paraná;

– Projeto de Decreto Legislativo nº 384, de 2006 (nº 2.176/2006, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que autoriza a Associação Comunitária de Radiodifusão do Bairro Letícia (ACRBL) a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Belo Horizonte, Estado de Minas Gerais;

– Projeto de Decreto Legislativo nº 385, de 2006 (nº 2.179/2006, na Câmara dos Deputados), que

aprova o ato que outorga permissão à Rádio e TV Sucesso Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em freqüência modulada na cidade de Várzea da Palma, Estado de Minas Gerais;

- Projeto de Decreto Legislativo nº 387, de 2006 (nº 2.181/2006, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que autoriza a Associação de Radiodifusão Comunitária de Ouro Branco – MG a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Ouro Branco, Estado de Minas Gerais;
- Projeto de Decreto Legislativo nº 388, de 2006 (nº 2.182/2006, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que outorga concessão à Fundação Nelson Rocha para executar serviço de radiodifusão de sons e imagens na cidade de Curvelo, Estado de Minas Gerais;
- Projeto de Decreto Legislativo nº 389, de 2006 (nº 2.183/2006, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que outorga permissão à Fundação Universitária de Pesquisas Econômicas e Sociais de Vila Velha para explorar serviço de radiodifusão sonora em freqüência modulada na cidade de Serra, Estado do Espírito Santo;
- Projeto de Decreto Legislativo nº 396, de 2006 (nº 2.203/2006, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que outorga permissão ao Sistema Costa Dourada de Radiodifusão Ltda., para explorar serviço de radiodifusão sonora em freqüência modulada na cidade de Matriz de Camaragibe, Estado de Alagoas;
- Projeto de Decreto Legislativo nº 399, de 2006 (nº 2.208/2006, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que autoriza a Associação Fidelense de Radiodifusão Comunitária – AFIRC a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de São Fidélis, Estado do Rio de Janeiro;
- Projeto de Decreto Legislativo nº 403, de 2006 (nº 2.231/2006, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que outorga permissão à Fundação Instituto Nacional de Telecomunicações para executar serviço de radiodifusão sonora em freqüência modulada na cidade de Santa Rita do Sapucaí, Estado de Minas Gerais;
- Projeto de Decreto Legislativo nº 404, de 2006 (nº 2.233/2006, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que autoriza a Associação Comunitária de Radiodifusão Taquaruçu a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Taquaruçu do Sul, Estado do Rio Grande do Sul;
- Projeto de Decreto Legislativo nº 405, de 2006 (nº 2.241/2006, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que outorga concessão à Funda-

- ção Cândido Garcia para executar serviço de radiodifusão de sons e imagens na cidade de Umuarama, Estado do Paraná; e
- Projeto de Decreto Legislativo nº 406, de 2006 ( nº 2.268/2006, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que autoriza a Associação de Rádio Comunitária de Cutias do Araguari – AP a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Cutias, Estado do Amapá.

Tendo sido aprovadas terminativamente pela Comissão de Educação, as matérias vão à promulgação.

Será feita a devida comunicação à Câmara dos Deputados.

**O SR. PRESIDENTE** (Marco Maciel. PFL – PE)

- Os Srs. Senadores Marcos Guerra, Leonel Pavan e Sérgio Guerra e a Srª Senadora Lúcia Vânia enviaram discursos à Mesa para serem publicados, na forma do disposto no art. 203, combinando com o inciso I e o § 2º do art. 210 do Regimento Interno.

S. Exªs serão atendidos.

**O SR. MARCOS GUERRA** (PSDB – ES. Sem apanhamento taquigráfico.) – Sr. Presidente, Srªs e Srs. Senadores, em nosso País, movimentos que se auto-intitulam “populares” especializaram-se, nos últimos anos, em defender causas ilegítimas, acobertados pela impunidade que lhes facilita o desrespeito à lei, recorrendo a táticas quase sempre equiparáveis à chantagem exercida por quadrilhas de criminosos.

Felizmente, é raro que a população se deixe enganar por manipuladores dessa espécie. Tivemos um bom exemplo disso no Espírito Santo, no final da semana passada: mais de 5 mil pessoas participaram de uma manifestação no município de Aracruz, em protesto contra as ações de supostas tribos indígenas que alegam direito de propriedade sobre uma área de 11 mil hectares cultivada pela empresa Aracruz Celulose.

A manifestação lotou a Praça da Paz, no Centro da cidade, na sexta-feira passada, e contou com o apoio do comércio local, que, para demonstrá-lo, fechou suas portas. Ela foi a expressão visível de um movimento de repúdio que vem crescendo a cada dia, e hoje reúne integrantes de 80 organizações, entre associações profissionais, entidades representativas de diversos setores e sindicatos de trabalhadores – todos unidos contra uma reivindicação que não tem a menor base em dados históricos capazes de comprovar sua legitimidade.

Convém relembrar que, no início deste mês, um grupo que se autodenomina descendente de índios ocupou uma plantação de eucaliptos, em área próxima à fábrica da Aracruz, e passou a derrubar e queimar árvores numa extensão de quase 10 hecta-

res, causando um prejuízo até agora estimado em 1 milhão de reais.

Os cortes e incêndios prosseguirão, segundo afirmaram líderes da invasão, até que o governo federal decida pela incorporação de mais 11 mil hectares, de propriedade da Aracruz, à atual reserva indígena, que hoje tem uma área de 7 mil hectares.

Os invasores não se contentaram em destruir patrimônio alheio e colocar vidas em risco ao provocarem incêndios. Também ameaçaram funcionários da Aracruz que tentavam desobstruir as estradas que levam à região, e roubaram seus equipamentos.

O recurso à violência, à intimidação e ao roubo evidencia o desprezo pelas leis do País. O uso de tais métodos é também mais uma prova de que a legitimidade da reivindicação é mais que duvidosa. Seu único respaldo é um recente laudo favorável da Fundação Nacional do Índio, a Funai – que é desmentido por documentos e relatórios anteriores da própria Funai. Esses documentos provam que os índios tupiniquins viviam em território distante 140 quilômetros da região de Aracruz, e que só em 1967 índios guaranis, vindos do Paraguai e de Estados do Sul do Brasil, chegaram àquela área.

A manipulação é óbvia, assim como é claro que muitos dos invasores devem ter sido “importados” de outras regiões do País para formar o contingente de herdeiros fictícios das terras, que a Aracruz adquiriu de proprietários legítimos.

Sr. Presidente, Srªs e Srs. Senadores, a Aracruz é uma empresa que já investiu 4 bilhões de dólares na economia capixaba. Como ressaltou, durante a manifestação, o presidente do Sindicato dos Trabalhadores nas Indústrias Extrativas de Madeira de Aracruz, Davi Gomes, estão em jogo cerca de 90 mil empregos diretos e indiretos em todo o Estado, dos quais 10 mil apenas na região do município de Aracruz.

O povo sabe distinguir entre quem está a serviço de suas causas e de seu bem-estar, e grupos de desordeiros que servem aos objetivos de organizações não-governamentais estrangeiras, ao radicalismo e a ideologias totalitárias há muito ultrapassadas. A população do município de Aracruz foi às ruas para manifestar sua rejeição veemente à ação dessas forças que representam o atraso e exigir providências do governo federal. Cabe a nós lutarmos para que sua voz seja ouvida e não prevaleça a pressão de interesses ilegais, exercida por meios violentos.

Era o que tinha a dizer.

Muito obrigado.

**O SR. LEONEL PAVAN** (PSDB – SC. Sem apanhamento taquigráfico.) – Sr. Presidente, Srªs e Srs. Senadores, ocupo a tribuna, neste momento, para fazer

o registro da matéria intitulada "Um Lula como nunca se viu", publicada pela revista **Veja**, em sua edição de 30 de agosto do corrente.

Segundo a matéria, o livro *Viagens com o Presidente* mostra a face nada protocolar do petista. Segundo a matéria, o livro relata um Lula vaidoso, a ponto de repreender um assessor por andar mal vestido ao seu lado, e propenso a ataques de fúria, como o que o acometeu diante de um subordinado que se esqueceu de trazer-lhe uma toalha.

# UM LULA COMO NUNCA SE VIU

O livro *Viagens com o Presidente* mostra a face nada protocolar do petista

Thaís Oyama

**N**o jargão do jornalismo, um "repórter setorista" é aquele especializado na cobertura de determinado assunto ou instituição. Em Brasília, o Palácio do Planalto é, depois da Câmara e do Senado, o lugar que reúne o maior número de setoristas — são mais de vinte. A serviço de diferentes veículos, eles ocupam uma sala no andar térreo do palácio e têm como principal missão acompanhar o dia-a-dia do presidente da República. Trata-se de uma tarefa ingrata. O aparato que cerca um presidente, que inclui uma pesada estrutura de assessoria de imprensa, tende a burocratizar o trabalho dos repórteres, e o acesso a informações exclusivas muitas vezes é nenhum. Por causa disso, a cobertura do Planalto sempre se notabilizou pelo excesso de notas oficiais e pela escassa produção de "furos" — em suma um terreno árido para a reportagem. Os se-

toristas Eduardo Scolese, do jornal *Folha de S. Paulo*, e Leoncio Nossa, de *O Estado de S. Paulo*, no entanto, escaparam dessa maldição. Tomando como matéria-prima a rotina do palácio e as dezenas de viagens presidenciais que acompanharam nos últimos anos, eles produziram o retrato de um político pouco conhecido dos brasileiros. Ao longo de quase 300 páginas, o livro *Viagens com o Presidente* (Editora Record) descreve um Lula vaidoso a ponto de censurar um assessor por andar malvestido ao seu lado e propenso a ataques de fúria, como o que o acometeu diante de um subordinado que se esqueceu de trazer-lhe uma toalha (*veja trechos do livro no quadro abaixo e na pág. 78*). Lula, saberá o leitor, mesmo quando não está irritado, recorre com tanta naturalidade ao uso de palavrões que, entre os petistas palacianos, se difundiu a crença de que, quanto mais pesado o palavrão proferido por ele, maior é o seu grau de intimidade com o interlocutor. "Dai, ouvir um palavrão (do presidente) pode significar status", dizem os autores.

Trechos do livro  
*Viagens com o Presidente*

## O MELÔ DO DIRCEU

"Nessa viagem ao Rio, o presidente está bem no estilo 'paz e amor' da campanha, com sua dose de animação um pouco além do habitual. Naquele dia, talvez por conta do esfriamento da crise política, resolve levar tudo aquilo na brincadeira. Em dado momento, para espanto e depois risos dos que o acompanham, o presidente caminha até a janela de seu luxuoso quarto e passa a cantarolar junto com os manifestantes o refrão de uma paródia feita para o ex-ministro da Casa Civil: 'Ei, José Dirceu, devolve o dinheiro aí, o dinheiro não é seu'. Saltitante, Lula repete o refrão com um sorriso aberto e os dedos indicadores para o alto como se estivesse num baile de Carnaval."

## CAFÉ E CIGARRILHA

"Lula não mede as palavras e fala o que quer (...). Embora não seja cordial como o antecessor, o presidente é visto com simpatia pelos seguranças por ter, segundo palavras dos próprios, a disposição de trabalho e o jeito durão de um militar. Não tem muita paciência. Para ele, tudo tem que ser na hora. Costuma estressar-se com auxiliares a qualquer vacilo. Fica nervoso, por exemplo, se vai a algum lugar que

... tenha um café expresso à disposição. Ajudantes-de-ordens, assessores e seguranças sabem que o bom humor do presidente pode ir para o espaço se ele não conseguir fumar sua cigarrilha com uma xícara de café na mão."

## "LÁ VEM O LEÃO"

"Nas viagens, em conversas pelo rádio, os seguranças recorrem a inúmeros códigos para garantir a integridade do chefe do governo. Em cada missão, o presidente é chamado por um apelido, geralmente em referência a mamíferos ou planetas (...). 'Lá vem o Leão', 'a Pantera está a caminho', 'Saturno tem pressa e está nervoso', o 'Eclipse apareceu'. Já a primeira-dama é muitas vezes chamada de 'Estrela' ou 'Damasco' (...). Os integrantes do Itamaraty têm um tratamento carinhoso e diferenciado, com direito até a nome de desenho animado. Diante da aproximação dos diplomatas, os seguranças comunicam os sinais de alerta: 'Lá vêm os Bambis' ou 'as Gazelas estão a caminho'."

Apesar de dizer que seu antecessor, Fernando Henrique Cardoso, viajava demais, Lula, ao assumir o governo, deixou o tucano comendo poeira. Só nos três primeiros anos de sua administração, fez 85 viagens — quase o dobro do que realizou FHC nos quatro anos de seu primeiro mandato. Segundo cálculo dos autores, o petista registrou uma decolagem internacional a cada 23 dias. Em cada uma dessas viagens, teve setoristas em seu encalço. Como toda relação que envolve convivência estreita e diária, a do presidente com os jornalistas do Planalto tem momentos de paz, de conflito e também de pura implicância. Um episódio ocorrido em Pretória, na África do Sul, dá a noção do grau de puerilidade a que as partes podem chegar. Minutos antes de dar uma entrevista, Lula resolve cochichar algo no ouvido de um assessor, observado pela multidão de repórteres que o aguardam. Diz um trecho do livro: "Os jornalistas ficam intrigados. À noite, depois de três copos de cerveja, o assessor relata num bar as palavras do presidente: 'Tá todo mundo achando que é algo importante o que estou dizendo para você, mas te chamei aqui só para deixar esses caras curiosos excitados'". Em outro trecho, mais

adiante, é a vez de os jornalistas reagirem. No ápice da crise do mensalão, Lula foi obrigado a fazer um pronunciamento na TV em que se eximiu de responsabilidade pelo escândalo, atribuindo-a a traidores que jamais identificou. Setoristas do Planalto encontraram nessa fala uma forma de "vingar-se" do constante desprezo presidencial: "A pergunta da traição passou a ser usada por repórteres em dias de mau humor do presidente, só para irritá-lo. Bastava ele passar direto sem responder a questões do dia para um jornalista gritar: 'Quem traiu o senhor, presidente?'".

*Viagens com o Presidente* não analisa nem desvenda questões — limita-se a reportar e, nesse sentido, é superficial. Embora sua graça esteja na trivialidade dos fatos relatados, o que começa como qualidade, de tanto repetir-se, acaba virando defeito — alguns episódios, excessivamente banais, poderiam ter sido dispensados. O livro de Eduardo Scólese e Leonençio Nossa, porém, tem seu mérito ao mostrar o presidente Lula sob um ângulo até agora inédito: o da intimidade só revelada nos bastidores das cerimônias oficiais, nos intervalos de uma entrevista coletiva e na descontração de uma cabine de avião. *Viagens com o Presidente* observa Lula pelas frestas — e o que se vê a partir delas surpreende e diverte. ■

#### "IGUAL A EXAME DE PRÓSTATA"

"Numa audiência com a ministra do Meio Ambiente, Marina Silva, na época em que o governo começa a discutir a transposição de parte das águas do rio São Francisco, o presidente ouve a opinião contrária dela às obras e os argumentos favoráveis dos técnicos da área. Após ouvi-los, consola a ministra: 'Marina, essa coisa de meio ambiente é igual a um exame de próstata: não dá pra ficar virgem toda a vida. Uma hora eles vão ter que enfiar o dedo no c... da gente. Então, companheira, se é pra enfiar, é melhor que enfiem logo'. Lula, até para mostrar personalidade em relação aos 'estudos' e 'professores' do governo, leva para dentro do Planalto seu jeito descontraído, seu costume de falar palavrões."

#### O CIÚME DA PRIMEIRA-DÂMA

"Marisa Letícia não se sente bem ao lado de seguranças. Se for mulher, pior ainda. Segurança mulher e ainda mais bonita, sem chance. No início do governo petista, uma militar alta e loira que fazia a segurança de Ruth Cardoso foi logo dispensada. A primeira-dama quer vê-las bem longe do marido (...). Ela gosta de cuidar da privacidade da família. Um exemplo disso ocorreu no início de governo, quando cortou as asinhas de alguns ajudantes-de-ordens que trabalhavam no Alvorada e se achavam no direito de circular livremente nas áreas privativas da residência. Marisa proibiu esse vaivém."

#### A "HORA DA PRINCESA"

"Mas isso também não basta para 'energizar' o presidente, por isso, a assessoria cria a 'hora da princesa'. De segunda a sexta, por volta das 15h, o gabinete é aberto para receber vereadores, antigos companheiros de sindicato, padres, princesas de festas regionais (dai o nome), empresários e pessoas simples que telefonam pedindo para tirar uma foto ao lado do presidente (...). Um assessor avalia: 'A hora da princesa é o momento depois do almoço para o presidente ganhar fôlego. As pessoas não entram no gabinete para pedir nada. Os abraços são gratuitos, fazem muito bem a ele. Podem chamar de populismo. (...) Após a hora da princesa, é outro homem'."

#### Trechos do livro *Viagens com o Presidente*

#### EU ODEIO O SUCATÃO

"A compra de um novo avião presidencial se tornou uma das obsessões do governo Lula. Uma prioridade. Mesmo ciente de que tal iniciativa poderia render-lhe um desgaste na opinião pública, por investir milhões de dólares na compra de uma aeronave diante de milhões de miseráveis no país, o presidente manifestava a certeza de que valia mesmo a pena arriscar. Tudo isso para se livrar do barulho e das constantes oscilações de temperatura no interior do Sucatão (...). Em solo, Lula dizia que o Boeing parecia um forno de microondas. No ar, segundo o presidente, um freezer ligado com a máxima potência."

#### A "SENZALA" DO AEROLULA

"Ao entrarem no Aerolula, ministros, assessores e demais credenciados encontram seus respectivos nomes em etiquetas coladas pela FAB em cada um dos assentos (...). Em conversas sem a presença do presidente, ministros e integrantes do alto escalão do governo chamam a parte traseira da aeronave de 'senzala', enquanto a cabine presidencial leva o apelido de 'casa-grande'. Ficar na senzala durante todo o vôo é não ser chamado por Lula para uma conversa na cabine presidencial é um sinal de falta de prestígio. Muitos preferem o constrangimento de se oferecer para uma conversa a correr o risco de serem ignorados por Lula na viagem."

#### DORMINDO NO CINEMA

"Logo na primeira sessão do cine Alvorada, Lula bala uma estratégia para evitar ao máximo o contato com os parlamentares. Chega ao local de exibição com um copo de uísque na mão já com o filme em andamento (...). Naquele dia, aos deputados e senadores ansiosos para pedir liberação de verbas para seus currais eleitorais, resta esperar o fim da sessão para falar com o presidente. Lula, que dormiu e roncou alto durante boa parte da exibição de Narradores de Javé, levanta-se rapidamente assim que o filme termina e numa tentativa inócuia de ser útil manda todo mundo embora de sua residência: 'Gente, vamos embora porque amanhã eu tenho muito o que fazer'."

**O SR. SÉRGIO GUERRA** (PSDB – PE. Sem apanhamento taquigráfico.) – Sr. Presidente, Srs e Srs. Senadores, ocupo a tribuna, neste momento, para fazer o registro do artigo intitulado “Lula e a mídia”, publicado no jornal **O Estado de S. Paulo**, de 31 de Agosto de 2006.

O artigo destaca a obsessão do presidente Lula em criar Leis que “dão liberdade à imprensa”. O texto alerta para o fato do governo do PT insistir em ordenar o trabalho da imprensa no Brasil e chama a atenção para o fato de que o único período de censura enfrentado pelos meios de comunicação aconteceu regime

militar. O texto esclarece também que somente no governo Lula se tentou, por três vezes, criar limitações à plena liberdade de expressão.

Senhor Presidente, para concluir, requeiro que o referido artigo passe a integrar os Anais do Senado Federal.

**DOCUMENTO A QUE SE REFERE O SR. SENADOR SÉRGIO GUERRA EM SEU PRONUNCIAMENTO**

(Inserido nos termos do art. 210, inciso I e § 2º, do Regimento Interno.)

## Lula e a mídia

**S**em dúvida beneficiado por ter feito um discurso lido, sem acréscimos improvisados, o pronunciamento do presidente Lula na abertura do 6º Congresso Brasileiro de Jornais, terça-feira, em São Paulo, teve uma precisão conceitual irretocável, ao estabelecer o valor da liberdade de expressão e a conexão profunda entre a livre imprensa e a democracia. Mas, como quase sempre acontece, as palavras do presidente não corresponderam – infelizmente – à realidade dos fatos, no que diz respeito a seu próprio governo.

Disse o presidente: “O Estado democrático só existe, se consolida e se fortalece com uma imprensa livre (...) A liberdade de expressão foi uma das maiores conquistas históricas da sociedade humana. E é um dos bens mais preciosos da vida social (...) Nossa legislação impede qualquer forma de censura. O Estado tem se pautado por não causar qualquer tipo de interferência nos meios de comunicação social.” E o presidente disse mais, que “o único juiz da atuação da imprensa é a própria população”, que “ela, sim, consegue ver se os problemas do seu cotidiano estão ou não representados nas notícias e nos debates que são veiculados pelos meios de comunicação, e sabe reconhecer quando o jornalismo é, de fato, a grande praça pública onde sua voz pode ser ouvida”.

Sob o ponto de vista institucional, até pelo fato de a sociedade brasileira já ter sofrido severas censuras de ditaduras, nossa legislação é muito mais anticensória do que a de muitas democracias que nunca

passaram por períodos de cerceamento à liberdade de expressão. Mas, suspensa a censura do regime militar, foi somente no governo Lula que se tentou, por duas vezes (e mais uma terceira, como veremos), criar-se limitações à plena liberdade de expressão, sob diferentes roupagens ou disfarces. A primeira tentativa foi a de criação do famigerado Conselho Federal de Jornalismo (CFJ), projeto enviado pelo governo Lula à Câmara dos Deputados, destinado a “orientar, disciplinar e fiscalizar” o exercício da profissão e a atividade de jornalismo, inclusive com

### Palavras que não escondem as duas tentativas de cercear a imprensa

poderes de punir jornalistas. O governo recuou nesse propósito, graças ao firme repúdio da opinião pública, que repercutiu no Congresso.

A segunda tentativa foi a da criação da também famigerada Agência Nacional do Cinema e do Audiovisual (Ancinav) – entidade com poderes discricionários sobre a regulamentação e controle do cinema, televisão, TV por assinatura, rádio e demais empresas de modalidade audiovisual, em qualquer formato. O espírito autoritário – para não dizer totalitário – de tal projeto foi prontamente detectado e, mais uma vez, foi rechaçada a imposição de cerceamento à liberdade de expressão no País. Agora, no assim intitulado “Programa de Governo”, divulgado na campanha reeleitoral, se afirma que

num novo mandato presidencial Lula “incentivará a criação de sistema democrático de comunicação, favorecendo a democratização da produção, da circulação e do acesso aos conteúdos pela população”.

O problema é que, ao achar, corretamente, que “o único juiz da atuação da imprensa é a própria população”, um presidente eleito por essa população dá a impressão de que se sente no direito de decidir ele próprio “se os problemas do seu cotidiano estão ou não representados nas notícias e nos debates que são veiculados pelos meios de comunicação”.

Ante esse sinal de perigo, não dá para deixar de relacionar a idéia de setores do PT, de construir uma cadeia de jornais regionais que apóie as “idéias populares” do governo, e o plano de apoio publicitário (da Casa Civil e da Secretaria de Comunicação Institucional, há dois anos) a jornais de periferia afinados com o Planalto, com a incisiva acusação do coordenador do programa de governo do presidente Lula, Marco Aurélio Garcia, contra “alguns” formadores de opinião do País – que chamou de “golpistas” e “deformadores de opinião”. Para deixar por menos, já conhecemos bem esse filme.

Em sua fala na ANJ, Lula reconheceu que “sua história política deve muito à imprensa”, referindo-se ao apoio que teve da mídia como líder sindical. Esqueceu, no entanto, do apoio que tem obtido da mídia em toda a sua carreira, posto que jamais, “neste País”, homem público algum ocupou tamanho espaço nos veículos de comunicação, principalmente como presidente.

**A SRA. LÚCIA VÂNIA** (PSDB – GO. Sem apanhamento taquigráfico.) – Sr. Presidente, Srs e Srs. Senadores, ocupo a tribuna, neste momento, para fazer o registro do editorial da **Folha de S.Paulo**, do último dia 25 de agosto do corrente intitulado “Conter os gastos”.

O editorial trata da preocupação existente com a expansão dos gastos do governo acima da evolução da receita e destaca que conveniências puramente eleitoreiras estão adiando o ajuste necessário. Segundo o editorial, o ajuste provavelmente virá em 2007 e então “ficará explicitado o tamanho do embuste contido

nas ‘bondades’ concedidas e nas promessas de mais ‘bondades’ no futuro – que dão o tom da campanha de Luiz Inácio Lula da Silva à reeleição”.

Sr. Presidente, para concluir, requeiro que o referido editorial seja considerado como parte integrante deste pronunciamento para que, assim, passe a integrar os Anais do Senado Federal.

**DOCUMENTO A QUE SE REFERE A SRA. SENADORA LÚCIA VÂNIA EM SEU PRONUNCIAMENTO**

*(Inserido nos termos do art. 210, inciso I e § 2º, do Regimento Interno.)*

# Conter os gastos

## Preocupa expansão de despesas federais acima da evolução da receita; governo precisa reduzir gastos urgentemente

**O** SETOR público continua a cumprir as metas de superávit fiscal, mas há sinais preocupantes de que as despesas do governo federal crescem mais rapidamente do que as receitas.

União, Estados, municípios e empresas estatais, considerados em conjunto, apresentaram em julho um superávit entre receitas e despesas, sem considerar os juros da dívida pública, de R\$ 5,6 bilhões — praticamente a metade daquele registrado no mês anterior (R\$ 10,4 bilhões).

Com isso, no período de 12 meses encerrado em julho, o saldo das contas públicas recuou para R\$ 87,5 bilhões, ou 4,33% do PIB. Isso mantém o desempenho do governo acima da meta anual de 4,25% do PIB, porém ainda distante do superávit primário requerido para cobrir as despesas com juros no período.

O desempenho do governo federal, em particular, é preocupante. De janeiro a julho, as suas despesas cresceram 14,8%, enquanto as suas receitas tiveram um aumento de 11,1%.

No acumulado do ano, o superávit do governo federal chegou a R\$ 41,4 bilhões, ou 3,55% do PIB — números bem mais baixos do que os registrados nos sete primeiros meses de 2005.

É verdade que, devido a restrições legais, em anos de eleição presidencial o governo federal procura antecipar despesas, o que conduz a um padrão de distribuição dos gastos ao longo dos

meses distinto daquele característico de anos não-eleitorais — em que tradicionalmente ocorre uma concentração de despesas no final do período.

Assim, se em anos não-eleitorais costuma-se assistir a uma forte deterioração do resultado primário do governo federal nos meses finais do ano, é possível que em 2006 esse movimento não seja verificado em sua intensidade habitual. Significa dizer que a meta de encerrar o ano com um saldo de ~~ao~~ menos 4,25% do PIB não está, a princípio, tão ameaçada quanto os números inicialmente sugerem.

Não obstante, é importante alertar para o fato de que o aumento das despesas federais em ritmo superior ao das receitas não é um processo sustentável no médio prazo.

O peso desse alerta aumenta ao se levar em conta que parte considerável do ajuste das contas públicas brasileiras tem sido realizada mediante a elevação da carga tributária. Dados divulgados ontem pela Receita Federal revelam que em 2005 o peso dos impostos voltou a aumentar de modo significativo, chegando a assustadores 37,4% do PIB.

É mais do que evidente que, para poder de fato aliviar a carga de tributos, o governo precisa reduzir as suas despesas. Não é, no entanto, o que se verifica. Conveniências puramente eleitoreiras estão adiando esse ajuste necessário. Mas ele provavelmente virá já a partir do ano que vem, independentemente de quem vença o pleito. E então ficará explicitado o tamanho do embuste contido nas “bondades” concedidas — e nas promessas de mais “bondades” no futuro — que dão o tom da campanha de Luiz Inácio Lula da Silva à reeleição.

**O SR. PRESIDENTE** (Marco Maciel. PFL – PE)

– Nada mais havendo a tratar, a Presidência vai encerrar os trabalhos, lembrando às Sr<sup>as</sup>s e aos Srs. Senadores que amanhã, sexta-feira, dia 29, haverá sessão não deliberativa ordinária, a realizar-se às nove horas, no plenário do Senado Federal.

**O SR. PRESIDENTE** (Marco Maciel. PFL – PE)

– Está encerrada a sessão.

*(Levanta-se a sessão às 16 horas 47 minutos.)*

(O.S.: 15262/2006)

## PORTARIA DO DIRETOR-GERAL

Nº 213 , DE 2006

**O DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL**, no uso de suas atribuições regimentais que lhe confere o artigo 320, da Resolução nº 09, de 1997, que altera o Regulamento Administrativo do Senado Federal, RESOLVE:

I - Prorrogar até 31/12/2006, os trabalhos da Comissão Especial de que trata a Portaria nº 133, de 2005, do Diretor-Geral, incumbida de implementar a atualização tecnológica e conceitual da página eletrônica da Agência Senado.

II - Dispensar desta Comissão o servidor **Rafael Costa de Faria**, matrícula 55491, e designar para o seu lugar **Maria Lúcia Sigmaringa Seixas**, matrícula, 18476.

III - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a partir da última prorrogação.

Senado Federal, 27 de Setembro de 2006



**AGACIEL DA SILVA MAIA**  
Diretor-Geral

**PORTARIA DO DIRETOR-GERAL**  
**Nº 214 , DE 2006**

O DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL, no uso de suas atribuições regimentais que lhe confere o art. 320, da Resolução nº 09, de 1997, que altera o Regulamento Administrativo do Senado Federal,

**R E S O L V E:**

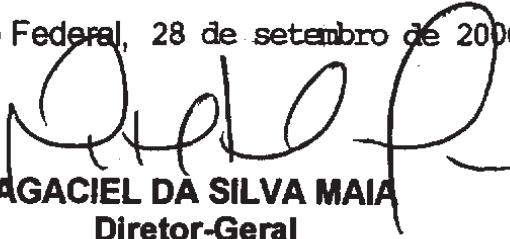
I - Reconduzir os trabalhos da Comissão de que trata o Ato nº 968, de 2004, do Diretor-Geral e alterações, denominando-a Comissão Especial de Importação do Senado Federal.

II – Designar os servidores Agnaldo Scárdua, matrícula 40682, Javert Lacerda Santos Júnior, matrícula 31036, José Carlos Valério, matrícula 54723, Joverlândio Nunes de Souza, matrícula 54619 e Ricardo Guedes Acioli Toscano, matrícula 54784, para integrarem a presente Comissão, na qualidade de membros.

III - Designar como Coordenadores da referida Comissão Especial de Importação os servidores Agnaldo Scárdua e José Gomes de Carvalho Leite.

IV – Esta Portaria entra em vigor a partir da data de sua publicação, com validade até o dia 31 de dezembro de 2006.

Senado Federal, 28 de setembro de 2006.



AGACIEL DA SILVA MAIA  
Diretor-Geral

**PORTARIA DO DIRETOR-GERAL  
Nº 215, DE 2006**

O DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL, no uso de suas atribuições regimentais que lhe confere o art. 320, da Resolução nº 09, de 1997, que altera o Regulamento Administrativo do Senado Federal,

**R E S O L V E:**

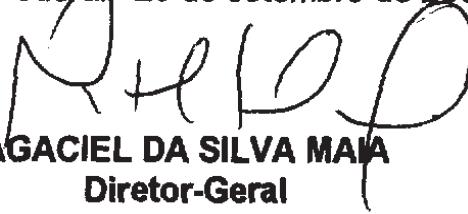
Art. 1º - Instituir Comissão Especial com a incumbência de planejar e supervisionar, no âmbito regulamentar da Coordenação Administração das Residências Oficiais, os preparativos necessários à recepção dos Senadores eleitos para a 53º Legislatura.

Art. 2º - Designar para compor a presente Comissão Especial os servidores Elyas Lyra Brandão, matrícula 13125, como Presidente; Nidoval Pinto da Silva, matrícula 17039 e Luis Ignácio Moreno Fernandez, matrícula 39412, como coordenadores; e, Aloysio Novais Teixeira, matrícula 37270, Paulo Elísio Brito, matrícula 24238, Luiz Carlos Pires Rayol, matrícula 33793, Jorge Luiz André de Mello, matrícula 38705 e Evandro Jorge Cunha Chaves, matrícula 45527, como membros.

Art. 3º - A Comissão Especial terá 90 dias para a conclusão dos trabalhos.

Art. 4º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Senado Federal 28 de setembro de 2006.

  
**AGACIEL DA SILVA MAIA**  
Diretor-Geral

**PORTARIA DO DIRETOR-GERAL**  
**Nº 216 , DE 2006**

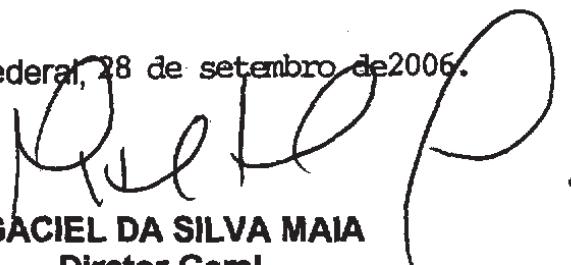
O DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL, no uso de suas atribuições regimentais que lhe confere o art. 320, da Resolução nº 09, de 1997, que altera o Regulamento Administrativo do Senado Federal,

**R E S O L V E:**

I – Designar o servidor Giovani Pereira do Amaral, matrícula 50730, para integrar, como membro, a Comissão Especial de que trata a Portaria nº 129, de 2006, do Diretor-Geral, incumbida de promover levantamento consubstanciado de todas as notificações e infrações de trânsito aplicadas aos veículos oficiais do Senado Federal, retroativos ao exercício de 1996, bem como propor as soluções necessárias e medidas contundentes, de caráter coibitivo, que tenham por objetivo obstar novas ocorrências desta natureza, observada a legislação e normas que regem a matéria.

II – Esta Portaria entra em vigor a partir da data de sua publicação, com os seus efeitos a partir do dia 01 de setembro de 2006.

Senado Federal, 28 de setembro de 2006.

  
AGACIEL DA SILVA MAIA  
Diretor-Geral

**PORTARIA DO DIRETOR-GERAL**  
**Nº 217 , DE 2006**

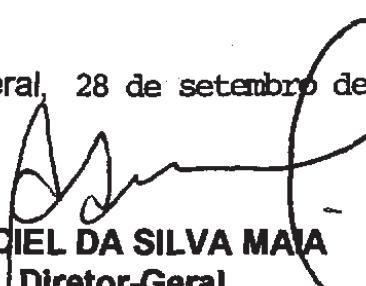
O DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL, no uso de suas atribuições regimentais que lhe confere o art. 320, da Resolução nº 09, de 1997, que altera o Regulamento Administrativo do Senado Federal,

**R E S O L V E:**

I - Prorrogar até o dia 31 de dezembro de 2006, o prazo de vigência dos trabalhos da Comissão Especial de que trata a Portaria nº 151/2006, do Diretor-Geral, incumbida de implementar o sistema de gerenciamento de áudio e vídeo digital no Senado Federal.

II – Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com os seus efeitos a partir do dia 10 de setembro de 2006.

Senado Federal, 28 de setembro de 2006.

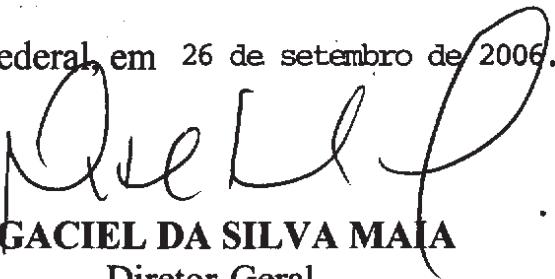
  
**AGACIEL DA SILVA MAIA**  
Diretor-Geral

**ATO DO DIRETOR-GERAL  
N.º 1913, DE 2006**

**O DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL**, no uso da atribuição que lhe foi conferida pelo artigo 10, § 3.º, da Resolução do Senado Federal n.º 7, de 2002,

**R E S O L V E** exonerar, na forma do disposto no artigo 35, inciso I, da Lei n.º 8.112, de 1990, **ENEAS DE ALENCASTRO NETO**, matrícula n.º 172069, do cargo, em comissão, de Assessor Técnico do Gabinete do Senador Teotônio Vilela Filho, a partir de 22 de setembro de 2006.

Senado Federal, em 26 de setembro de 2006.

  
**AGACIEL DA SILVA MAIA**  
Diretor-Geral

**ATO DO DIRETOR-GERAL  
N.º 1914 , DE 2006**

**O DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL**, no uso da atribuição que lhe foi conferida pelo artigo 10, § 3.º, da Resolução do Senado Federal n.º 7, de 2002, e tendo em vista o que consta do Processo n.º 014439/06-9,

**R E S O L V E** exonerar, na forma do disposto no Art. 35, inciso I, da Lei n.º 8.112, de 1990, **DIEGO VELOSO FERREIRA**, matrícula n.º 181575, do cargo, em comissão, de Assistente Parlamentar, AP-6, do Gabinete do Senador Magno Malta.

Senado Federal, em 28 de setembro de 2006.

  
**AGACIEL DA SILVA MAIA**  
Diretor-Geral

**ATO DO DIRETOR-GERAL  
Nº 1915 , DE 2006**

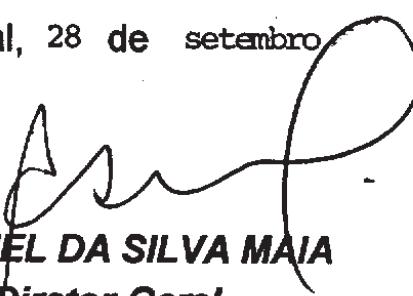
**O DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL, no uso de suas atribuições regulamentares, e de acordo com o Ato nº 9, de 1996, artigos 3º, inciso II, e 4º, da Comissão Diretora,**

**RESOLVE:**

**Art. 1º - São designados os servidores ANTONIO CÉSAR NÓBREGA DE MOURA, matrícula nº 44043, e MANOEL FRANCISCO REGIS, matrícula nº 23283, como gestores titular e substituto, respectivamente, do Processo nº 014404/06-0 e do(s) contrato(s) que este originar.**

**Art. 2º - Este Ato entra em vigor na data de sua publicação.**

Senado Federal, 28 de setembro de 2006.

  
**AGACIEL DA SILVA MAIA**  
*Diretor-Geral*

**ATO DO DIRETOR-GERAL  
Nº 1916 , DE 2006**

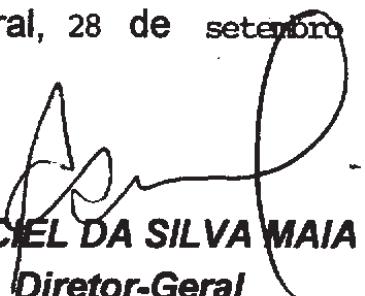
**O DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL, no uso de suas atribuições regulamentares, e de acordo com o Ato nº 9, de 1996, artigos 3º, inciso II, e 4º, da Comissão Diretora,**

**RESOLVE:**

**Art. 1º - São designados os servidores ANTONIO CÉSAR NÓBREGA DE MOURA, matrícula nº 44043, e EDIVALDO OLIVEIRA DE CARVALHO, matrícula nº 42149, como gestores titular e substituto, respectivamente, do Processo nº 014444/06-2 e do(s) contrato(s) que este originar.**

**Art. 2º - Este Ato entra em vigor na data de sua publicação.**

Senado Federal, 28 de setembro de 2006.



**AGACIEL DA SILVA MAIA**  
*Diretor-Geral*

**ATO DO DIRETOR-GERAL  
Nº 1917 , DE 2006**

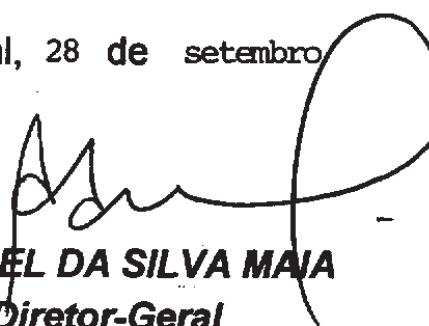
**O DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL, no uso de suas atribuições regulamentares, e de acordo com o Ato nº 9, de 1996, artigos 3º, inciso II, e 4º, da Comissão Diretora,**

**RESOLVE:**

**Art. 1º - São designados os servidores JOÃO HENRIQUE PEDERIVA, matrícula nº 53706, e PAULO ROBERTO ALONSO VIEGAS, matrícula nº 56057, como gestores titular e substituto, respectivamente, do Processo nº 005623/06-5 e do(s) contrato(s) que este originar.**

**Art. 2º - Este Ato entra em vigor na data de sua publicação.**

Senado Federal, 28 de setembro de 2006.

  
**AGACIEL DA SILVA MAIA**  
**Diretor-Geral**

**SENADO FEDERAL  
SECRETARIA DE COMISSÕES  
SUBSECRETARIA DE APOIO ÀS COMISSÕES MISTAS**

**CERTIDÃO**

CERTIFICO que não foi convocada reunião para instalação da Comissão Mista destinada a examinar e emitir parecer sobre a Medida Provisória nº 323, adotada em 14 de setembro de 2006 e publicada no dia 15 do mesmo mês e ano, que “Autoriza a União a efetuar contribuição à Organização Mundial da Saúde - OMS, destinada a apoiar a viabilização da Central Internacional para a Compra de Medicamentos contra a AIDS, malária e tuberculose (CICOM/UNITAID), no valor de até R\$ 13.200.000,00”, em virtude de o Senado Federal estar funcionando nos termos do parágrafo único do art. 2º do Regimento Interno do Senado Federal.

Para constar, foi lavrada a presente Certidão, que vai assinada por mim, Sérgio da Fonseca Braga (matrícula 10173), Diretor da Subsecretaria de Apoio às Comissões Mistas.

Sala das Comissões, 28 de setembro de 2006.

  
**SÉRGIO DA FONSECA BRAGA**  
Diretor

## COMPOSIÇÃO DO SENADO FEDERAL NA 52<sup>a</sup> LEGISLATURA

### Bahia

PFL – Rodolpho Tourinho\*<sup>S</sup>  
PFL – Antonio Carlos Magalhães \*\*  
PFL – César Borges\*\*

### Rio de Janeiro

BLOCO-PT – Roberto Saturnino\*  
PRB – Marcelo Crivella\*\*  
PMDB – Sérgio Cabral\*\*

### Maranhão

PMDB – João Alberto Souza \*  
PFL – Edison Lobão\*\*  
PFL – Roseana Sarney \*\*

### Pará

PMDB – Luiz Otávio\*  
BLOCO-PT – Ana Júlia Carepa\*\*  
PSDB – Flexa Ribeiro\*\*<sup>S</sup>

### Pernambuco

PFL – José Jorge\*  
PFL – Marco Maciel\*\*  
PSDB – Sérgio Guerra\*\*

### São Paulo

BLOCO-PT – Eduardo Suplicy\*  
BLOCO-PT – Aloizio Mercadante\*\*  
PFL – Romeu Tuma\*\*

### Minas Gerais

BLOCO-PL – Aelton Freitas\*<sup>S</sup>  
PSDB – Eduardo Azeredo\*\*  
PMDB – Wellington Salgado de Oliveira\*\*<sup>S</sup>

### Goiás

PMDB – Maguito Vilela\*  
PFL – Demóstenes Torres \*\*  
PSDB – Lúcia Vânia\*\*

### Mato Grosso

PSDB – Antero Paes de Barros \*  
PFL – Jonas Pinheiro \*\*  
BLOCO-PT – Serys Slhessarenko\*\*

### Rio Grande do Sul

PMDB – Pedro Simon\*  
BLOCO-PT – Paulo Paim\*\*  
PTB – Sérgio Zambiase\*\*

### Ceará

PSDB – Luiz Pontes\*  
BLOCO-PSB – Patrícia Saboya Gomes\*\*  
PSDB – Tasso Jereissati\*\*

### Paraíba

PMDB – Ney Suassuna \*  
PFL – Efraim Moraes\*\*  
PRB – Roberto Cavalcanti \*\*<sup>S</sup>

### Espírito Santo

PSDB – João Batista Motta\*<sup>S</sup>  
PSDB – Marcos Guerra\*\*<sup>S</sup>  
BLOCO-PL – Magno Malta\*\*

### Piauí

PMDB – Alberto Silva\*  
PFL – Heráclito Fortes\*\*  
PMDB – Mão Santa \*\*

### Rio Grande do Norte

PTB – Fernando Bezerra\*  
PMDB – Garibaldi Alves Filho\*\*  
PFL – José Agripino\*\*

### Santa Catarina

PFL – Jorge Bornhausen \*  
BLOCO-PT – Ideli Salvatti\*\*  
PSDB – Leonel Pavan \*\*

### Alagoas

P-SOL – Heloísa Helena\*  
PMDB – Renan Calheiros\*\*  
PSDB – Teotonio Vilela Filho\*\*

### Sergipe

PFL – Maria do Carmo Alves \*  
PMDB – Almeida Lima\*\*  
BLOCO-PSB – Antônio Carlos Valadares\*\*

### Mandatos

\*: Período 1999/2007 \*\*: Período 2003/2011

### Amazonas

PMDB – Gilberto Mestrinho\*  
PSDB – Arthur Virgílio\*\*  
PDT – Jefferson Péres\*\*

### Paraná

PSDB – Alvaro Dias \*  
BLOCO-PT – Flávio Arns\*\*  
PDT – Osmar Dias\*\*

### Acre

BLOCO-PT – Tião Viana\*  
PMDB – Geraldo Mesquita Júnior\*\*  
BLOCO-PT – Sibá Machado\*\*<sup>S</sup>

### Mato Grosso do Sul

PSDB – Juvêncio da Fonseca\*  
PT – Delcídio Amaral \*\*  
PMDB – Ramez Tebet\*\*

### Distrito Federal

PTB – Valmir Amaral\*<sup>S</sup>  
PDT – Cristovam Buarque \*\*  
PFL – Paulo Octávio \*\*

### Tocantins

PSDB – Eduardo Siqueira Campos\*  
BLOCO-PL – João Ribeiro \*\*  
PC do B – Leomar Quintanilha\*\*

### Amapá

PMDB – José Sarney \*  
PMDB – Geovani Borges\*\*  
PSDB – Papaléo Paes\*\*

### Rondônia

PMDB – Amir Lando\*  
BLOCO-PT – Fátima Cleide\*\*  
PMDB – Valdir Raupp\*\*

### Roraima

PTB – Mozarildo Cavalcanti\*  
PDT – Augusto Botelho\*\*  
PMDB – Romero Jucá\*\*

<b>SECRETARIA DE COMISSÕES</b>		
Diretora	Cleide Maria Barbosa Ferreira Cruz	Ramais: 3488/89/91 Fax: 1095

<b>SUBSECRETARIA DE APOIO ÀS COMISSÕES ESPECIAIS E PARLAMENTARES DE INQUÉRITO</b>		
Diretor	Wanderley Rabelo da Silva	(Ramal: 3623 – Fax: 3606)
Secretários	Francisco Naurides Barros Hermes Pinto Gomes Irani Ribeiro dos Santos Verônica de Carvalho Maia José Augusto Panisset Santana Izaias Faria de Abreu Angélica Passarinho Mesquita	(Ramal: 3508) (Ramal: 3510) (Ramal: 4854) (Ramal: 3511) (Ramal: 4854) (Ramal: 3514) (Ramal: 3501)

<b>SUBSECRETARIA DE APOIO ÀS COMISSÕES MISTAS</b>		
Diretor	Sérgio da Fonseca Braga	(Ramal: 3507 – Fax: 3512)
Secretários	Maria de Fátima Maia de Oliveira Ivanilde Pereira Dias de Oliveira Maria Consuelo de Castro Souza Rilvana Cristina de Souza Melo	(Ramal: 3520) (Ramal: 3503) (Ramal: 3504) (Ramal: 3509)

<b>SUBSECRETARIA DE APOIO ÀS COMISSÕES PERMANENTES</b>			
Diretor	José Roberto Assumpção Cruz	(Ramal: 3517)	
Secretários	CAE CAS CCJ CE CMA CDH CRE CI CDR CRA	Luiz Gonzaga Silva Filho Gisele Ribeiro de Toledo Camargo Gildete Leite de Melo Júlio Ricardo Borges Linhares José Francisco B. de Carvalho Altair Gonçalves Soares Maria Lúcia Ferreira de Mello Celso Antony Parente Ednaldo Magalhães Siqueira Marcello Varella	(Ramal: 4605) (Ramal: 4608) (Ramal: 3972) (Ramal: 4604) (Ramal: 3935) (Ramal: 1856) (Ramal: 4777) (Ramal: 4354) (Ramal: 3517) (Ramal: 3506)

## COMISSÕES TEMPORÁRIAS

- 1) Comissão Externa, composta de oito Senhores Senadores e Senhoras Senadoras, com a finalidade de acompanhar as investigações sobre o assassinato da missionária norte-americana naturalizada brasileira Dorothy Stang, que vêm sendo desenvolvidas pela Polícia Federal e pela Polícia Militar do Estado do Pará.

(Ato do Presidente nº 8, de 2005)

**Presidente:** Senadora Ana Júlia Carepa – PT/ PA

**Vice-Presidente:** Senador Flexa Ribeiro – PSDB/PA

**Relator:** Demóstenes Torres – PFL/GO

<b>Ana Júlia Carepa – PT/ PA</b>
<b>Eduardo Suplicy – PT/SP</b>
<b>Fátima Cleide – PT/RO</b>
<b>Flexa Ribeiro – PSDB/PA</b>
<b>Luiz Otávio – PMDB/PA</b>
<b>Demóstenes Torres – PFL/GO</b>
<b>Serys Slhessarenko – PT/MT</b>
<b>Sibá Machado – PT/AC</b>

**Prazo Final: 18.3.2005**

**Designação: 16.2.2005**

## COMPOSIÇÃO DAS COMISSÕES PERMANENTES

### 1) COMISSÃO DE ASSUNTOS ECONÔMICOS - CAE (27 titulares e 27 suplentes)

**Presidente: Senador Luiz Otávio – PMDB**  
**Vice-Presidente: Senador Romeu Tuma - PFL**

<b>TITULARES</b>	<b>SUPLENTES</b>
<b>Bloco da Minoria (PFL e PSDB)</b>	
César Borges – PFL	1. José Agripino – PFL
Edison Lobão – PFL	2. Antonio Carlos Magalhães – PFL
Jonas Pinheiro – PFL	3. Heráclito Fortes – PFL
Jorge Bornhausen – PFL	4. Demóstenes Torres – PFL
Rodolpho Tourinho – PFL	5. José Jorge – PFL
Romeu Tuma – PFL	6. Roseana Sarney – PFL
Arthur Virgílio – PSDB	7. João Batista Motta – PSDB
Eduardo Azeredo – PSDB	8. Alvaro Dias – PSDB
Lúcia Vânia – PSDB	9. Leonel Pavan – PSDB
Sérgio Guerra – PSDB	10. Flexa Ribeiro – PSDB
Tasso Jereissati – PSDB	11. Teotonio Vilela Filho – PSDB
<b>PMDB</b>	
Ramez Tebet	1. Ney Suassuna
Luiz Otávio	2. Romero Jucá
Garibaldi Alves Filho	3. Wellington Salgado de Oliveira
Mão Santa	4. Pedro Simon
Sérgio Cabral	5. Maguito Vilela
Gilberto Mestrinho	6. Gerson Camata
Valdir Raupp	7. Almeida Lima
José Maranhão	8. Gilvam Borges
<b>Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, <sup>(1)</sup>, PL)</b>	
Aloizio Mercadante – PT	1. Ideli Salvatti – PT
Ana Júlia Carepa – PT	2. Aelton Freitas – PL
Delcídio Amaral – PT	3. Antônio Carlos Valadares – PSB
Eduardo Suplicy – PT	4. Roberto Saturnino – PT
Fernando Bezerra – PTB	5. Flávio Arns – PT
João Ribeiro - PL	6. Sibá Machado – PT
Patrícia Saboya Gomes – PSB <sup>(2)</sup>	7. Serys Slhessarenko – PT
<b>PDT</b>	
Osmar Dias	1. Jefferson Péres

<sup>(1)</sup> O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo em 8.6.2005.

<sup>(2)</sup> A Senadora Patrícia Saboya Gomes comunicou que passou a integrar a bancada do PSB a partir de 29.9.2005.

Secretário: Luiz Gonzaga Silva Filho  
 Reuniões: Terças – Feiras às 10:00 horas – Plenário nº 19 – Ala Alexandre Costa.  
 Telefones: 3311-4605 e 3311-3516 Fax: 3311-4344  
 E – Mail: [sscomcae@senado.gov.br](mailto:sscomcae@senado.gov.br)

**1.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE ASSUNTOS MUNICIPAIS**  
**(9 titulares e 9 suplentes)**

**Presidente: Senador Garibaldi Alves Filho - PMDB**

**Vice-Presidente: Senador Heráclito Fortes - PFL**

**Relator:**

<b>TITULARES</b>	<b>SUPLENTES</b>
<b>Bloco da Minoria (PFL e PSDB)</b>	
Heráclito Fortes – PFL	1. César Borges – PFL
José Jorge – PFL	2. Jonas Pinheiro – PFL <sup>(4)</sup>
Sérgio Guerra – PSDB	3. Arthur Virgílio – PSDB
Eduardo Azeredo – PSDB	4. Lúcia Vânia – PSDB
<b>PMDB</b>	
Mão Santa	1. Valdir Raupp
Garibaldi Alves Filho	2. (vago) <sup>(3)</sup>
Ney Suassuna <sup>(1)</sup>	3. Serys Slhessarenko <sup>(1)</sup>
<b>Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, <sup>(2)</sup>, PL)</b>	
Ana Júlia Carepa – PT	1. Delcídio Amaral – PT
Sibá Machado – PT	2. Roberto Saturnino – PT
<b>PDT</b>	

<sup>(1)</sup> Vaga decidida em comum acordo entre o PMDB e o Bloco de Apoio ao Governo.

<sup>(2)</sup> O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo em 8.6.2005.

<sup>(3)</sup> O Senador Hélio Costa afastou-se do exercício do mandato em 8.7.2005 para assumir o cargo de Ministro de Estado das Comunicações.

<sup>(4)</sup> O Senador Jonas Pinheiro retornou ao exercício do cargo em 9.12.2005

Secretário: Luiz Gonzaga Silva Filho

Reuniões: Sala nº 19 – Ala Sen. Alexandre Costa.

Telefones: 3311-3255, 3311-4605 e 3311-3516 Fax: 3311-4344

E – Mail: [sscomcae@senado.gov.br](mailto:sscomcae@senado.gov.br)

**1.2) SUBCOMISSÃO TEMPORÁRIA DE MINERAÇÃO**  
**(7 titulares e 7 suplentes)**

**Presidente:** Senadora Ana Júlia Carepa - PT  
**Vice-Presidente:** Senador Rodolpho Tourinho - PFL  
**Relator:**

<b>TITULARES</b>	<b>SUPLENTES</b>
<b>Bloco da Minoria (PFL e PSDB)</b>	
Rodolpho Tourinho - PFL	1. (vago)
Edison Lobão - PFL	2. Almeida Lima – PMDB <sup>(4)</sup>
Sérgio Guerra – PSDB	3. Eduardo Azeredo – PSDB
<b>PMDB</b>	
Luiz Otávio	1. (vago) <sup>(3)</sup>
Sérgio Cabral	2. Gerson Camata
<b>Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, <sup>(2)</sup>, PL)</b>	
Ana Júlia Carepa – PT	1. Delcídio Amaral – PT
Aelton Freitas – PL	2. (vago) <sup>(1)</sup>
<b>PDT</b>	
(vago)	1. (vago)

<sup>(1)</sup> Vago, em virtude de o Senador Cristovam Buarque não mais pertencer à Comissão de Assuntos Econômicos.

<sup>(2)</sup> O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo em 8.6.2005.

<sup>(3)</sup> O Senador Hélio Costa afastou-se do exercício do mandato em 8.7.2005 para assumir o cargo de Ministro de Estado das Comunicações.

<sup>(4)</sup> O Senador Almeida Lima comunicou que passou a integrar a bancada do PMDB a partir de 18.8.2005

Secretário: Luiz Gonzaga Silva Filho  
Reuniões: Quartas – Feiras às 9:30 horas – Plenário nº 19 – Ala Alexandre Costa.  
Telefones: 3311-4605 e 3311-3516 Fax: 3311-4344  
E – Mail: [sscomcae@senado.gov.br](mailto:sscomcae@senado.gov.br)

**1.3) SUBCOMISSÃO TEMPORÁRIA DESTINADA A  
ACOMPANHAR A EVOLUÇÃO DA DÍVIDA PÚBLICA DOS ESTADOS  
(9 titulares e 9 suplentes)**

**Presidente: Senador César Borges - PFL  
Vice-Presidente: Senador Fernando Bezerra - PTB  
Relator: Senador Ney Suassuna - PMDB**

<b>TITULARES</b>	<b>SUPLENTES</b>
<b>Bloco da Minoria (PFL e PSDB)</b>	
César Borges – PFL	1. Jonas Pinheiro – PFL <sup>(3)</sup>
Paulo Octávio – PFL	2. José Jorge – PFL
Sérgio Guerra – PSDB	3. Lúcia Vânia - PSDB
<b>PMDB</b>	
Ney Suassuna	1. Valdir Raupp
Pedro Simon	2. Gerson Camata
<b>Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB,<sup>(1)</sup>, PL)</b>	
Roberto Saturnino – PT	1. Eduardo Suplicy – PT
Fernando Bezerra – PTB	2. Aelton Freitas – PL
Delcídio Amaral – PT	3. Antônio Carlos Valadares – PTB
Mozarildo Cavalcanti – PTB	4. Patrícia Saboya Gomes – PSB <sup>(2)</sup>
<b>PDT</b>	

Obs: em 19.11.2003 a Subcomissão aprovou o Relatório Final, que será submetido à apreciação da Comissão de Assuntos Econômicos, nos termos do art. 73, § 2º, do Regimento Interno do Senado Federal.

<sup>(1)</sup> O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo em 8.6.2005.

<sup>(2)</sup> A Senadora Patrícia Saboya Gomes comunicou que passou a integrar a bancada do PSB a partir de 29.9.2005.

<sup>(3)</sup> O Senador Jonas Pinheiro retornou ao exercício do cargo em 9.12.2005

Secretário: Luiz Gonzaga Silva Filho  
Reuniões: Quartas – Feiras às 18:00 horas – Plenário nº 19 – Ala Alexandre Costa.  
Telefones: 3311-4605 e 3311-3516 Fax: 3311-4344  
E – Mail: [sscomcae@senado.gov.br](mailto:sscomcae@senado.gov.br)

**1.4) SUBCOMISSÃO TEMPORÁRIA - LIQUIDAÇÃO DE INSTITUIÇÕES FINANCEIRAS**  
**(7 titulares e 7 suplentes)**

**Presidente:** Senador Aelton Freitas - PL  
**Vice-Presidente:** Senador Fernando Bezerra - PTB  
**Relator:**

<b>TITULARES</b>	<b>SUPLENTES</b>
<b>Bloco da Minoria (PFL e PSDB)</b>	
Edison Lobão – PFL	1. César Borges – PFL
Romeu Tuma – PFL	2. (vago) <sup>(2)</sup>
Sérgio Guerra – PSDB	3. Alvaro Dias – PSDB
<b>PMDB</b>	
Romero Jucá	1. Ney Suassuna
Valdir Raupp	2. Maguito Vilela
<b>Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, <sup>(1)</sup>, PL)</b>	
Aelton Freitas – PL	1. Ideli Salvatti – PT
Fernando Bezerra – PTB	2. Delcídio Amaral – PT
<b>PDT</b>	
(vago)	1. (vago)

<sup>(1)</sup> O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo em 8.6.2005.

<sup>(2)</sup> O Senador Gilberto Goellner deixa o exercício do cargo em 8.12.2005 em virtude de reassunção do titular.

Secretário: Luiz Gonzaga Silva Filho  
Reuniões: Plenário nº 19 – Ala Alexandre Costa.  
Telefones: 3311-4605 e 3311-3516 Fax: 3311-4344  
E – Mail: [sscomcae@senado.gov.br](mailto:sscomcae@senado.gov.br)

**2) COMISSÃO DE ASSUNTOS SOCIAIS - CAS**  
**(21 titulares e 21 suplentes)**

**Presidente: Senador Antônio Carlos Valadares - PSB**  
**Vice-Presidente: Senadora Patrícia Gomes – PSB<sup>(2)</sup>**

<b>TITULARES</b>	<b>SUPLENTES</b>
<b>Bloco da Minoria (PFL e PSDB)</b>	
Marco Maciel – PFL	1. Heráclito Fortes – PFL
Jonas Pinheiro – PFL	2. José Jorge – PFL
Maria do Carmo Alves – PFL	3. Demóstenes Torres – PFL
Rodolpho Tourinho – PFL	4. Romeu Tuma – PFL
Flexa Ribeiro – PSDB	5. Eduardo Azeredo – PSDB
Leonel Pavan – PSDB	6. Papaléo Paes
Lúcia Vânia – PSDB	7. Teotonio Vilela Filho – PSDB
Reginaldo Duarte – PSDB	8. Sérgio Guerra – PSDB
<b>PMDB</b>	
Ney Suassuna	1. Wellington Salgado de Oliveira
Romero Jucá	2. Ramez Tebet
Valdir Raupp	3. José Maranhão
Mão Santa	4. Pedro Simon
Sérgio Cabral	5. Maguito Vilela
(vago) <sup>(3)</sup>	6. Gerson Camata
<b>Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB,<sup>(1)</sup>, PL)</b>	
Antônio Carlos Valadares – PSB	1. Delcídio Amaral – PT
Flávio Arns – PT	2. Magno Malta – PL
Ideli Salvatti – PT	3. Eduardo Suplicy – PT
Marcelo Crivella – PMR <sup>(4)</sup>	4. Fátima Cleide – PT
Paulo Paim – PT	5. Mozarildo Cavalcanti – PTB
Patrícia Saboya Gomes – PSB <sup>(2)</sup>	6. (vago) <sup>(5)</sup>
<b>PDT</b>	
Augusto Botelho	1. Cristovam Buarque

<sup>(1)</sup> O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo em 8.6.2005.

<sup>(2)</sup> A Senadora Patrícia Saboya Gomes comunicou que passou a integrar a bancada do PSB a partir de 29.9.2005.

<sup>(3)</sup> O Senador Papaléo Paes deixou de integrar a comissão a partir de 26.10.2005, de acordo com o Ofício GLPMDB nº 405/2005.

<sup>(4)</sup> O Senador Marcelo Crivella comunicou que se desligou do PL em 27.9.2005 e filiou-se ao PMR em 28.9.2005.

<sup>(5)</sup> O Senador João Capiberibe deixou de integrar o Senado Federal em 26.10.2005, nos termos do Ofício nº 1.236, de 21.10.2005, do Supremo Tribunal Federal, e retornou em 28.10.2005, nos termos do Ofício nº 5.025, de mesma data, do Supremo Tribunal Federal. O Senador deixou de integrar definitivamente o Senado Federal em 13.12.2005

Secretária: Gisele Ribeiro de Toledo Camargo  
 Reuniões: Quintas – Feiras às 11:30 horas – Plenário nº 09 – Ala Alexandre Costa.  
 Telefone: 3311-3515 Fax: 3311-3652  
 E – Mail: [sscomcas@senado.gov.br](mailto:sscomcas@senado.gov.br)

**2.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DO TRABALHO E PREVIDÊNCIA****(5 titulares e 5 suplentes)****Presidente: Senador Paulo Paim - PT****Vice-Presidente: Senador Marcelo Crivella – PMR<sup>(2)</sup>****Relator:**

<b>TITULARES</b>	<b>SUPLENTES</b>
<b>Bloco da Minoria (PFL e PSDB)</b>	
Lúcia Vânia – PSDB	1. Leonel Pavan - PSDB
<b>PMDB</b>	
Mão Santa	1. (vago)
<b>Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB,<sup>(1)</sup>, PL)</b>	
Marcelo Crivella – PMR <sup>(2)</sup>	1. (vago) <sup>(3)</sup>
Paulo Paim - PT	2. Flávio Arns – PT
<b>PDT</b>	
Augusto Botelho	1. (vago)

<sup>(1)</sup> O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo em 8.6.2005.<sup>(2)</sup> O Senador Marcelo Crivella comunicou que se desligou do PL em 27.9.2005 e filiou-se ao PMR em 28.9.2005.<sup>(3)</sup> O Senador João Capiberibe deixou de integrar o Senado Federal em 26.10.2005, nos termos do Ofício nº 1.236, de 21.10.2005, do Supremo Tribunal Federal, e retornou em 28.10.2005, nos termos do Ofício nº 5.025, de mesma data, do Supremo Tribunal Federal. O Senador deixou de integrar definitivamente o Senado Federal em 13.12.2005

Secretaria: Gisele Ribeiro de Toledo Camargo

Sala nº 11/A – Ala Alexandre Costa.

Telefone: 3311-3515 Fax: 3311-3652

E – Mail: [sscomcas@senado.gov.br](mailto:sscomcas@senado.gov.br)

**2.2) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE PROMOÇÃO, ACOMPANHAMENTO E DEFESA DA SAÚDE  
(5 titulares e 5 suplentes)**

**Presidente:** Senador Papaléo Paes - PSDB  
**Vice-Presidente:** Senador Augusto Botelho - PDT  
**Relator:**

<b>TITULARES</b>	<b>SUPLENTES</b>
<b>Bloco da Minoria (PFL e PSDB)</b>	
Eduardo Azeredo – PSDB	1. Flexa Ribeiro - PSDB
	2. Romeu Tuma - PFL
<b>PMDB</b>	
Papaléo Paes <sup>(3)</sup>	1. (vago) <sup>(2)</sup>
Mão Santa	
<b>Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, <sup>(1)</sup>, PL)</b>	
Flávio Arns – PT	1. Paulo Paim - PT
<b>PDT</b>	
Augusto Botelho	

<sup>(1)</sup> O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo em 8.6.2005.

<sup>(2)</sup> O Senador Wirlande da Luz deixa o exercício do cargo em 21.07.2005 em virtude de reassunção do titular.

<sup>(3)</sup> O Senador Papaléo Paes comunicou que passou a integrar a bancada do PSDB a partir de 1.9.2005

Secretária: Gisele Ribeiro de Toledo Camargo  
Sala nº 11/A – Ala Alexandre Costa.  
Telefone: 3311-3515 Fax: 3311-3652  
E – Mail: [sscomcas@senado.gov.br](mailto:sscomcas@senado.gov.br)

**2.3) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE ASSUNTOS SOCIAIS DAS PESSOAS COM DEFICIÊNCIA  
(5 titulares e 5 suplentes)**

**Presidente: Senador Eduardo Azeredo - PSDB**  
**Vice-Presidente: Senador Flávio Arns - PT**  
**Relator:**

<b>TITULARES</b>	<b>SUPLENTES</b>
<b>Bloco da Minoria (PFL e PSDB)</b>	
Eduardo Azeredo – PSDB	1. Lúcia Vânia – PSDB
(vago) <sup>(4)</sup>	2. Demóstenes Torres – PFL
<b>PMDB</b>	
Papaléo Paes <sup>(3)</sup>	1. Mão Santa
<b>Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB,<sup>(1)</sup>, PL)</b>	
Flávio Arns – PT	1. Paulo Paim – PT
Patrícia Saboya Gomes – PSB <sup>(2)</sup>	
<b>PDT</b>	
	1. Augusto Botelho

<sup>(1)</sup> O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo em 8.6.2005.

<sup>(2)</sup> A Senadora Patrícia Saboya Gomes comunicou que passou a integrar a bancada do PSB a partir de 29.9.2005.

<sup>(3)</sup> O Senador Papaléo Paes comunicou que passou a integrar a bancada do PSDB a partir de 1.9.2005

<sup>(4)</sup> O Senador Gilberto Goellner deixa o exercício do cargo em 8.12.2005 em virtude de reassunção do titular.

Secretaria: Gisele Ribeiro de Toledo Camargo  
Sala nº 11/A – Ala Alexandre Costa.  
Telefone: 3311-3515 Fax: 3311-3652  
E – Mail: [sscomcas@senado.gov.br](mailto:sscomcas@senado.gov.br)

**3) COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E CIDADANIA - CCJ**  
**(23 titulares e 23 suplentes)**

**Presidente: Senador Antonio Carlos Magalhães - PFL**  
**Vice-Presidente: (vago)<sup>(2)</sup>**

<b>TITULARES</b>	<b>SUPLENTES</b>
<b>Bloco da Minoria (PFL e PSDB)</b>	
Antonio Carlos Magalhães – PFL	1. Romeu Tuma – PFL
César Borges – PFL	2. Maria do Carmo Alves – PFL
Demóstenes Torres – PFL	3. José Agripino – PFL
Edison Lobão – PFL	4. Jorge Bornhausen – PFL
José Jorge – PFL	5. Rodolpho Tourinho – PFL
João Batista Motta - PSDB	6. Tasso Jereissati – PSDB
Alvaro Dias – PSDB	7. Eduardo Azeredo – PSDB
Arthur Virgílio – PSDB	8. Leonel Pavan – PSDB
Juvêncio da Fonseca – PSDB <sup>(4)</sup>	9. Geraldo Mesquita Júnior – Sem partido <sup>(6)</sup> (cedida pelo PSDB)
<b>PMDB</b>	
Ramez Tebet	1. Luiz Otávio
Ney Suassuna	2. Gilvam Borges
José Maranhão	3. Sérgio Cabral
Romero Jucá	4. Almeida Lima
Amir Lando	5. Leomar Quintanilha – PC do B <sup>(5)</sup> (cedida pelo PMDB)
Pedro Simon	6. Garibaldis Alves Filho
<b>Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB,<sup>(1)</sup>, PL)</b>	
Aloizio Mercadante – PT	1. Delcídio Amaral – PT
Eduardo Suplicy – PT	2. Paulo Paim – PT
Fernando Bezerra – PTB	3. Sérgio Zambiasi – PTB
Magno Malta – PL	4. Patrícia Saboya Gomes - PSB
Ideli Salvatti – PT	5. Sibá Machado – PT
Antônio Carlos Valadares – PSB	6. Mozarildo Cavalcanti – PTB
Serys Slhessarenko – PT	7. Marcelo Crivella – PMR <sup>(3)</sup>
<b>PDT</b>	
Jefferson Péres	1. Osmar Dias

<sup>(1)</sup> O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo em 8.6.2005.

<sup>(2)</sup> O Senador Maguito Vilela encontrava-se licenciado do cargo durante o período de 17.8.2005 a 13.1.2006, tendo sido substituído pelo Senador Romero Jucá. O Senador retornou ao exercício do cargo em 16.12.2005.

<sup>(3)</sup> O Senador Marcelo Crivella comunicou que se desligou do PL em 27.9.2005 e filiou-se ao PMR em 28.9.2005.

<sup>(4)</sup> O Senador Juvêncio da Fonseca comunicou que passou a integrar a bancada do PSDB a partir de 30.9.2005.

<sup>(5)</sup> O Senador Leomar Quintanilha comunicou, em 3.10.2005, seu desligamento do PMDB e filiação ao PC do B.

<sup>(6)</sup> O Senador Geraldo Mesquita Júnior comunicou, da Tribuna, em 26.10.2005, que deixou de integrar o P-SOL.

Secretária: Gildete Leite de Melo  
 Reuniões: Quartas – Feiras às 10:00 horas. – Plenário nº 3 – Ala Alexandre Costa  
 Telefone: 3311-3972 Fax: 3311-4315  
 E – Mail: [sscomccj@senado.gov.br](mailto:sscomccj@senado.gov.br)

**3.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DESTINADA A ASSESSORAR A PRESIDÊNCIA DO SENADO EM CASOS QUE ENVOLVAM A IMAGEM E AS PRERROGATIVAS DOS PARLAMENTARES E DA PRÓPRIA INSTITUIÇÃO PARLAMENTAR  
(5 membros)**

**3.2) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE SEGURANÇA PÚBLICA  
(7 titulares e 7 suplentes)**

**Presidente:**

**Vice-Presidente:**

**Relator: Geral:**

<b>TITULARES</b>	<b>SUPLENTES</b>
<b>Bloco da Minoria (PFL e PSDB)</b>	
Demóstenes Torres – PFL	1. (vago)
César Borges – PFL	2. (vago)
Tasso Jereissati – PSDB	3. Leonel Pavan – PSDB
<b>PMDB</b>	
Pedro Simon	1. (vago)
Garibaldi Alves Filho	2. (vago)
<b>Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, <sup>(1)</sup>, PL)</b>	
Serys Slhessarenko – PT (vago)	1. Sibá Machado – PT 2. Fernando Bezerra – PTB
<b>PDT</b>	
(vago)	1. (vago)

<sup>(1)</sup> O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo em 8.6.2005.

Secretária: Gildete Leite de Melo  
Plenário nº 3 – Ala Alexandre Costa  
Telefone: 3311-3972 Fax: 3311-4315  
E – Mail: [sscomccj@senado.gov.br](mailto:sscomccj@senado.gov.br)

**4) COMISSÃO DE EDUCAÇÃO - CE**  
**(27 titulares e 27 suplentes)**

**Presidente: Senador Gerson Camata - PMDB**  
**Vice-Presidente: Senador Augusto Botelho – PDT**

<b>TITULARES</b>	<b>SUPLENTES</b>
<b>Bloco da Minoria (PFL e PSDB)</b>	
Demóstenes Torres – PFL	1. Roseana Sarney – PFL
Jorge Bornhausen – PFL	2. Jonas Pinheiro – PFL
José Jorge – PFL	3. César Borges – PFL
Maria do Carmo Alves – PFL	4. Cristovam Buarque – PDT <sup>(8)</sup> (cedida pelo Bloco da Minoria)
Edison Lobão – PFL	5. Marco Maciel – PFL
Marcelo Crivella – PMR <sup>(5)</sup> (cedida pelo PFL) <sup>(1)</sup>	6. Romeu Tuma – PFL
Teotonio Vilela Filho – PSDB	7. Eduardo Azeredo – PSDB
Geraldo Mesquita Júnior – Sem partido <sup>(7)</sup> (cedida pelo PSDB)	8. Sérgio Guerra – PSDB
Leonel Pavan – PSDB	9. Lúcia Vânia – PSDB
Reginaldo Duarte – PSDB	10. Juvêncio da Fonseca – PSDB
<b>PMDB</b>	
Wellington Salgado de Oliveira	1. Amir Lando
Ney Suassuna	2. Garibaldi Alves Filho
Valdir Raupp	3. Gilvam Borges
Gerson Camata	4. (vago) <sup>(4)</sup>
Sérgio Cabral	5. Mão Santa
José Maranhão	6. Luiz Otávio
Maguito Vilela	7. Romero Jucá
Gilberto Mestrinho	8. (vago)
<b>Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB,<sup>(2)</sup>, PL)</b>	
Aelton Freitas – PL	1. (vago) <sup>(6)</sup>
Paulo Paim – PT	2. Aloizio Mercadante – PT
Fátima Cleide – PT	3. Fernando Bezerra – PTB
Flávio Arns – PT	4. Delcídio Amaral – PT
Ideli Salvatti – PT	5. Antônio Carlos Valadares – PSB
Roberto Saturnino – PT	6. Magno Malta – PL
Mozarildo Cavalcanti – PTB	7. Patrícia Saboya Gomes – PSB <sup>(3)</sup>
Sérgio Zambiasi – PTB	8. João Ribeiro – PL
<b>PDT</b>	
Augusto Botelho	1. (vago)

<sup>(1)</sup> Vaga cedida ao PDT, que por sua vez cedeu ao PL, nos termos do Ofício nº 027/05-GLPFL, de 03.03.2005.

<sup>(2)</sup> O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo em 8.6.2005.

<sup>(3)</sup> A Senadora Patrícia Saboya Gomes comunicou que passou a integrar a bancada do PSB a partir de 29.9.2005.

<sup>(4)</sup> O Senador Papaléo Paes deixou de integrar a comissão a partir de 26.10.2005, de acordo com o Ofício GLPMDB nº 405/2005.

<sup>(5)</sup> O Senador Marcelo Crivella comunicou que se desligou do PL em 27.9.2005 e filiou-se ao PMR em 28.9.2005.

<sup>(6)</sup> O Senador Paulo Paim passou a integrar a Comissão, como membro titular, em substituição ao Senador Cristovam Buarque, nos termos do Ofício nº 273/2005-GLDPT, de 19.10.2005.

<sup>(7)</sup> O Senador Geraldo Mesquita Júnior comunicou, da Tribuna, em 26.10.2005, que deixou de integrar o P-SOL.

<sup>(8)</sup> O Senador Cristovam Buarque ocupa vaga cedida pelo Bloco Parlamentar da Minoria à Bancada do PDT, nos termos do Ofício nº 100/05-GLPDT, de 9.10.2005.

Secretário: Júlio Ricardo Borges Linhares

Reuniões: Terças – Feiras às 11:00 horas – Plenário nº 15 – Ala Alexandre Costa.

Telefone: 3311-3498 Fax: 3311-3121

E – Mail: [julioric@senado.gov.br](mailto:julioric@senado.gov.br).

**4.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE CINEMA, TEATRO E COMUNICAÇÃO SOCIAL**  
**(12 titulares e 12 suplentes)**

**Presidente: Senador Sérgio Cabral – PMDB**  
**Vice-Presidente: Demóstenes Torres – PFL**

<b>TITULARES</b>	<b>SUPLENTES</b>
<b>Bloco da Minoria (PFL e PSDB)</b>	
Demóstenes Torres – PFL	1. Maria do Carmo Alves - PFL
Marcelo Crivella – PMR <sup>(1)</sup> <sup>(5)</sup>	2. Romeu Tuma – PFL
Geraldo Mesquita Júnior – Sem partido <sup>(2)</sup> <sup>(6)</sup>	3. Edison Lobão – PFL
Leonel Pavan - PSDB	4. Reginaldo Duarte - PSDB
<b>PMDB</b>	
Sérgio Cabral	1. (vago) <sup>(4)</sup>
Valdir Raupp	2. Luiz Otávio
Wellington Salgado de Oliveira	3. (vago)
(vago) <sup>(7)</sup>	4. (vago)
<b>Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, <sup>(3)</sup>, PL)</b>	
Roberto Saturnino – PT	1. Paulo Paim – PT
(vago)	2. Flávio Arns – PT
Aelton Freitas – PL	3. (vago)
Sérgio Zambiasi – PTB	4. (vago)

<sup>(1)</sup> Vaga cedida pelo PFL

<sup>(2)</sup> Vaga cedida pelo PSDB

<sup>(3)</sup> O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo em 8.6.2005.

<sup>(4)</sup> O Senador Papaléo Paes deixou de integrar a comissão a partir de 26.10.2005, de acordo com o Ofício GLPMDB nº 405/2005.

<sup>(5)</sup> O Senador Marcelo Crivella comunicou que se desligou do PL em 27.9.2005 e filiou-se ao PMR em 28.9.2005.

<sup>(6)</sup> O Senador Geraldo Mesquita Júnior comunicou, da Tribuna, em 26.10.2005, que deixou de integrar o P-SOL.

<sup>(7)</sup> A Senadora Íris de Araújo deixa o exercício do cargo em 15.12.2005 em virtude de reassunção do titular.

Secretário: Júlio Ricardo Borges Linhares  
 Plenário nº 15 – Ala Alexandre Costa.  
 Telefone: 3311-3276 Fax: 3311-3121  
 E – Mail: [julioric@senado.gov.br](mailto:julioric@senado.gov.br).

**4.2) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE CIÊNCIA E TECNOLOGIA**  
**(9 titulares e 9 suplentes)**

**Presidente:** Senador Flávio Arns - PT  
**Vice-Presidente:** Senadora Lúcia Vânia - PSDB

TITULARES	SUPLENTES
<b>Bloco da Minoria (PFL e PSDB)</b>	
Marco Maciel – PFL (vago) <sup>(3)</sup>	1. Reginaldo Duarte – PSDB
Lúcia Vânia – PSDB	2. Augusto Botelho – PDT (cedida pelo PFL)
	3. Eduardo Azeredo – PSDB
<b>PMDB</b>	
Gerson Camata	1. Gilberto Mestrinho
Wellington Salgado de Oliveira	2. (vago) <sup>(2)</sup>
Valdir Raupp	3. (vago)
<b>Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB,<sup>(1)</sup>, PL)</b>	
Roberto Saturnino – PT	1. Mozarildo Cavalcanti – PTB
Flávio Arns – PT	2. Antônio Carlos Valadares – PSB
Delcídio Amaral – PT	3. Aelton Freitas – PL

<sup>(1)</sup> O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo em 8.6.2005.

<sup>(2)</sup> O Senador Wirlande da Luz deixa o exercício do cargo em 21.07.2005 em virtude de reassunção do titular.

<sup>(3)</sup> O Senador Gilberto Goellner deixa o exercício do cargo em 8.12.2005 em virtude de reassunção do titular.

Secretário: Júlio Ricardo Borges Linhares  
Sala nº 15 – Ala Alexandre Costa.  
Telefone: 3311-3276 Fax: 3311-3121  
E – Mail: [julioric@senado.gov.br](mailto:julioric@senado.gov.br).

**4.3) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DO LIVRO**  
**(7 titulares e 7 suplentes)**

**4.4) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DO ESPORTE**  
**(7 titulares e 7 suplentes)**

**5) COMISSÃO DE MEIO AMBIENTE, DEFESA DO CONSUMIDOR E FISCALIZAÇÃO E  
CONTROLE - CMA**  
**(17 titulares e 17 suplentes)**

**Presidente: Senador Leomar Quintanilha – PC do B<sup>(4)</sup>**

**Vice-Presidente: Senador Jonas Pinheiro<sup>(2)</sup>**

<b>TITULARES</b>	<b>SUPLENTES</b>
<b>Bloco da Minoria (PFL e PSDB)</b>	
Heráclito Fortes – PFL	1. Jorge Bornhausen – PFL
César Borges – PFL	2. José Jorge – PFL
Jonas Pinheiro – PFL <sup>(2)</sup>	3. Roseana Sarney – PFL
Teotonio Vilela Filho - PSDB	4. Almeida Lima – PMDB <sup>(3)</sup>
Arthur Virgílio – PSDB	5. Leonel Pavan – PSDB
Flexa Ribeiro – PSDB	6. Alvaro Dias – PSDB
<b>PMDB</b>	
Gilvam Borges	1. Ney Suassuna
Luiz Otávio	2. Romero Jucá
Gerson Camata	3. Sérgio Cabral
Valdir Raupp	4. Amir Lando
Leomar Quintanilha – PC do B <sup>(4)</sup>	5. Mão Santa
<b>Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB,<sup>(1)</sup>, PL)</b>	
Aelton Freitas – PL	1. Mozarildo Cavalcanti – PTB
Ana Júlia Carepa – PT	2. Fátima Cleide – PT
Sibá Machado – PT	3. Antônio Carlos Valadares – PSB
João Ribeiro - PL	4. Ideli Salvatti – PT
Serys Slhessarenko – PT	5. Flávio Arns – PT
<b>PDT</b>	
Augusto Botelho	1. Osmar Dias

<sup>(1)</sup> O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo em 8.6.2005.

<sup>(2)</sup> O Senador Jonas Pinheiro retornou ao exercício do cargo em 9.12.2005.

<sup>(3)</sup> O Senador Almeida Lima comunicou que passou a integrar a bancada do PMDB a partir de 18.8.2005

<sup>(4)</sup> O Senador Leomar Quintanilha comunicou, em 3.10.2005, seu desligamento do PMDB e filiação ao PC do B.

Secretário: José Francisco B. de Carvalho

Reuniões: Terças – Feiras às 11:30 horas – Plenário nº 6 – Ala Nilo Coelho.

Telefone: 3311-3935 Fax: 3311-1060

E – Mail: [jcarvalho@senado.gov.br](mailto:jcarvalho@senado.gov.br).

**5.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DESTINADA A FISCALIZAR AS AGÊNCIAS REGULADORAS  
(5 titulares e 5 suplentes)**

**Presidente: Senadora Ana Júlia Carepa - PT**  
**Vice-Presidente: Senador Valmir Amaral – PTB<sup>(1)</sup>**

TITULARES	SUPLENTES
<b>Bloco da Minoria (PFL e PSDB)</b>	
(vago)	1. (vago)
Leonel Pavan – PSDB	2. (vago)
<b>PMDB</b>	
Valmir Amaral - PTB <sup>(1)</sup>	1. Romero Jucá
<b>Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB,<sup>(2)</sup>, PL)</b>	
Ana Júlia Carepa – PT	1. Aelton Freitas – PL
Delcídio Amaral – PT	2. (vago)
<b>PDT</b>	

<sup>(1)</sup> O Senador Valmir Amaral comunicou que desfilhou-se do PMDB, filiando-se ao PP, em 18.5.2005 e desfilhou-se do PP, filiando-se ao PTB, em 30.09.2005.

<sup>(2)</sup> O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo em 8.6.2005.

Secretário: José Francisco B. de Carvalho  
Reuniões: Quartas – Feiras às 11:00 horas – Plenário nº 6 – Ala Nilo Coelho.  
Telefone: 3311-3935 Fax: 3311-1060  
E – Mail: [jcarvalho@senado.gov.br](mailto:jcarvalho@senado.gov.br).

**5.2) SUBCOMISSÃO TEMPORÁRIA DESTINADA A ACOMPANHAR O PROSEGUIMENTO DAS INVESTIGAÇÕES REALIZADAS PELA POLÍCIA FEDERAL NO QUE DIZ RESPEITO À DENOMINADA “OPERAÇÃO POROROCA”**  
**(5 titulares e 5 suplentes)**

**Presidente:** Senadora Ana Júlia Carepa - PT

**Vice-Presidente:** Senador César Borges - PFL

**Relator:** Senador João Alberto Souza - PMDB

<b>TITULARES</b>	<b>SUPLENTES</b>
<b>Bloco da Minoria (PFL e PSDB)</b>	
(vago)	1. (vago)
Leonel Pavan – PSDB	2. João Ribeiro - PL <sup>(1)</sup>
<b>PMDB</b>	
(vago)	1. Luiz Otávio
<b>Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, <sup>(2)</sup>, PL)</b>	
Ana Júlia Carepa – PT	1. Ideli Salvatti – PT
Aelton Freitas – PL	2. (vago)
<b>PDT</b>	
(vago)	1. (vago)

<sup>(1)</sup> O Senador João Ribeiro desfilou-se do PFL e filiou-se ao PL, conforme comunicação de 29.03.2005

<sup>(2)</sup> O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo em 8.6.2005.

Secretário: José Francisco B. de Carvalho  
 Plenário nº 6 – Ala Nilo Coelho.  
 Telefone: 3311-3935 Fax: 3311-1060  
 E – Mail: [jcarvalho@senado.gov.br](mailto:jcarvalho@senado.gov.br).

**6) COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS E LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA - CDH  
(19 titulares e 19 suplentes)**

**Presidente: Senador Cristovam Buarque - PDT  
Vice-Presidente: Senador Paulo Paim - PT**

<b>TITULARES</b>	<b>SUPLENTES</b>
<b>Bloco da Minoria (PFL e PSDB)</b>	
Edison Lobão – PFL (vago) <sup>(6)</sup>	1. Antonio Carlos Magalhães – PFL
Jorge Bornhausen – PFL	2. Demóstenes Torres – PFL
José Agripino – PFL	3. Heráclito Fortes – PFL
Romeu Tuma – PFL	4. (vago)
Juvêncio da Fonseca – PSDB	5. Maria do Carmo Alves – PFL
Lúcia Vânia – PSDB	6. Arthur Virgílio – PSDB
Reginaldo Duarte – PSDB	7. Alvaro Dias – PSDB
	8. Flexa Ribeiro – PSDB
<b>PMDB</b>	
Leomar Quintanilha – PC do B <sup>(5)</sup>	1. Luiz Otávio
Maguito Vilela	2. (vago) <sup>(7)</sup>
José Maranhão	3. Mão Santa
Sérgio Cabral	4. (vago) <sup>(2)</sup>
Garibaldi Alves Filho	5. Valdir Raupp
<b>Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB,<sup>(1)</sup>, PL)</b>	
Flávio Arns – PT	1. Magno Malta - PL
Fátima Cleide – PT	2. Sibá Machado – PT
Ana Júlia Carepa - PT	3. Antônio Carlos Valadares – PSB
Marcelo Crivella – PMR <sup>(4)</sup>	4. Mozarildo Cavalcanti – PTB
Paulo Paim – PT	5. Aelton Freitas – PL
<b>PDT</b>	
Cristovam Buarque	1. Osmar Dias

<sup>(1)</sup> O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo em 8.6.2005.

<sup>(2)</sup> O Senador Wirlande da Luz deixa o exercício do cargo em 21.07.2005 em virtude de reassunção do titular.

<sup>(4)</sup> O Senador Marcelo Crivella comunicou que se desligou do PL em 27.9.2005 e filiou-se ao PMR em 28.9.2005.

<sup>(5)</sup> O Senador Leomar Quintanilha comunicou, em 3.10.2005, seu desligamento do PMDB e filiação ao PC do B.

<sup>(6)</sup> O Senador Gilberto Goellner deixa o exercício do cargo em 8.12.2005 em virtude de reassunção do titular.

<sup>(7)</sup> O Senador Maguito Vilela passou a ocupar vaga de titular em 18/01/2006, nos termos do Of. GLPMDB nº 12/2005, da Liderança do PMDB.

Secretário: Altair Gonçalves Soares  
Reuniões: Terças – Feiras às 12:00 horas – Plenário nº 2 – Ala Nilo Coelho.  
Telefone: 3311-4251/2005 Fax: 3311-4646  
E – Mail: altairgs@senado.gov.br

**6.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DA IGUALDADE RACIAL E INCLUSÃO - IRI**  
**(7 titulares e 7 suplentes)**

**Presidente: Senador Paulo Paim - PT**  
**Vice-Presidente: Senador Mão Santa - PMDB**

TITULARES	SUPLENTES
<b>Bloco da Minoria (PFL e PSDB)</b>	
Romeu Tuma – PFL	1. Heráclito Fortes – PFL
Reginaldo Duarte – PSDB	2. Alvaro Dias – PSDB
(vago)	3. (vago)
<b>PMDB</b>	
Leomar Quintanilha – PC do B <sup>(4)</sup>	1. Luiz Otávio
Mão Santa	2. José Maranhão
<b>Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, <sup>(1)</sup>, PL)</b>	
Paulo Paim – PT	1. Cristovam Buarque – PDT <sup>(2)</sup>
Mozarildo Cavalcanti – PTB	2. Marcelo Crivella – PMR <sup>(3)</sup>

<sup>(1)</sup> O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo em 8.6.2005.

<sup>(2)</sup> O Senador Cristovam Buarque comunicou que se desligou do PT em 7.9.2005 e filiou-se ao PDT em 23.9.2005.

<sup>(3)</sup> O Senador Marcelo Crivella comunicou que se desligou do PL em 27.9.2005 e filiou-se ao PMR em 28.9.2005.

<sup>(4)</sup> O Senador Leomar Quintanilha comunicou, em 3.10.2005, seu desligamento do PMDB e filiação ao PC do B.

Secretário: Altair Gonçalves Soares  
 Plenário nº 2 – Ala Nilo Coelho.  
 Telefone: 3311-4251/2005 Fax: 3311-4646  
 E – Mail: altairgs@senado.gov.br

**6.2) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DO IDOSO - IDO**  
**(7 titulares e 7 suplentes)**

**Presidente: Senador Sérgio Cabral – PMDB**  
**Vice-Presidente: Senador Leomar Quintanilha – PC do B**

<b>TITULARES</b>	<b>SUPLENTES</b>
<b>Bloco da Minoria (PFL e PSDB)</b>	
Romeu Tuma – PFL	1. Maria do Carmo Alves – PFL
Lúcia Vânia – PSDB	2. Sérgio Guerra – PSDB
(vago)	3. (vago)
<b>PMDB</b>	
Leomar Quintanilha – PC do B <sup>(3)</sup>	1. (vago) <sup>(2)</sup>
Sérgio Cabral	2. Valdir Raupp
<b>Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, <sup>(1)</sup>, PL)</b>	
Aelton Freitas – PL	1. (vago)
Flávio Arns – PT	2. Paulo Paim – PT

<sup>(1)</sup> O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo em 8.6.2005.

<sup>(2)</sup> O Senador Wirlande da Luz deixa o exercício do cargo em 21.07.2005 em virtude de reassunção do titular.

<sup>(3)</sup> O Senador Leomar Quintanilha comunicou, em 3.10.2005, seu desligamento do PMDB e filiação ao PC do B.

Secretário: Altair Gonçalves Soares  
 Plenário nº 2 – Ala Nilo Coelho.  
 Telefone: 3311-4251/2005 Fax: 3311-4646  
 E – Mail: [altairgs@senado.gov.br](mailto:altairgs@senado.gov.br)

**7) COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL - CRE**  
**(19 titulares e 19 suplentes)**

**Presidente: Senador Roberto Saturnino - PT**  
**Vice-Presidente: Senador Eduardo Azeredo - PSDB**

<b>TITULARES</b>	<b>SUPLENTES</b>
<b>Bloco da Minoria (PFL e PSDB)</b>	
Heráclito Fortes – PFL	1. César Borges – PFL
José Jorge – PFL	2. Edison Lobão – PFL
José Agripino – PFL	3. Maria do Carmo Alves – PFL
Marco Maciel – PFL	4. Rodolpho Tourinho – PFL
Romeu Tuma – PFL	5. Roseana Sarney – PFL
Alvaro Dias – PSDB	6. Tasso Jereissati – PSDB
Arthur Virgílio – PSDB	7. Lúcia Vânia – PSDB
Eduardo Azeredo – PSDB	8. Flexa Ribeiro – PSDB
<b>PMDB</b>	
Ney Suassuna	1. Ramez Tebet
Pedro Simon	2. Valdir Raupp
Mão Santa	3. Romero Jucá
Wellington Salgado de Oliveira	4. (vago) <sup>(4)</sup>
Gerson Camata	5. (vago) <sup>(1)</sup>
<b>Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB,<sup>(3)</sup>, PL)</b>	
Serys Slhessarenko – PT	1. Marcelo Crivella – PMR <sup>(5)</sup>
Eduardo Suplicy – PT	2. (vago) <sup>(6)</sup>
Mozarildo Cavalcanti – PTB	3. Aelton Freitas – PL
Roberto Saturnino – PT	4. Ana Julia Carepa – PT
Sérgio Zambiasi – PTB	5. Fernando Bezerra – PTB
<b>PDT</b>	
Jefferson Péres	1. Osmar Dias

<sup>(1)</sup> O Senador Mário Calixto deixa o exercício do cargo em 22.03.2005 em virtude de reassunção do titular.

<sup>(2)</sup> O Senador Valmir Amaral comunicou que desfiliou-se do PMDB, filiando-se ao PP, em 18.5.2005 e desfiliou-se do PP, filiando-se ao PTB, em 30.09.2005.

<sup>(3)</sup> O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo em 8.6.2005.

<sup>(4)</sup> O Senador Antônio Leite comunicou sua renúncia ao exercício da suplência a partir de 2.8.2005.

<sup>(5)</sup> O Senador Marcelo Crivella comunicou que se desligou do PL em 27.9.2005 e filiou-se ao PMR em 28.9.2005.

<sup>(6)</sup> A Senadora Serys Slhessarenko passou a integrar a Comissão, como membro titular, em substituição ao Senador Cristovam Buarque, nos termos do Ofício nº 274/2005-GLDPT, de 19.10.2005.

Secretária: Maria Lúcia Ferreira de Mello  
 Telefone 3311-3496 Fax: 3311-3546 – Plenário nº 7 – Ala Alexandre Costa  
 Reuniões: Quintas-feiras às 10:00 horas.  
 E – Mail: [luciamel@senado.gov.br](mailto:luciamel@senado.gov.br)

**7.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE PROTEÇÃO DOS  
CIDADÃOS BRASILEIROS NO EXTERIOR**

**(7 titulares e 7 suplentes)**

**Presidente:**

**Vice-Presidente:**

**Relator:**

TITULARES	SUPLENTES
<b>Bloco da Minoria (PFL e PSDB)</b>	
Heráclito Fortes – PFL	1. César Borges – PFL
Eduardo Azeredo – PSDB	2. Alvaro Dias – PSDB
<b>PMDB</b>	
Wellington Salgado de Oliveira	1. João Batista Motta <sup>(2)</sup>
Mão Santa	2. Gerson Camata
<b>Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, <sup>(1)</sup>, PL)</b>	
Roberto Saturnino – PT	1. Sérgio Zambiasi – PTB
Marcelo Crivella – PMR <sup>(3)</sup>	2. Aelton Freitas – PL
<b>PDT</b>	
Jefferson Péres	1. Osmar Dias

<sup>(1)</sup> O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo em 8.6.2005.

<sup>(2)</sup> O Senador João Batista Motta passou a integrar a bancada do PSDB a partir de 31.8.2005

<sup>(3)</sup> O Senador Marcelo Crivella comunicou que se desligou do PL em 27.9.2005 e filiou-se ao PMR em 28.9.2005.

Secretaria: Maria Lúcia Ferreira de Mello

Telefone 3311-3496 Fax: 3311-3546 – Plenário nº 7 – Ala Alexandre Costa

E – Mail: [sscomcre@senado.gov.br](mailto:sscomcre@senado.gov.br)

**7.2) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DA AMAZÔNIA**  
**(7 titulares e 7 suplentes)**

**Presidente:**  
**Vice-Presidente:**  
**Relator:**

<b>TITULARES</b>	<b>SUPLENTES</b>
<b>Bloco da Minoria (PFL e PSDB)</b>	
Romeu Tuma - PFL	1. Marco Maciel - PFL
Arthur Virgílio – PSDB	2. Flexa Ribeiro - PSDB
<b>PMDB</b>	
Valdir Raupp	1. Ney Suassuna
Pedro Simon	2. (vago) <sup>(2)</sup>
<b>Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB,<sup>(1)</sup>, PL)</b>	
Ana Júlia Carepa -PT	1. Cristovam Buarque – PDT <sup>(3)</sup>
Mozarildo Cavalcanti – PTB	2. Aelton Freitas - PL
<b>PDT</b>	
Jefferson Péres	1. Osmar Dias

<sup>(1)</sup> O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo em 8.6.2005.

<sup>(2)</sup> O Senador Antônio Leite comunicou sua renúncia ao exercício da suplência a partir de 2.8.2005.

<sup>(3)</sup> O Senador Cristovam Buarque comunicou que se desligou do PT em 7.9.2005 e filiou-se ao PDT em 23.9.2005.

Secretária: Maria Lúcia Ferreira de Mello  
 Telefone 3311-3496 Fax: 3311-3546 – Plenário nº 7 – Ala Alexandre Costa  
 E – Mail: [sscomcre@senado.gov.br](mailto:sscomcre@senado.gov.br)

**8) COMISSÃO DE SERVIÇOS DE INFRA-ESTRUTURA - CI**  
**(23 titulares e 23 suplentes)**

**Presidente: Senador Heráclito Fortes - PFL**  
**Vice-Presidente: Senador Alberto Silva - PMDB**

<b>TITULARES</b>	<b>SUPLENTES</b>
<b>Bloco da Minoria (PFL e PSDB)</b>	
Heráclito Fortes – PFL	1. Antonio Carlos Magalhães – PFL
Demóstenes Torres – PFL	2. César Borges – PFL
José Jorge – PFL	3. Jonas Pinheiro – PFL
Marco Maciel – PFL	4. Jorge Bornhausen – PFL
Rodolpho Tourinho – PFL	5. Maria do Carmo Alves – PFL
Leonel Pavan – PSDB	6. Flexa Ribeiro – PSDB
Sérgio Guerra – PSDB	7. Eduardo Azeredo – PSDB
Juvêncio da Fonseca – PSDB	8. Papaléo Paes – PSDB
Teotonio Vilela Filho – PSDB	9. Arthur Virgílio – PSDB
<b>PMDB</b>	
Gerson Camata	1. Romero Jucá
Alberto Silva	2. Luiz Otávio
Valdir Raupp	3. Pedro Simon
Ney Suassuna	4. Maguito Vilela
Gilberto Mestrinho	5. Wellington Salgado
Mão Santa	6. Valmir Amaral - PTB <sup>(3)</sup>
<b>Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, <sup>(1)</sup>, PL)</b>	
Delcídio Amaral – PT	1. (vago) <sup>(2)</sup>
Magno Malta – PL	2. Paulo Paim – PT
Roberto Saturnino – PT	3. Fernando Bezerra – PTB
Sérgio Zambiasi – PTB	4. Fátima Cleide – PT
Serys Slhessarenko – PT	5. Mozarildo Cavalcanti – PTB
Sibá Machado – PT	6. Flávio Arns – PT
Aelton Freitas – PL	7. João Ribeiro - PL
<b>PDT</b>	
Cristovam Buarque	1. Augusto Botelho

<sup>(1)</sup> O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo em 8.6.2005.

<sup>(2)</sup> O Senador Roberto Saturnino passou a integrar a Comissão como titular, em vaga existente, nos termos do Ofício nº 327/2005 de 15.12.2005.

<sup>(3)</sup> Vaga cedida pelo PMDB ao Senador Valmir Amaral, nos termos do Ofício nº 24/06-GLPMDB, de 31.1.2006.

Secretária: Dulcídia Ramos Calhao  
 Reuniões: Terças – Feiras às 14:00 horas. – Plenário nº 13 – Ala Alexandre Costa  
 Telefone: 3311-4607 Fax: 3311-3286  
 E – Mail: [scomci@senado.gov.br](mailto:scomci@senado.gov.br)

**9) COMISSÃO DE DESENVOLVIMENTO REGIONAL E TURISMO - CDR**  
**(17 titulares e 17 suplentes)**

**Presidente: Senador Tasso Jereissati - PSDB**  
**Vice-Presidente: Senadora Ana Júlia Carepa - PT**

<b>TITULARES</b>	<b>SUPLENTES</b>
<b>Bloco da Minoria (PFL e PSDB)</b>	
Antonio Carlos Magalhães – PFL	1. Demóstenes Torres – PFL
César Borges – PFL	2. Jonas Pinheiro – PFL
Rodolpho Tourinho – PFL	3. Roseana Sarney – PFL
Leonel Pavan – PSDB	4. Eduardo Azeredo – PSDB
Tasso Jereissati – PSDB	5. Lúcia Vânia – PSDB
Teotonio Vilela Filho – PSDB	6. Sérgio Guerra – PSDB
<b>PMDB</b>	
Gilberto Mestrinho	1. Ney Suassuna
Sérgio Cabral	2. Valdir Raupp
Garibaldi Alves Filho	3. Luiz Otávio
José Maranhão	4. Mão Santa
Maguito Vilela	5. Romero Jucá
<b>Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB,<sup>(1)</sup>, PL)</b>	
Ana Júlia Carepa – PT	1. (vago) <sup>(3)</sup>
Fátima Cleide – PT	2. Delcídio Amaral – PT
Fernando Bezerra – PTB	3. Sibá Machado – PT
Mozarildo Cavalcanti – PTB	4. Sérgio Zambiasi – PTB
Patrícia Saboya Gomes – PSB <sup>(2)</sup>	5. Aelton Freitas – PL
<b>PDT</b>	
Jefferson Péres	1. Augusto Botelho

<sup>(1)</sup> O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo em 8.6.2005.

<sup>(2)</sup> A Senadora Patrícia Saboya Gomes comunicou que passou a integrar a bancada do PSB a partir de 29.9.2005.

<sup>(3)</sup> O Senador João Capiberibe deixou de integrar o Senado Federal em 26.10.2005, nos termos do Ofício nº 1.236, de 21.10.2005, do Supremo Tribunal Federal, e retornou em 28.10.2005, nos termos do Ofício nº 5.025, de mesma data, do Supremo Tribunal Federal. O Senador deixou de integrar definitivamente o Senado Federal em 13.12.2005

Secretário: Ednaldo Magalhães Siqueira  
 Reuniões: Quartas – Feiras às 14 horas  
 Telefone: 3311-4282 Fax: 3311-1627  
 E – Mail: scomcdr@senado.gov.br

**10) COMISSÃO DE AGRICULTURA E REFORMA AGRÁRIA - CRA**  
**(17 titulares e 17 suplentes)**

**Presidente: Senador Sérgio Guerra - PSDB**  
**Vice-Presidente: Senador Flávio Arns - PT**

<b>TITULARES</b>	<b>SUPLENTES</b>
<b>Bloco da Minoria (PFL e PSDB)</b>	
Lúcia Vânia – PSDB	1. Reginaldo Duarte – PSDB
Flexa Ribeiro – PSDB	2. Alvaro Dias – PSDB
Sérgio Guerra – PSDB	3. Leonel Pavan – PSDB
Jonas Pinheiro – PFL	4. Edison Lobão – PFL
Demóstenes Torres – PFL	5. Roseana Sarney – PFL
Heráclito Fortes – PFL	6. Rodolpho Tourinho – PFL
<b>PMDB</b>	
Ramez Tebet	1. Wellington Salgado de Oliveira
Pedro Simon	2. Romero Jucá
Leomar Quintanilha – PC do B <sup>(4)</sup>	3. Amir Lando
Gerson Camata	4. Mão Santa
Maguito Vilela	5. Valdir Raupp
<b>Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, <sup>(1)</sup>, PL)</b>	
Flávio Arns – PT	1. Serys Slhessarenko – PT
Aelton Freitas – PL	2. Delcídio Amaral – PT
Sibá Machado – PT	3. Magno Malta – PL
Ana Júlia Carepa – PT	4. Sérgio Zambiasi – PTB
João Ribeiro - PL	5. Marcelo Crivella – PMR <sup>(3)</sup>
<b>PDT</b>	
Osmar Dias	1. Cristovam Buarque

<sup>(1)</sup> O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo em 8.6.2005.

<sup>(3)</sup> O Senador Marcelo Crivella comunicou que se desligou do PL em 27.9.2005 e filiou-se ao PMR em 28.9.2005.

<sup>(4)</sup> O Senador Leomar Quintanilha comunicou, em 3.10.2005, seu desligamento do PMDB e filiação ao PC do B.

Secretário: Marcello Varella  
 Reuniões: Quintas – Feiras às 12 horas –  
 Telefone: 3311-3506 Fax:  
 E – Mail: marcello@senado.gov.br

**CONSELHO DE ÉTICA E DECORO PARLAMENTAR**  
 (Resolução do Senado Federal nº 20/93)

**COMPOSIÇÃO**  
 (Eleita na Sessão do Senado Federal de 23/11/2005)

<u>1<sup>a</sup> Eleição Geral:</u> 19.04.1995	<u>4<sup>a</sup> Eleição Geral:</u> 13.03.2003
<u>2<sup>a</sup> Eleição Geral:</u> 30.06.1999	<u>5<sup>a</sup> Eleição Geral:</u> 23.11.2005
<u>3<sup>a</sup> Eleição Geral:</u> 27.06.2001	

**Presidente: Senador João Alberto Souza<sup>1</sup>**  
**Vice-Presidente: Senador Demóstenes Torres<sup>1</sup>**

<b>BLOCO PARLAMENTAR DA MINORIA (PFL/PSDB)</b>					
<b>Titulares</b>	<b>UF</b>	<b>Ramal</b>	<b>Suplentes</b>	<b>UF</b>	<b>Ramal</b>
Demóstenes Torres (PFL)	GO	2091	1. Jonas Pinheiro <sup>2</sup> (PFL)	MT	2271
Sérgio Guerra (PSDB)	PE	2382	2. César Borges (PFL)	BA	2212
Heráclito Fortes (PFL)	PI	2131	3. M <sup>a</sup> do Carmo Alves(PFL)	SE	1306
Juvêncio da Fonseca <sup>2</sup> (PSDB)	MS	1128	4. Leonel Pavan <sup>2</sup> (PSDB)	SC	4041
Paulo Octávio (PFL)	DF	2011	5. (Vago) <sup>3</sup>		
Antero Paes de Barros(PSDB)	MT	4061	6. Arthur Virgílio (PSDB)	AM	1413
<b>PMDB</b>					
Wellington Salgado de Oliveira <sup>6</sup>	MG	2244	1. Leomar Quintanilha (PC do B) <sup>5</sup>	TO	2073
João Alberto Souza	MA	1415	2. Alberto Silva	PI	3055
Ramez Tebet	MS	2222	3. Valdir Raupp	RO	2252
Luiz Otávio	PA	3050	4. Geovani Borges <sup>7</sup>	AP	1712
<b>BLOCO DE APOIO AO GOVERNO (PT/PL/PSB)</b>					
Sibá Machado (PT)	AC	2184	1. (Vago) <sup>2-4</sup>		
Ana Júlia Carepa (PT)	PA	2104	2. (Vago)		
Fátima Cleide (PT)	RO	2391	3. (Vago)		
<b>PDT</b>					
Jefferson Péres	AM	2063	1. Augusto Botelho	RR	2041
<b>PTB</b>					
Mozarildo Cavalcanti	RR	4078	1. Valmir Amaral	DF	1961
Corregedor do Senado (Membro nato – art. 25 da Resolução nº 20/93)					
Senador Romeu Tuma (PFL/SP)					2051

(Atualizada em 5.9.2006)

**SECRETARIA-GERAL DA MESA**  
 Secretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento - SCOP  
     Ala Senador Dinarte Mariz, sala nº 6  
     Telefones: 3311-4561 e 3311-5258  
[scop@senado.gov.br](mailto:scop@senado.gov.br); [www.senado.gov.br/etica](http://www.senado.gov.br/etica)

<sup>1</sup> Eleito em 13.12.2005, na 1<sup>a</sup> Reunião, de 2005, do Conselho de Ética.

<sup>2</sup> Eleito na Sessão do SF do dia 18.4.2006.

<sup>3</sup> Vaga ocupada pelo Senador Teotonio Vilela Filho (PSDB/AL), licenciado a partir do dia 19.4.2006, de acordo com Requerimentos nºs 455 e 456, de 2006, publicados no DSF de 21.4.2006.

<sup>4</sup> A Senadora Serys Shlessarenko, eleita na Sessão do SF do dia 18.4.2006 para integrar, como suplente, o Conselho de Ética e Decoro Parlamentar, renunciou à respectiva vaga de acordo com o Ofício GSSS2 nº 337, lido na Sessão de 17.8.2006.

<sup>5</sup> Passou a integrar o Conselho de Ética no lugar do Senador Gerson Camata, em vaga cedida pelo PMDB, de acordo com o OF. GLPMDB nº 318/2006, de 14.8.2006, e Ofício nº 269/2006, de 15.8.2006, aprovados na Sessão do SF de 5.9.2006.

<sup>6</sup> Passou a integrar o Conselho de Ética no lugar do Senador Ney Suassuna, de acordo com Of. GLPMDB nº 319/2006, de 14.8.2006, aprovado na Sessão do SF de 5.9.2006.

<sup>7</sup> Passou a integrar o Conselho de Ética no lugar do Senador Gilvam Borges, de acordo com Of. GLPMDB nº 319/2006, de 14.8.2006, aprovado na Sessão do SF de 5.9.2006.

**CORREGEDORIA PARLAMENTAR**  
(Resolução do Senado Federal nº 17, de 1993)

**COMPOSIÇÃO<sup>1</sup>**

Senador Romeu Tuma (PFL-SP)	Corregedor
Senador Hélio Costa (PMDB-MG) <sup>2</sup>	1º Corregedor Substituto
Senador Delcídio Amaral (PT-MS) <sup>4</sup>	2º Corregedor Substituto
Senador Teotônio Vilela Filho (PSDB-AL) <sup>3</sup>	3º Corregedor Substituto

(Atualizada em 1º.9.2006)

**Notas:**

<sup>1</sup> Eleitos na Sessão Ordinária de 25.03.2003, nos termos da Resolução nº 17, de 17.3.93.

<sup>2</sup> Afastado em decorrência da posse como Ministro de Estado das Comunicações em 8.7.2005.

<sup>3</sup> Retornou em 18.8.2006, após término de licenças concedidas de acordo com Requerimentos nº 455 e 456, de 2006 (DSF de 30.8.2006).

<sup>4</sup> Retornou em 31.8.2006, após término da licença concedida de acordo com Requerimento nº 498, de 2006 (DSF de 1.9.2006)

SECRETARIA-GERAL DA MESA DO SENADO FEDERAL  
Secretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento (SCOP)  
Ala Senador Dinarte Mariz, sala nº 6  
Telefones: 3311-4561 e 3311-5259  
[scop@senado.gov.br](mailto:scop@senado.gov.br)

**PROCURADORIA PARLAMENTAR**  
(Resolução do Senado Federal nº 40/95)

**COMPOSIÇÃO**

Ramez Tebet (PMDB-MS)	PMDB e Bloco de Apoio ao Governo
Demóstenes Torres (PFL-GO)	Bloco Parlamentar da Minoria
Alvaro Dias (PSDB-PR)	Bloco Parlamentar da Minoria
Fátima Cleide (PT-RO)	Bloco de Apoio ao Governo
Amir Lando (PMDB-RO)	<b>PMDB</b>

(Atualizado em 09.06.2006)

SECRETARIA-GERAL DA MESA  
Secretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento (SCOP)  
Ala Senador Dinarte Mariz, sala nº 6  
Telefones: 3311-4561 e 3311-5257  
[scop@senado.gov.br](mailto:scop@senado.gov.br)

**CONSELHO DO DIPLOMA MULHER-CIDADÃ BERTHA LUTZ**  
Constituído pela Resolução nº 2, de 2001, oriunda do Projeto de Resolução nº 25, de 1998,  
aprovado na Sessão Deliberativa Ordinária do Senado Federal do dia 15.3.2001

**COMPOSIÇÃO**

1ª Designação Geral : 03.12.2001  
2ª Designação Geral: 26.02.2003

**Presidente:** Senadora Serys Slhessarenko

**Vice-Presidente:** Senador Geraldo Mesquita Júnior

<b>PMDB</b>
Senador Papaléo Paes (AP) - PSDB
<b>PFL</b>
Senadora Roseana Sarney (MA)
<b>PT</b>
Senadora Serys Slhessarenko (MT)
<b>PSDB</b>
Senadora Lúcia Vânia (GO)
<b>PDT</b>
Senador Augusto Botelho (RR)
<b>PTB</b>
Senador Sérgio Zambiasi (RS)
<b>PSB</b>
Senador Geraldo Mesquita Júnior (AC) – PMDB
<b>PL</b>
Senador Magno Malta (ES)
<b>PPS</b>
Senadora Patrícia Saboya Gomes (CE) – PSB

(Atualizada em 9.6.2006)

**SECRETARIA-GERAL DA MESA**

Secretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento (SCOP)

Ala Senador Dinarte Mariz, sala nº 6

Telefones: 3311-4561 e 3311-5259

[scop@senado.gov.br](mailto:scop@senado.gov.br)

# **CONSELHO DA ORDEM DO CONGRESSO NACIONAL**

(Criado pelo Decreto Legislativo nº 70, de 23.11.1972)  
(Regimento Interno baixado pelo Ato nº 1, de 1973-CN)

## **COMPOSIÇÃO**

**Grão-Mestre:** Presidente do Senado Federal

**Chanceler:** Presidente da Câmara dos Deputados

MESA DA CÂMARA DOS DEPUTADOS	MESA DO SENADO FEDERAL
<b>PRESIDENTE</b> Deputado Aldo Rebelo (PC do B/SP)	<b>PRESIDENTE</b> Senador Renan Calheiros (PMDB-AL)
<b>1º VICE-PRESIDENTE</b> Deputado José Thomaz Nonô (PFL-AL)	<b>1º VICE-PRESIDENTE</b> Senador Tião Viana (PT-AC)
<b>2º VICE-PRESIDENTE</b> Deputado Ciro Nogueira (PP-PI)	<b>2º VICE-PRESIDENTE</b> Senador Antero Paes de Barros (PSDB-MT)
<b>1º SECRETÁRIO</b> Deputado Inocêncio Oliveira (PL-PE)	<b>1º SECRETÁRIO</b> Senador Efraim Moraes (PFL-PB)
<b>2º SECRETÁRIO</b> Deputado Nilton Capixaba (PTB-RO)	<b>2º SECRETÁRIO</b> Senador João Alberto Souza (PMDB-MA)
<b>3º SECRETÁRIO</b> Deputado Eduardo Gomes (PSDB-TO)	<b>3º SECRETÁRIO</b> Senador Paulo Octávio (PFL-DF)
<b>4º SECRETÁRIO</b> Deputado João Caldas (PL-AL)	<b>4º SECRETÁRIO</b> Senador Eduardo Siqueira Campos (PSDB-TO)
<b>LÍDER DA MAIORIA</b> Deputado Henrique Fontana (PT-RS)	<b>LÍDER DA MAIORIA</b> Senador Wellington Salgado de Oliveira (PMDB-MG)
<b>LÍDER DA MINORIA</b> Deputado José Carlos Aleluia (PFL-BA)	<b>LÍDER DO BLOCO PARLAMENTAR DA MINORIA</b> Senador Alvaro Dias (PSDB-PR)
<b>PRESIDENTE DA COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA E DE CIDADANIA</b> Deputado Sigmaringa Seixas (PT-DF)	<b>PRESIDENTE DA COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E CIDADANIA</b> Senador Antonio Carlos Magalhães (PFL-BA)
<b>PRESIDENTE DA COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DE DEFESA NACIONAL</b> Deputado Alceu Collares (PDT-RS)	<b>PRESIDENTE DA COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DE DEFESA NACIONAL</b> Senador Roberto Saturnino (PT-RJ)

(Atualizada em 15.8.2006)

### **SECRETARIA-GERAL DA MESA**

**Secretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento (SCOP)**

Ala Senador Dinarte Mariz, sala nº 6

Telefones: 3311-4561 e 3311-5258

[scop@senado.gov.br](mailto:scop@senado.gov.br)

**CONGRESSO NACIONAL**  
**CONSELHO DE COMUNICAÇÃO SOCIAL**  
(13 titulares e 13 suplentes)

(Criado pela Lei nº 8.389, de 30 de dezembro de 1991)  
(Regimento Interno aprovado nos termos do Ato da Mesa nº 1, de 2004)

Presidente: Arnaldo Niskier

Vice-Presidente: João Monteiro de Barros Filho<sup>1</sup>

<b>LEI Nº 8.389/91, ART. 4º</b>	<b>TITULARES</b>	<b>SUPLENTES</b>
Representante das empresas de rádio (inciso I)	PAULO MACHADO DE CARVALHO NETO <sup>2</sup>	EMANUEL SOARES CARNEIRO <sup>2</sup>
Representante das empresas de televisão (inciso II)	GILBERTO CARLOS LEIFERT	ANTÔNIO DE PÁDUA TELES DE CARVALHO <sup>2</sup>
Representante de empresas da imprensa escrita (inciso III)	PAULO R. TONET CAMARGO	SIDNEI BASILE <sup>2</sup>
Engenheiro com notórios conhecimentos na área de comunicação social (inciso IV)	FERNANDO BITTENCOURT <sup>2</sup>	ROBERTO DIAS LIMA FRANCO
Representante da categoria profissional dos jornalistas (inciso V)	CELSO AUGUSTO SCHRÖDER <sup>3</sup>	(VAGO)
Representante da categoria profissional dos radialistas (inciso VI)	EURÍPEDES CORRÊA CONCEIÇÃO	MÁRCIO LEAL
Representante da categoria profissional dos artistas (inciso VII)	BERENICE ISABEL MENDES BEZERRA <sup>2</sup>	STEPAN NERCESSIAN <sup>2</sup>
Representante das categorias profissionais de cinema e vídeo (inciso VIII)	GERALDO PEREIRA DOS SANTOS <sup>2</sup>	ANTÔNIO FERREIRA DE SOUSA FILHO <sup>2</sup>
Representante da sociedade civil (inciso IX)	DOM ORANI JOÃO TEMPESTA	SEGISNANDO FERREIRA ALENCAR
Representante da sociedade civil (inciso IX)	ARNALDO NISKIER	GABRIEL PRIOLLI NETO
Representante da sociedade civil (inciso IX)	LUIZ FLÁVIO BORGES D'URSO	PHELIPPE DAOU
Representante da sociedade civil (inciso IX)	ROBERTO WAGNER MONTEIRO <sup>2</sup>	FLÁVIO DE CASTRO MARTINEZ <sup>2</sup>
Representante da sociedade civil (inciso IX)	JOÃO MONTEIRO DE BARROS FILHO	PAULO MARINHO

1ª Eleição Geral: Sessão do Congresso Nacional de 5.6.2002

2ª Eleição Geral: Sessão do Congresso Nacional de 22.12.2004

SECRETARIA-GERAL DA MESA DO SENADO FEDERAL  
Secretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento (SCOP)  
Telefones: (61) 3311-4561 e 3311-5258  
[scop@senado.gov.br](mailto:scop@senado.gov.br) - [www.senado.gov.br/ccs](http://www.senado.gov.br/ccs)

<sup>1</sup> Eleito na 2ª Reunião de 2006 do CCS, em 3.4.2006, em substituição ao Conselheiro Luiz Flávio Borges D'Urso.

<sup>2</sup> Reeleitos na sessão do Congresso Nacional de 22.12.2004.

<sup>3</sup> Eleito como suplente na Sessão do Congresso Nacional de 22.12.2004. Foi convocado como titular na 6ª Reunião de 2006 do CCS, realizada em 7.8.2006, em função do falecimento, em 30.5.2006, do Conselheiro Daniel Koslowsky Herz.

# **CONGRESSO NACIONAL CONSELHO DE COMUNICAÇÃO SOCIAL**

(Criado pela Lei nº 8.389, de 30 de dezembro de 1991)

(Regimento Interno aprovado nos termos do Ato da Mesa nº 1, de 2004)

## **COMISSÕES DE TRABALHO**

### **01 – COMISSÃO DE REGIONALIZAÇÃO E QUALIDADE DA PROGRAMAÇÃO E DE RADIODIFUSÃO COMUNITÁRIA<sup>4</sup>**

- Paulo Machado de Carvalho Neto (Representante das empresas de rádio)
- Gilberto Carlos Leifert (Representante das empresas de televisão)
- Paulo R. Tonet Camargo (Representante das empresas da imprensa escrita)
- Fernando Bittencourt (Engenheiro com notórios conhecimentos na área de comunicação social)
- Celso Augusto Schröder (Representante da categoria profissional dos jornalistas)
- Eurípedes Corrêa Conceição (Representante da categoria profissional dos radialistas)
- Berenice Isabel Mendes Bezerra (Representante da categoria profissional dos artistas)
- Geraldo Pereira dos Santos (Representante das categorias profissionais de cinema e vídeo)
- Dom Orani João Tempesta (Representante da sociedade civil)
- Roberto Wagner Monteiro (Representante da sociedade civil)
- João Monteiro de Barros Filho (Representante da sociedade civil)

### **02 – COMISSÃO DE TECNOLOGIA DIGITAL**

- Fernando Bittencourt (Eng. com notórios conhec. na área de comunicação social) - **Coordenador**
- Paulo Machado de Carvalho Neto (Representante das empresas de rádio)
- Paulo R. Tonet Camargo (Representante de empresas da imprensa escrita)
- Celso Augusto Schröder (Representante da categoria profissional dos jornalistas)
- Eurípedes Corrêa Conceição (Representante da categoria profissional dos radialistas)
- Berenice Isabel Mendes Bezerra (Representante da categoria profissional dos artistas)
- Geraldo Pereira dos Santos (Representante das categorias profissionais de cinema e vídeo)
- Luiz Flávio Borges D'Urso (Representante da sociedade civil)
- Roberto Wagner Monteiro (Representante da sociedade civil)

### **03 – COMISSÃO DE TV POR ASSINATURA**

- Berenice Isabel Mendes Bezerra (Representante da cat. profissional dos artistas) - **Coordenadora**
- Paulo Machado de Carvalho Neto (Representante das empresas de rádio)
- Gilberto Carlos Leifert (Representante das empresas de televisão)
- Paulo R. Tonet Camargo (Representante de empresas da imprensa escrita)
- Celso Augusto Schröder (Representante da categoria profissional dos jornalistas)
- Roberto Wagner Monteiro (Representante da sociedade civil)
- João Monteiro de Barros Filho (Representante da sociedade civil)

### **04 – COMISSÃO DE MARCO REGULATÓRIO**

- Roberto Wagner Monteiro (Representante da sociedade civil) – **Coordenador**
- Paulo Machado de Carvalho Neto (Representante das empresas de rádio)
- Paulo R. Tonet Camargo (Representante de empresas da imprensa escrita)
- Fernando Bittencourt (Engenheiro com notórios conhecimentos na área de comunicação social)
- Celso Augusto Schröder (Representante da categoria profissional dos jornalistas)
- Eurípedes Corrêa Conceição (Representante da categoria profissional dos radialistas)
- Gilberto Carlos Leifert (Representante das empresas de televisão)<sup>5</sup>

### **05 – COMISSÃO DE LIBERDADE DE EXPRESSÃO**

- Gilberto Carlos Leifert (Representante das empresas de televisão) – **Coordenador**
- Paulo Machado de Carvalho (Representante das empresas de rádio)
- Paulo R. Tonet Camargo (Representante de empresas da imprensa escrita)
- Celso Augusto Schröder (Representante da categoria profissional dos jornalistas)
- Geraldo Pereira dos Santos (Representante das categorias profissionais de cinema e vídeo)
- Dom Orani João Tempesta (Representante da sociedade civil)
- Roberto Wagner Monteiro (Representante da sociedade civil)

SECRETARIA-GERAL DA MESA DO SENADO FEDERAL  
Secretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento (SCOP)  
Telefones: (61) 3311-4561 e 3311-5258

<sup>4</sup> Constituída na 11ª Reunião do CCS, de 5.12.2005, como união da Comissão de Regionalização e Qualidade da Programação com a Comissão de Radiodifusão Comunitária. Todos os membros de cada uma das duas comissões originais foram considerados membros da nova comissão. Aguardando escolha do coordenador (art. 31, § 5º, do Regimento Interno do CCS).

<sup>5</sup> Passou a fazer parte desta Comissão na Reunião Plenária de 5.6.2006.

## COMISSÃO PARLAMENTAR CONJUNTA DO MERCOSUL

Representação Brasileira

### COMPOSIÇÃO

**16 Titulares (8 Senadores e 8 Deputados) e 16 Suplentes (8 Senadores e 8 Deputados)**  
**Mesa Diretora eleita em 28.04.2005**

<b>Presidente:</b> Senador SÉRGIO ZAMBIASI	<b>Vice-Presidente:</b> Senador PEDRO SIMON
<b>Secretário-Geral:</b> Deputado DR. ROSINHA	<b>Secretário-Geral Adjunto:</b> Deputado LEODEGAR TISCOSKI

### MEMBROS NATOS

<b>Senador ROBERTO SATURNINO (PT)</b> Presidente da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional do Senado Federal	<b>Deputado ALCEU COLLARES (PDT)</b> Presidente da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional da Câmara dos Deputados
--	---

### SENADORES

TITULARES	SUPLENTES
<b>BLOCO PARLAMENTAR DA MINORIA (PFL/PSDB)</b>	
JORGE BORNHAUSEN (PFL/SC)	1. JOSÉ JORGE (PFL/PE)
PAULO OCTÁVIO (PFL/DF)	2. ROMEU TUMA (PFL/SP)
SÉRGIO GUERRA (PSDB/PE)	3. EDUARDO AZEREDO (PSDB/MG)

### **PMDB**

PEDRO SIMON (PMDB/RS)	1. SÉRGIO CABRAL (PMDB/RJ)
RAMEZ TEBET (PMDB/MS)	2. LEOMAR QUINTANILHA (PC do B/TO)

### **BLOCO DE APOIO AO GOVERNO (PT/PSB/PL)**

SÉRGIO ZAMBIASI (PTB/RS)	1. (vago)
EDUARDO SUPLICY (PT/SP)	2. (vago)

### **PDT**

(vago)	1. (vago)
--------	-----------

### **PSOL (Resolução nº 2/2000-CN)**

GERALDO MESQUITA JÚNIOR (PMDB/AC)	1. (vago)
-----------------------------------	-----------

### DEPUTADOS

TITULARES	SUPLENTES
<b>PT</b>	
DR. ROSINHA (PT/PR)	1. MANINHA (PSOL/DF)
MAURO PASSOS (PT/SC)	2. TARCISIO ZIMMERMANN (PT/RS)

### **PMDB**

EDISON ANDRINO (PMDB/SC)	1. OSMAR SERRAGLIO (PMDB/PR)
--------------------------	------------------------------

### **Bloco PFL/Prona**

GERVÁSIO SILVA (PFL/SC)	1. JOÃO HERRMANN NETO (PDT/SP)
-------------------------	--------------------------------

### **PSDB**

JÚLIO REDECKER (PSDB/RS)	1. EDUARDO PAES (PSDB/RJ)
--------------------------	---------------------------

### **PP**

LEODEGAR TISCOSKI (PP/SC)	1. CELSO RUSSOMANNO (PP/SP)
---------------------------	-----------------------------

### **PTB**

FERNANDO GONÇALVES (PTB/RJ)	1. ARNALDO FARIA DE SÁ (PTB/SP)
-----------------------------	---------------------------------

### **PL**

OLIVEIRA FILHO (PL/PR)	1. PAULO GOUVÉA (PL/RS)
------------------------	-------------------------

### **PPS**

JÚLIO DELGADO (PPS/MG)	1. CLÁUDIO MAGRÃO (PPS/SP)
------------------------	----------------------------

(Atualizada em 29.3.2006)

Secretaria: Câmara dos Deputados - Anexo II - Sala T/28 – 70160-900 Brasília – DF / Brasil

Fones: (55) 61 3216-6871 / 6878 Fax: (55) 61 3216-6880

e-mail: [cpcm@camara.gov.br](mailto:cpcm@camara.gov.br)

[www.camara.gov.br/mercosul](http://www.camara.gov.br/mercosul)

**CONGRESSO NACIONAL**  
**COMISSÃO MISTA DE CONTROLE DAS ATIVIDADES DE**  
**INTELIGÊNCIA**  
**(Art. 6º da Lei nº 9.883, de 1999)**

**COMPOSIÇÃO**

**Presidente: Deputado ALCEU COLLARES**

CÂMARA DOS DEPUTADOS	SENADO FEDERAL
<u>LÍDER DA MAIORIA</u>  HENRIQUE FONTANA PT-RS	<u>LÍDER DA MAIORIA</u>  NEY SUASSUNA PMDB-PB
<u>LÍDER DA MINORIA</u>  JOSÉ CARLOS ALELUIA PFL-BA	<u>LÍDER DO BLOCO PARLAMENTAR DA MINORIA</u>  ALVARO DIAS PSDB-PR
<u>PRESIDENTE DA COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL</u>  ALCEU COLLARES PDT-RS	<u>PRESIDENTE DA COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL</u>  ROBERTO SATURNINO PT-RJ

(Atualizada em 9.6.2006)

SECRETARIA-GERAL DA MESA  
Secretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento (SCOP)  
Ala Senador Dinarte Mariz, sala nº 6  
Telefones: 3311-4561 e 3311- 5258  
[scop@senado.gov.br](mailto:scop@senado.gov.br)  
[www.senado.gov.br/ccai](http://www.senado.gov.br/ccai)

**CONGRESSO NACIONAL**  
**CONSELHO DO “DIPLOMA DO MÉRITO EDUCATIVO DARCY RIBEIRO”**  
Constituído pela Resolução nº 2, de 1999-CN, regulamentada pelo Ato Conjunto dos  
Presidentes do Senado Federal e da Câmara dos Deputados nº 2, de 2001

**Composição**

**(AGUARDANDO DESIGNAÇÃO)**

Presidente: RENAN CALHEIROS<sup>(1)</sup>

Deputados	Senadores
	Renan Calheiros <sup>(2)</sup>

Atualizada em 9.6.2006

**Notas:**

<sup>(1)</sup> Presidência exercida pelo Presidente do Congresso Nacional, até que o Conselho realize eleição para esse fim, nos termos do art. 3º e parágrafo único da Resolução nº 2, de 1999-CN.

<sup>(2)</sup> Membro nato, nos termos do art. 3º da Resolução nº 2, de 1999-CN.

SECRETARIA-GERAL DA MESA DO SENADO FEDERAL  
Secretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento (SCOP)  
Telefones: 3311-4561 e 3311-5258  
[scop@senado.gov.br](mailto:scop@senado.gov.br)

## **SECRETARIA ESPECIAL DE EDITORAÇÃO E PUBLICAÇÕES**

CNPJ 00.530.279/0005-49

Avenida N/2 S/Nº Praça dos Três Poderes – Brasília DF – CEP 70165-900

Fones: 311-3803 ou 311 3772 – Fax: (061) 224-5450

### **DIÁRIOS DO CONGRESSO NACIONAL PREÇO DE ASSINATURA SEMESTRAL**

Diário do Senado Federal ou Diário da Câmara dos Deputados – s/o porte (cada)	<b>R\$ 31,00</b>
Porte do Correio	<b>R\$ 96,60</b>
Diário do Senado Federal ou Diário da Câmara dos Deputados – c/o porte (cada)	<b>R\$ 127,60</b>

### **PREÇO DE ASSINATURA ANUAL**

Diário do Senado Federal ou Diário da Câmara dos Deputados – s/o porte (cada)	<b>R\$ 62,00</b>
Porte do Correio	<b>R\$ 193,20</b>
Diário do Senado Federal ou Diário da Câmara dos Deputados – c/o porte (cada)	<b>R\$ 255,20</b>

OBS: Caso sejam feitas as assinaturas dos Diários do Senado e da Câmara dos Deputados, receberá **GRACIOSAMENTE** o Diário do Congresso Nacional

### **NÚMERO AVULSO**

Valor do número avulso	<b>R\$ 0,30</b>
Porte avulso	<b>R\$ 0,80</b>

### **ORDEM BANCÁRIA**

**UG - 020055**

**GESTÃO  
00001**

Os pedidos deverão ser acompanhados de Nota de Empenho a favor do FUNSEEP ou fotocópia da Guia de Recolhimento da União-GRU, que poderá ser retirada no site: [http://consulta.tesouro.fazenda.gov.br/gru/gru\\_simples.asp](http://consulta.tesouro.fazenda.gov.br/gru/gru_simples.asp), código de recolhimento apropriado e o número de referência 28815-2 e 00002 e o código da Unidade favorecida – UG/gestão: 020055/00001 preenchida e quitada no valor correspondente à quantidade de assinaturas pretendidas e enviar a esta Secretaria.

**OBS.: NÃO SERÁ ACEITO PEDIDO ATRAVÉS DE CHEQUE VIA CARTA PARA EFETIVAR ASSINATURA DOS DCNs.**

Maiores informações pelo telefone (0XX-61) 311-3803 e 311-3772, fax: 224-5450  
Serviço de Administração Econômico - Financeira/Controle de Assinaturas, falar com Mourão ou Solange.



**SENADO FEDERAL**  
Secretaria Especial de Editoração e Publicações  
Subsecretaria de Edições Técnicas

# Legislações Brasileiras

Coletânea de publicações, com atualização periódica, sobre temas diversos da legislação brasileira.



**Conheça nosso catálogo na Internet**

**[www.senado.gov.br/catalogo](http://www.senado.gov.br/catalogo)**

**Para adquirir essa ou outra publicação:**

- 1) Confirme a disponibilidade de estoque utilizando os nossos telefones, *e-mail* ou por via postal.
- 2) Efetue depósito na conta única do tesouro (enfatizamos a importância do código identificador).

Banco: Banco do Brasil S/A (001)

Agência: 4201-3

A crédito de: Conta Única do Tesouro Nacional / FUNSEEP

Conta-corrente: 170.500-8

Código Identificador (imprescindível): 02.00.55.00.00.12.08.15-9

Observação: não é possível a utilização de DOC ou TED na transferência de valores para a Conta Única do Tesouro. É necessário que o depósito seja feito em uma agência do Banco do Brasil. Os correntistas do Banco do Brasil que utilizam o *internet banking* podem acessar o menu “Transferências”, escolher a opção “para Conta Única do Tesouro”, informando seu CPF/CNPJ, o valor da compra e, no campo “UG Gestão finalidade”, o código identificador acima citado.

- 3) Encaminhe-nos, por via postal, fax ou *e-mail* (digitalizado), o comprovante do depósito, a relação do que está sendo adquirido, nome e endereço completo para remessa e informe um telefone para contato.



EDIÇÃO DE HOJE: 112 PÁGINAS